CONVIVIVM

Novembro 1962

ANO I - NÚMERO 6 - VOL. 1

FILOSOFIA SOCIAL
DOUTRINA SOCIAL DA IGREJA
CIÊNCIAS SOCIAIS
ECONOMIA
FILOSOFIA POLÍTICA
ANTROPOLOGIA CULTURAL
ASPETOS DA CULTURA BRASILEIRA
VALORES DA NACIONALIDADE

literatura — artes plásticas
cinema — teatro — música

REVISTA DE INVESTIGAÇÃO E CVLTVRA

SÃO PAULO • BRASIL

CONVIVIVM

REVISTA DE INVESTIGAÇÃO E CULTURA

NOVEMBRO 1962

Diretor Geral

Domingos Crippa

●

Pede-se enviar a correspondência, os manuscritos, as revistas para permuta e as obras para a resenha a CONVIVIVM, Redação e Administração, Av. Brigadeiro Luís Antônio, 2715 — Telefone 70-6542. São Paulo — Brasil

●

A revista Convivivm *reserva-se o direito de publicar ou não os artigos espontâneamente enviados à Redação. Os originais não serão devolvidos.*

●

CONDIÇÕES DE ASSINATURA PARA 1962

Brasil e Portugal

— assinatura anual (dez números)	Cr$	1.500,00
— número avulso	Cr$	150,00
— número atrasado	Cr$	250,00

Outros Países

— assinatura anual (dez números)	US$	13,00
— número avulso	US$	1,50

Assinatura de Benfeitor ... Cr$ 20.000,00

CONVIVIVM

NOVEMBRO 1962

ANO 1 — NÚMERO 6 — VOLUME 1

SUMÁRIO

MEDITAÇÃO BRASILEIRA NO CENTENÁRIO DE FARIAS BRITO

FRANCISCO ELIAS DE TEJADA

1. *Paralelos*

QUANDO há mais de dez anos me acheguei à figura dolorida e comovedora de Raimundo de Farias Brito, tive a sensação de que entrava, ao aproximar-me com calor de estudo da sua triste simpatia humaníssima, na alma inteira do Brasil. Sua existência foi tôda de tentativas filosóficas, tal como a existência nacional brasileira não passou de uma série de tentativas políticas. No filósofo a filosofia surge como aquela cobertura da inquietação resultante da própria insegurança íntima, que no plano mais amplo da vida coletiva se traduz em uma longa cadeia de esforços jamais amadurecidos. Desde o primeiro momento, o paralelo entre o filósofo Raimundo de Farias Brito e o Brasil pareceu-me uma verdade que, apenas percebida, me seduzia com brilhos de evidência de luzes meridianas, tão resplandescentes como o sol que golpeia as segadoras terras sêcas do seu Ceará nativo.

À medida que fui aprofundando na análise da história brasileira, mais robustos perfis foi ganhando êste confronto. O paralelismo decorre da tensão que contrapõe as essências radicais de um ser em face do empenho, encarniçadamente tenaz quanto inexoràvelmente vão, de acomodar as próprias dimensões corpóreas a trajes forasteiros. A dor que traspassa a alma de Farias Brito, como o desequilíbrio histórico do Brasil que conhecemos, resulta dessa desproporção entre a substância verdadeira e a forma apetecida, entre o que se é e o que se busca, entre a fôrça da realidade e a utopia do sonho, entre o soberbo brio do temperamento e o menosprêzo absurdo das próprias qualidades.

Daí o valor simbólico que Raimundo de Farias Brito oferece aos meus olhos de irmão da gente brasileira. Seu dissabor é, em planos paralelos, o dissabor de todos os de sua cas-

ta. Seus passos às apalpadelas filosóficas, o caminhar às apalpadelas políticas dos brasileiros. Seu peregrinar por sistemas alheios, enquanto não chegava a saborear os mananciais filosóficos do Aquinate, o peregrinar de dez gerações pelas fórmulas inadaptáveis do federalismo americano, do parlamentarismo inglês ou do liberalismo à francesa. Na solene seriedade de seu isolamento humilde, sem a brilhante superficialidade cosmopolita de um Rui Barbosa nem o mediocre pedantismo de um Silvio Romero, no meio de seus livros e de suas penas, ungido de dores e de meditações, aparentemente afastado do brilhante cenário da comédia política do primeiro trintênio republicano, Raimundo de Farias Brito, só e sucintamente, é o compêndio humano individual de tôda a história do Brasil.

Esta é, para um historiador do pensamento político, a meditação no centenário do filósofo cearense.

2. *A desilusão administrativa.*

O banlanço vital de Raimundo de Freitas Brito foi para seu autor o de um assaz amargo fracasso. Todos os seus anelos vieram sucessivamente ao solo, caindo suas ilusões como as sêcas folhas soltas outonais do poeta. Sonhava e sonhava para que cada sonho se partisse em pedaços ao tropeçar com a dura realidade da vida, que êle apalpava com suas mãos de constante criança, alimentada pelo néctar irreal das falidas esperanças.

Formado em direito à custa de imensos sacrifícios, com pouco mais de vinte anos aspira a servir à justiça como promotor público em Viçosa. Atuando segundo a lei, entra em conflito com o juiz de Viçosa, que protegia descaradamente um culpado, vendo-se obrigado a pedir transferência para a zona de Aquiraz. Com dentes de sabujo iracundo, o sistema político do Ceará pátrio lhe ensinava que a justiça dos promotores idealistas deve ceder diante dos arranjos do caciquismo ditados pelos interêsses do compadrio de campanário.

É o desengano da gente brasileira desde meados do século XVII até princípios do século XIX, na dor da injustiça de serem considerados administrativamente mera colônia portuguêsa. A partir de 1640 o Brasil decai de província ultramarina a objeto de exploração econômica por parte de Portugal. As proibições comerciais sob os Felipes foram transi-

tórias e justificadas por imperiosas urgências bélicas; tal a de 1605 proibindo comerciar com os holandeses inimigos. Sòmente depois de 1640 a política de restrições comerciais transforma-se no parasitismo colonialista de que nos fala Caio Prado Junior em sua *Evolução política do Brasil. Ensaio de interpretação dialética da história brasileira* (1). Entre a proibição particular de 1605 e a geral de 1661, vedando à colônia tôda sorte de comércio com navios estrangeiros, se situa a transformação da província do Brasil em colônia do Brasil. A carta real de 21 de julho de 1661, reafirmada pela de 27 de fevereiro de 1662, é o início da exploração econômica desapiedada do Brasil por parte de Portugal. Quando em 1648 surge a proibição de que os próprios navios portuguêses toquem portos estrangeiros ao procederem do Brasil, Portugal ganhará o privilégio de ser *entrepôt* exclusivo do comércio com a colônia, agora já plenamente merecedora dêste título. E tal foi a exploração portuguêsa que a 8 de fevereiro de 1711 se chegou a negar aos moradores do Brasil o direito de viajar diretamente a terras estrangeiras, obrigando-os a passar antes pela metrópole.

A introdução dos monopólios, acrescida da criação de companhias mercantis privilegiadas, desde que D. João IV fundou em 1647 a primeira delas — a Companhia geral do Comércio para o Estado do Brasil — acabou por rematar o imenso negócio que sacrificava os brasileiros a seus irmãos da outra banda do Atlântico. Em 28 de janeiro de 1808 D. João VI, na qualidade de regente, ao decretar a liberdade de comércio decretará de fato a independência brasileira, como bem o viu o mesmo Caio Prado Junior em sua História econômica do Brasil (2), por mais que com suas perspectivas materialistas erre ao pretender reduzir a questão ao mero fenômeno econômico.

Porque o que interessa é o cotejo da alma secular brasileira com a dor vital de Raimundo de Freitas Brito, é o amargura do povo do Brasil ao ver-se tratado de tal modo, amargura que se tornará um dos motores da independência em 1822. A dor de Raimundo de Farias Brito diante da injustiça com que é separado da promotoria de Viçosa é semelhante à dor do bahiano Gregorio de Matos, quando lamentava a inferior condição de seus patrícios com respeito aos da metró-

---

(1) São Paulo, Editora Brasiliense, 1947, pág. 61.
(2) São Paulo, Editora Brasiliense, 1949, pág. 135.

pole e, na frase de Pedro Calmón, "acorre a defesa dos naturais do Brasil, estranha a fortuna dos forasteiros, quer equiparação de destinos [3], naqueles versos com que testemunha o primeiro desengano brasileiro diante da administração com que Portugal governa suas colónias:

"Sai um pobrete de Cristo
de Portugal e de Algarve,
cheio de drogas alheias
para daí tirar gages.
O tal foi sota tendeiro
de um cristão novo em tal parte,
que por aquêles serviços
o despachou a embarcar-se.
Fêz-lhe uma carregação
entre amigos e compadres,
e ei-lo comissário régio
de linhas, lonas, beirames.
Entra pela barra dentro,
dá fundo, e logo a entonar-se
começa à bordo da nau
co'um vestidinho flamante".

Desengano administrativo por desengano administrativo, ambos implicam, no homem Farias Brito e no povo brasileiro, o amargo dissabor da injustiça. São pedaços de ilusão abandonados num abandono que arrasta pedaços da alma viva. A trabalhosa formação do espírito nacional brasileiro acompanha-se da trabalhosa forja do homem Farias Brito. Ambos, o homem e seu povo, estão cinzelados a golpe de martelo das desilusões, a começar pela quebra da justiça na ordem da convivência humana.

3. *A desilusão política.*

Ficaram, entretanto, para além dos ideais sociais, cheios de vigor loução, os ideais políticos. Afinal a máquina administrativa é serva da arquitetura do govêrno e na política parece viável emendar os desaforos da injustiça na máquina da administração.

---

(3) PEDRO CALMON, *História da literatura bahiana,* José Magalhães, 1949, pág. 32.

Veio-lhe às mãos uma oportunidade. O presidente do Estado do Ceará, Caio da Silva Prado, conheceu, visitando Aquiraz o promotor Farias Brito, deixou-se prender por seus talentos ao ouví-lo num discurso de boas vindas e o levou como secretário. Era o veneno da política, aumentado com a ilusão de reformar através dela a administração que o havia desiludido. Nem o falecimento de Caio Prado, dentro de breves dias, o fará resistir à solicitação. Apresenta-se deputado na lista do conselheiro Rodrigues Junior nas eleições de 1890, com o resultado de um novo fracasso. Mas a tenacidade cearense não se rende. Quando, a 28 de abril de 1891, o general José Clarindo de Queiroz assume o govêrno do Ceará, Raimundo de Farias Brito será seu secretário.

O desengano chegou quando o futuro filósofo veio a aprender que no Brasil a política era jogo ligado a fortunas pessoais, sem que de nada valesse o apôio da opinião nem o domínio das câmaras estaduais. Vinte e dois votos contra um apoiavam Clarindo na do Ceará, mas sua fôrça não estava nas urnas e sim em ser criatura de Deodoro da Fonseca. Substituido êste por Floriano no Rio de Janeiro, a queda de Clarindo era forçosa; e assim caiu a 17 de fevereiro de 1892 depois de um combate que ensanguentou com cadáveres as ruas de Fortaleza. Seu sucessor, o tenente coronel José Freire Bezerril Fontenelle, não tinha outro apoio senão o do chamado Marechàl de Ferro. Porém era o bastante para derrubar o seu antecessor, não contando nada nem o congresso estadual nem a opinião pública. Na madrugada lúgubre daquele dia, o aprendiz de político ficava compreendendo que as injustiças na administração não podiam ser corrigidas com influências políticas: os ideais políticos eram uma utopia ilusória perante a realidade do Brasil, a da fôrça dos generais que no Rio amparavam suas clientelas locais partidárias.

Semelhante desilusão política é a de D. Pedro II na história brasileira: a desilusão na política como instrumento do que no século XIX se qualificava pomposamente renovação da vida coletiva, à base de importar fórmulas estrangeiras; aquilo que quase com brutalidade Oliveira Vianna definiu, em seus *Problemas de política objetiva,* como o choque da teorização alheia contra o complexo indigena "do sangue de tatú" [4].

(4) São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1947, pág. 56.

O Brasil independente teve pressa, não já para se separar pollticamente de Portugal, o que era mais do que justo, mas em romper com a tradição política portuguesa. O conhecido radicalismo ibérico, apaixonado por extremos, transforma a história brasileira sob o Império na vontade constante de renegar o legado português, mesmo debaixo do cetro imperial de uns Bragança.

João Camillo de Oliveira Torres demonstrou em sua *A democracia coroada* (*Teoria política do Império do Brasil*) como os pais espirituais da pátria que nascia não foram os clássicos políticos do Portugal materno, mas o francês Benjamin Constant e o napolitano Gaetano Filangieri [5], expoente de um Nápoles afrancesado pelo nefasto tonto que foi Carlos III, um Filangieri porta-voz de ideários europeus em nada ligado com a Tradição das Espanhas. Com tais ideólogos, a vida política do Brasil no século XIX foi aquela miragem divorciada da vida que às vêzes assombra ao revestir caracteres de loucura.

D. Pedro II era um monarca liberal, o mais perfeito liberal do século. Houvera sido rei ideal para a Inglaterra coetânea e até ótimo presidente nos Estados Unidos, naturalmente depois de Lincoln, pois antes o seu ingênuo idealismo bonacheirão e aburguesado não teria resistido aos embates das pugnas sulistas para manter em vigência os estatutos da escravidão. Foi, porém, um imperador desproporcionado às exigências de seu povo, porque todo o sistema que encarnava se fundou nesta mentira tão quimérica quanto absurda: a capacidade do povo brasileiro para seguir correntes de opinião.

D. Pedro II ignorou a realidade popular. Acreditava governar bem porque regia o Brasil tal como pudera haver governado na Inglaterra. Desconhecia por completo as diferenças sociais, a incultura das massas, o desequilíbrio econômico, a inexistência de partidos organizados. Era o imperador com mentalidade de presidente da república norte-americana ou francesa.

Por isso, aos seus olhos cegos pela estrangeirização e a cultura de pacotilha erudita, aquela que Euclides da Cunha definiu "a bela meia ciência, tôda ornada de excertos hebraicos e das estrelas da astronomia doméstica de Flam-

(5) Rio de Janeiro, José Olympio, 1957, páginas 55-60.

marion" [6], a única salvação estava na liberdade à estrangeira. Não a criação de escolas, nem a educação popular, nem subir o nível de vida, nem a instauração da disciplina no trabalho, nem sequer a introdução de técnicas industriais; mas a liberdade, panacéia universal, unguento milagroso. Numa sociedade que renunciava à fé cristã por amor à modernidade científica, êste imperador patriarcal de longas barbas, com seu corte de pai de família de lar burguês da classe média, sobrepunha ao dogma de Cristo o estranhamente francês e revolucionário culto à deusa Liberdade.

Não via outro mal senão a falta de liberdade nas eleições, sem que as demais falhas sociais tivessem qualquer significado aos seus olhos de míope europeizante. "As eleições" — dizia — "como se fazem no Brasil, são a origem de todos os nossos males" [7]. Anotando a 25 de março de 1876: "A nossa principal necessidade política é a liberdade de eleição; sem esta e a de imprensa, não há sistema constitucional na realidade, e o ministério que transige ou consente na transgressão dêste princípio é o maior inimigo do Estado e da monarquia" [8].

Pelo que o Império, sob a capa dourada da mediania política daquele monarca, por casualidade reinante no Brasil, foi uma idade de dourados falsos, um autêntico fracasso político, o aparato formalista de um engano cimentado na mentira de que o povo brasileiro necessitava ou era capaz de viver efetivamente uma democracia ao estilo anglo-saxônio. Ninguém tanto como Pedro II merece a justificada censura de Oliveira Vianna em seu estupendo livro *O idealismo da constituição*: "No trabalho de construção do nosso aparelhamento político, temos seguido um processo inteiramente oposto ao dos grandes povos da antiguidade, como o romano ou o grego, ou dos grandes povos modernos, como o inglês, o norte-americano, o alemão. Entre nós, não é no povo, na sua estrutura, na sua economia íntima, nas condições particulares da sua psiqué, que os organizadores brasileiros, os elaboradores dos nossos códigos políticos vão buscar os materiais para as

---

(6) EUCLYDES DA CUNHA, *Contrastes e confrontos,* Porto, Lello e Irmão, 1941, pág. 165.

(7) Apud JOÃO CAMILLO DE OLIVEIRA TORRES, *A democracia coroada,* pág. 535.

(8) Apud J. C. DE OLIVEIRA TORRES, *A democracia coroada,* pág. 533.

suas formosas e soberbas construções; é fora de nós, é nas jurisprudências estranhas, é em estranhos princípios, é nos modêlos estranhos, é nos exemplos estranhos, é em estranhos sistemas que êles se abeberam e inspiram. Parece até que é sòmente sôbre êstes paradigmas forasteiros que a sua inteligência sabe trabalhar com perfeição" [9].

Foi o destino do Império brasileiro o mesmo das monarquias liberais em todos os nossos povos: o primeiro passo para a revolução, o caminho de infecção do virus europeizante. Pedro II caiu como cairam Isabel II e Afonso XIII em Castela, como caiu Manoel II em Portugal: despedidos pela revolução quando deixaram de ser necessários seus serviços de encobridores da mercadoria revolucionária e esta se achava em condições de despregar ao vento suas bandeiras sem adereços de mistério.

Pedro II ignorava a verdadeira estrutura tradicional do Brasil: a da caudilhagem miúda, a dos coronelismos, a dos capitães mores, com tanto tino analisada por Vitor Nunes Leal em seu livro *Coronelismo, enxada e voto* [10] e por Costa Pôrto em sua profunda indagação acêrca de *Pinheiro Machado e seu tempo. Tentativa de interpretação* [11]. Nada sabia do vigamento social que desde os dias coloniais entrelaçava os homens por conexões humanas que nada têm que ver com os ideários políticos. Na sua torre de marfim de leituras francesas e inglesas, correspondendo-se com Gobineau, fora do verdadeiro mundo brasileiro, não espreitou além das páginas dos tratadistas políticos estrangeiros. Tendo perto de si fìsicamente o Brasil, olhou-o através da côr do vidro de suas viciadas leituras; e assim seus intentos para criar artificialmente a alternativa dos partidos segundo o famoso sorites de Nabuco eram tentativas no vácuo, porque sôbre o vácuo edificava aquêle seu império provisório nutrido de douradas medianias transitórias.

A ingenuidade de D. Pedro II, crendo de pés juntos na panacéia benéfica da liberdade abstrata, sem procurar um sistema de liberdades concretas dentro da Tradição portuguêsa onde estava a verdade social do Brasil, era a de Raimundo de Farias Brito crendo de pés juntos que na política

---

(9) São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1939, segunda edição, pág. 7.

(10) Rio de Janeiro, 1948.

(11) Rio de Janeiro, José Olympio, 1951.

era possível remediar os agravos na máquina da administração. Os homens do Império queriam sacudir a carga herdada do Portugal materno e assim Aureliano Cândido Tavares Bastos, o primeiro campeão abolicionista, predizia no futuro brasileiro a realidade de uma "raça anti-portuguêsa" para remédio dos males pela renegação da história lusitana [12]. Na liberdade e na europeização política punham todos, de D. Pedro II para baixo, o remédio das injustiças e dos males do país. Do mesmo modo Raimundo de Farias Brito via na política o remédio para as injustiças e os males pátrios.

Por isso o fracasso político de Farias Brito equivale ao fracasso político do Império. Demonstrava-se a ineficácia das fórmulas políticas para ordenar a sociedade brasileira.

4. *A desilusão filosófica.*

Desiludido da administração e desiludido da possibilidade de reformá-la com armas políticas, Raimundo de Farias Brito voltou os olhos para a especulação filosófica, derradeira alça de suas esperanças. Desde 1892 vê nos livros o último refúgio de seus sonhos. Estuda com tenacidade de campônio cearense, escreve, discute consigo mesmo, medita, medita sem sossêgo em busca de um sistema que console suas repetidas amarguras.

Uma série de livros ornam êste esfôrço admirável, num pelejar constante contra as incitações das idéias, num incessante esmiuçar crítico dos mais variados sistemas que enche os últimos cinco lustros da sua lívida existência. Num livro meu, editado em português sob o título *As doutrinas políticas de Farias Brito* [13], segundo a excelente tradução de Arlindo Veiga dos Santos, e em castelhano *Las doctrinas políticas de Raimundo de Farías Brito* [14], quís traçar a linha de seus agitados passos intelectuais, sem ocultar que o caminho se aproximava com rigor iniludível das tendas do catolicismo, nem tampouco dissimular os obstáculos que o seu desconhecimento de Santo Tomás supunha para aquela marcha de modesto gigante do pensamento, sempre leal à

(12) Apud CARLOS PONTES, *Tavares Bastos,* São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1939, pág. 242.

(13) São Paulo, Leia, 1952.

(14) Sevilla, Escuela de Estudios Hispano-americanos, 1953.

paixão pela verdade e sempre leal ao giro das revisões intelectuais. Cabendo-me a honra de a Senhora Margarida Maria de Farias Brito e Castro, filha do magno pensador brasileiro, ter reputado minha interpretação como a mais acertada da trajetória vital de seu insigue pai (15).

Era refugiar-se no pensamento buscando alívio para os outros desenganos. Desde 1892 Raimundo de Farias Brito nada quer saber da política. Poderá cair Nogueira Accioli e subir ao govêrno do Ceará o coronel Marcos Franco Rabello, — naquele mesmo Ceará onde êle agitara suas ilusões de deputado, — assegurando as falsificadas eleições de 11 de janeiro de 1912, com a vitória dêste último, o triunfo do salvadorismo militarista, depois de um quarto de século de hegemonia dos Accioli. Poderão reagir os acciolistas, proclamando Floro Bartolomeu governador, na assembléia de Joazeiro. Poderá cair a velha oligarquia, ou recuperar fôrças ao sôpro de Pinheiro Machado na mais radical das mudanças do Nordeste. Tudo dará no mesmo. Farias Brito estava tão desiludido da política que nem por um instante pensou em voltar a desposá-la como sonho, encerrado no cárcere voluntário de seus livros de filosofia.

Poderá fazê-lo Sílvio Romero, com sua ineptidão para o filosofar, mas capaz de passar a vida tôda lutando por sentarse na Câmara federal, segundo asseguram seus biógrafos (16); porque Sílvio Romero era tão superficial que enterrara a metafísica desde os anos de imberbe estudante nas aulas de Recife. Porém, não será possível num pensador de lei, profundo, sério, estudioso e enamorado da verdade como o foi Raimundo de Farias Brito.

Refugiar-se na filosofia foi a correspondente caminhada do Brasil quando em 1889 aboliu o Império, desenganado das fórmulas verbais do liberalismo vazio, para instaurar a República em nome da ordem inscrita na filosofia de Augusto Comte. O positivismo deu origem à "questão militar" mercê de Benjamim Constant, motivando que um punhado de oficiais descontentes com o Império proclamasse a República na manhã de 15 de novembro de 1889, capitaneados pelo marechal

(15) Em carta publicada na *Revista Brasileira de Filosofia,* II, 1952, páginas 760-761.

(16) Por exemplo SYLVIO RABELLO, *Itinerário de Sylvio Romero,* Rio de Janeiro, 1944, pág. 133.

Manoel Deodoro da Fonseca [17]; e o positivismo foi a fé científica sobreposta à fé católica da Tradição portuguêsa e à Fé liberal do tempo do Império. "Ordem e progresso" na bandeira, o globo como sinal da universidade da religião científica comteana, constituições como a presenteada ao Rio Grande do Sul por Julio de Castilhos, apostolado e igreja de cunho republicanos, acusam um estilo em que o nôvo regime se funde com a filosofia importada da França. O Brasil recorria à especulação de Comte, orgânica e científica, desiludido das vacuidades em que se diluia a fé liberal do Império, do mesmo modo por que Farias Brito recorria à filosofia desiludido das possibilidades de reformar com a política a ordenação humana de sua pátria.

5. *A lição do fracasso.*

Raimundo de Farias Brito morreu na convicção càlidamente dorida do fracasso. Em fins de 1915 escreveu a Jackson de Figueiredo uma carta que é seu amargo testamento de estudioso [18], na qual faz constar a solidão da sua derrota humana em têrmos patéticos, mostrando como os seus afãs de pensador não eram mais do que o último meio que lhe restava para pelejar pela causa da verdade, visto terem sido inúteis os esforços por êle dispendidos na administração e na política. "O que eu ambicionava — confessa — era coesão e solidariedade, cooperação para a vitória na luta em que imaginava empenhar-me, luta pela verdade, luta pela justiça, luta pelo aperfeiçoamento moral, eterno combate que sempre se me afigurou como o objetivo essencial e o destino próprio do espírito humano. Com êste objetivo foi que não cheguei a perceber ninguém que viesse a meu encontro: o que tem naturalmente sua explicação neste fato — que claramente se fazia visível a todos — que eram vãos os meus esforços e que eu me iludia, em absoluto, quanto à significação e ao valor de minhas idéias" [19].

---

(17) Dados concludentes em J. C. DE OLIVEIRA TORRES, *O positivismo no Brasil,* Petrópolis, Editora Vozes, 1943, páginas 95-101.

(18) Publicada em *O Paiz* de 12 de novembro de 1915 e transcrita às páginas 209-226 do livro *Algumas reflexões sôbre a philosophia de Farias Brito* (*Profissão de fé espiritualista*), Rio de Janeiro, Revista dos Tribunais, 1916.

(19) Em *Algumas reflexões,* pág. 215.

É que o fracasso humano de Farias Brito corria parelha com o fracasso nacional: nem a administração pública, nem a política, nem a sua filosofia bastavam para ordenar a trama da sociedade brasileira. Não chegando a completar o ciclo do seu caminhar ideológico, êste seu fracasso é o choque das duas fôrças que lutam em seu peito: as ideologias estranhas, em política ou em filosofia, contra seu radical temperamento de cearense, bronco e rude, rijo e sólido, robusto com vigôres espirituais de granito de honradez mental.

Naqueles dias o punhal de Francisco Manso de Paiva Coimbra cortava a vida do general Pinheiro Machado no saguão do "Hotel dos Estrangeiros" do Rio num gesto que supunha o magno fracasso do positivismo porque era a rebeldia anárquica da massa inconsciente contra quem tinha conseguido a qualquer preço manter certa estrutura da sociedade brasileira segundo as realidades efetivas de cada dia, em contraste com as fantasias dos liberais do Império, de seus eloquentes herdeiros vazios, como Rui Barbosa e os militares positivistas da República, os quais se limitaram a substituir com sua fórmula comtista a fórmula liberal sempre estrangeira, numa síntese pinheirista a preludiar a fórmula da caudilhagem liberal preconizada por Sérgio Buarque de Holanda em seu *Raízes do Brasil* [20].

Ao cabo de um século de existência independente a amargura de Farias Brito e o ódio à efetiva fôrça do gaucho maneiroso confessavam juntamente o fracasso das ideologias estranhas à gente brasileira. A rota humana do filósofo na tríplice renúncia de seus sonhos sucessivos era a rota histórica do Brasil. O desengano na administração justa das leis era a dor de serem tidos por colônia portuguêsa; a renúncia à capacidade da política para transformar o estilo pátrio era a quebra das ôcas ladainhas sonoras do liberalismo do Império; a pena da soledade na ineficácia da especulação filosófica corria paralela com a incapacidade dos comtistas metade soldados metade filósofos.

O pardo sabiá, solitário e bom, humilde e genial, apaixonado em férvidas agitações especulativas, era o símbolo individual da marcha política do Brasil. Sua lição humana dava em síntese a lição total da história moderna de seu povo. Rai-

---

(20) Rio de Janeiro, José Olympio, 1948, pág. 269.

mundo de Farias Brito, pensador isolado, era símbolo claro das marchas e contra-marchas do pensamento político brasileiro.

Nesta hora de meditações do centenário do filósofo, a mais substanciosa será a de perguntar se a linha trilhada por Farias Brito não será também a que um dia o Brasil há de seguir, para superar tantos fracassos: o reencontro com a própria essência viva mediante o repúdio de tantas fórmulas malogradas por postiças. Ou seja, o retôrno à autêntica Tradição social brasileira, ignorada pelo Império e ignorada pela República.

O PRIMADO DA MATÉRIA

Domingos Crippa

Há uma visível cautela nos autores contemporâneos ao escreverem sôbre a filosofia marxista. Essa cautela é particularmente notória quando se trata do materialismo, que impregna e condiciona todo o sistema filosófico de Karl Marx e dos seus discípulos. Procura-se ora desculpar o materialismo, ora interpretá-lo com benevolência, como mero anti-idealismo ou realismo, ora buscar, no fundo dêsse materialismo sistemático, um certo espiritualismo.

A simpatia, porém, por um determinado autor ou por um certo sistema, não pode levar até o ponto de falsificar seu pensamento ou de reduzí-lo a seus significados menores. É um princípio de metodologia, universalmente aceito, que o pensamento de um filósofo não pode ser deduzido de um ou outro texto, mas do conjunto e da coerência interna de todo o sistema. Um pensador poderá mudar de idéias, poderá corrigí-las, à medida que o próprio sistema avança ou à fôrça de novas experiências e de ulteriores reflexões. Se se tratar de idéias fundamentais é todo o sistema que deverá mudar.

Em se tratando do materialismo de Karl Marx atenderemos mais à coerência interna do sistema do que aos textos isolados. Êstes servirão mais para ilustrar e confirmar aquela. Marx nunca se retratou nem corrigiu algumas de suas idéias fundamentais, entre as quais está o materialismo, que é, por assim dizer, a condição de quase tôdas as demais. Por isso os textos de várias obras, escritas em épocas diferentes, são convergentes e ilustram-se mùtuamente.

Antes, porém, de iniciar a exposição do materialismo marxista, creio oportuno fazer uma pequena observação. O materialismo constitui uma doutrina filosófica e uma atitude moral próprias dos séculos XVIII e XIX, e inteiramente superadas como concepção geral do homem, da vida e da história. Não possui, o materialismo filosófico, viabilidade alguma nos sistemas filosóficos e nas teorias científicas do nosso século.

Apesar disso o materialismo continua, particularmente através do sistema nêle inspirado — a filosofia de Karl Marx — a merecer as simpatias do grande público. Realmente, as várias gerações que se sucederam no nosso século não acordaram ainda para as realidades e novidades por êle trazidas. Nem filosófica nem polìticamente. Tem-se às vêzes a impressão que o mundo parou por volta de 1850. As idéias, dominantes na opinião do grande público, são próprias do século passado, determinadas por uma situação política, social, econômica e filosófica que já não existe. O pensamento filosófico, especialmente nêstes últimos quarenta anos, desenvolveu-se em direções totalmente diversas das do século passado. Novos métodos, novos problemas, nova figura de mundo, novas dimensões da realidade. A filosofia da vida e a fenomenologia, a filosofia da existência e a metafísica representam uma ruptura com o pensamento filosófico do século XVIII. Em parte propõem novos caminhos e novas soluções, em parte retornam aos grandes temas e às soluções da filosofia clássica.

O materialismo, portanto, como concepção geral da vida e da história, não tem mais sentido, nem se sustenta em seus argumentos. Apesar dos protestos de alguns, as novas gerações voltam-se para soluções diversas das inspiradas no materialismo. Daí, certamente, a preocupação de "espiritualizar" o materialismo de Marx ou, ao menos, de fazer crer que o marxismo é válido sem o embasamento materialista. Pretende-se, com isso, garantir, em nossa época, a validade do sistema geral, ou, ao menos, a validade das suas teses sociológicas e econômicas.

Analisando a tese materialista de Marx, veremos, ao mesmo tempo, o sentido do materialismo dentro do sistema marxista e sua importância na justificação de tôdas as demais afirmações marxistas.

O materialismo na tradição filosófica.

O sentido do materialismo marxista só poderá ser deduzido das próprias obras de Marx. Inútil emitir juízos e auferir conclusões longe dos textos. Não se discute o sentido do materialismo neste ou naquele autor, nem buscamos saber como algum dentre os discípulos de Marx entende êsse mesmo materialismo. Buscamos, isto sim, saber o que julgava Marx sôbre a realidade das coisas e como a interpretou. Isto só será posssível numa detalhada análise do conjunto do pen-

samento de Marx, expresso em suas obras. O estudo e a comparação dos textos nos dirá qual o verdadeiro alcance do seu materialismo, estabelecendo, ao mesmo tempo, suas etapas evolutivas.

O primeiro passo nos aproximará daqueles textos nos quais Marx analisa o pensamento materialista dos filósofos que o precederam. Êle sempre se considerou continuador de uma longa tradição filosófica ocidental.

A corrente de pensamento materialista, na qual Marx julga-se inserido, vem da Inglaterra e seu representante maior é John Locke. A obra dêsse pensador "Origem do entendimento humano" — exerceu influência na França, dando origem a um pensamento materialista diverso daquele que tivera origem no mecanicismo cartesiano. Para Marx é o materialismo inglês, enriquecido pelo sensismo francês, que conduz ao socialismo. A orientação dada ao materialismo inglês pelo sensimo francês é decisiva. ""Esta é, por excelência, um elemento cultural francês e vai dar diretamente no socialismo" (1). Não deixa de ser digna de nota esta relação, estabelecida imediatamente por Marx, entre materialismo, sensismo e socialismo. Há de fato uma relação direta porque o materialismo sensista transpôsto para a ordem social se transforma em socialismo (2).

Para Marx o materialismo é "filho legítimo da Grã-Bretanha". Em João Duns Escoto, Marx vislumbra a primeira tentativa de filosofar em têrmos materialistas. "Já o escolástico inglês, Duns Escoto, perguntava se a matéria não poderia pensar. Para realizar êste milagre recorreu à onipotência de Deus, o que equivale a dizer que obrigou a própria teologia a pregar o materialismo. De resto, êle era nominalista. Ora o nominalismo encontra-se como elemento essencial nos materialistas inglêses e pode, além disso, genèricamente considerar-se como a primeira expressão do materialismo" (3).

Evidentemente Duns Escoto não reconheceria essa filiação. A "materia spiritualis" de Escoto nada tem a ver com o materialismo de Marx. Era tão sòmente um expediente para afirmar a onipotência divina. A matéria, de que fala Escoto, é a *matéria prima* dos aristotélicos, entendida, porém, como

---

(1) K. MARX, *Heilige Familie,* Col. Aus dem Literarischen Nachlass von K. Marx, F. Engels und F. Lassalle, Dietz, Stuttgart, 1902, II, pág. 232.

(2) Os termos usados nesta exposição, como materialismo, sensismo, socialismo, comunismo, liberalismo, etc., conservam o sentido que Marx lhes deu.

(3) K. MARX, ibid., pág. 235.

algo atual e não como pura potência [4]. A matéria possui, para Escoto, uma entidade própria e atual por si mesma, sem dependência alguma de possíveis atualizações formais. É em si mesma ato, anterior a qualquer forma substancial ou acidental [5]. Afirmar o contrário significava para Escoto, e para os "agostinianos" do século XIII, subtrair a matéria ao conhecimento e à ação de Deus. "Tudo aquilo que Deus realiza nas criaturas por meio de causas segundas, pode fazê-lo sem tais causas segundas que não pertençam à essência do causado. Ora a forma é uma causa segunda, que não pertence à essência da matéria enquanto matéria e pela qual Deus confere o ser à matéria. Logo Deus pode fazer a matéria sem a forma" [6].

Sendo ato em si mesma, a matéria pode receber de Deus tudo o que é próprio das formas superiores, como o ato de pensar. Não se tratava, portanto, nem de milagre, nem de materialismo.

Para Marx, o materialismo vindo da Inglaterra seguiu uma trajetória muito simples, depois da tentativa "teológica" de Escoto: Bacon, Hobles e Locke.

Quanto a Bacon, é interessante ver como e porque Marx o coloca entre seus predecessores. É conhecida a teoria baconiana da *forma* das coisas. Esta não designa a realidade substancial profunda, como ensinaram os escolásticos anteriores; é a coisa mesma — "ipsíssima res" — a coisa enquanto algo existente no mundo da realidade. Não se trata, portanto, da essência, traduzível em conceito abstrato, mas da coisa concreta, observável, experimentável, ao alcance cotidiano dos sentidos. A "forma", porém, que é a própria coisa, é também o substrato último das coisas, que permanece sempre, como possibilidade constante das mais diversas organizações coisificadas [7].

---

(4) Cf. *Ordinationes*, II, 12, 1, 20.

(5) Cf. *Ordin.*, II, 12, 2, 3.

(6) Ibidem — Dificilmente poder-se-á provar a afirmação de Marx de que o nominalismo é a "primeira expressão do materialismo". Isso não se segue certamente do fato de os materialistas ingleses serem nominalistas. Aqui, como em tôda a sua obra, Marx confunde as questões metafísicas com as questões gnoseológicas.

(7) A "forma" assim concebida aproxima-se, sob certos aspetos da noção de "materia prima" aristotélica, enquanto mera possibilidade de tôdas as formas ou perfeições.

Como tal a "forma" era concebida por Bacon como uma organização inicial da matéria, que êle denomina "esquematismo latente" (8). São, nada mais nada menos, as próprias possibilidades reais da matéria, que, sempre, está ordenada a determinadas perfeições. É evidente que o "esquematismo latente" pressupõe já uma certa determinação; só pode existir na "matéria segunda". Na madeira, por exemplo, é possível determinar diversos "esquematismos latentes": móveis, casas, carvão, pedra, etc.. Por isso, Bacon dizia que a verdadeira definição essencial só pode ser dada após o conhecimento dêsse "esquematismo latente", porque só então a definição conterá as diferenças específicas da essência definida. Por outro lado, conhecer o "esquematismo latente" é conhecer a *lei* constitutiva de tôdas as coisas, porquanto estas não se constituem fora daquele esquematismo.

Foi exatamente a idéia de um "esquematismo latente" na matéria que entusiasmou Marx, provocando arroubos poéticos na contemplação da matéria, levando-o a denominar Bacon de "primeiro fundador" do materialismo. O esquematismo de Bacon torna-se, em Marx, instinto, espírito vital, poder de tensão da matéria. O abuso da linguagem pode ser muitas vêzes danoso porque encobre idéias falsas. Marx chega a falar de "tormento dá matéria", "sorriso da matéria". A matéria, sendo sempre possibilidades, "apetece" formas superiores, porém, nada é e nada permanecerá sem a perfeição atual dessas formas.

Eis como Marx se refere a Bacon: "Entre as propriedades inerentes à matéria, é o movimento a primeira e a mais excelente, não só como movimento mecânico e matemático, mas ainda como instinto, espírito vital, poder de tensão, em que, para empregar as palavras de Böhme, se exprime o tormento da matéria. As formas primitivas dêste movimento são fôrças essenciais, vivas, individualizantes, inerentes à matéria e origem de tôdas as diferenças específicas. Em Bacon, seu primeiro fundador, o materialismo contém ainda em si os germes de uma evolução multilateral. A matéria sorri ao homem total, num deslumbramento poético e sensível" (9).

---

(8) Cf. *Novum Organum*, 1. II, cap. VII — "latens schematismus".
(9) *Heilige Familie*, ed. cit., pág. 236.

Hobbes, mecanicista como grande parte dos pensadores de sua época [10], julgava explicar tôda a realidade matemàticamente, fundando-se sôbre o movimento. A oposição entre êle e os cartesianos tornou-se profunda e total, porque, enquanto êstes permaneciam fiéis ao espiritualismo, Hobbes caminhou decididamente para o materialismo mais radical, e o determinismo inviolável.

A matéria homogênea e o movimento mecânico explicam suficientemente, para Hobbes, a complexa realidade física e psicológica do mundo e dos homens. Nada existe fora destes dois princípios. De um lado, "tôda a realidade é corporal"; do outro "tôda a mutação não passa de um movimento de corpos modificados... a mutação é o movimento das partes do agente ou do paciente" [11]. Tal afirmação deveria reunir as duas teses, a do materialismo e a do mecanicismo [12].

Nominalista, podia resolver com tranqüilidade as dificuldades que os princípios metafísicos, em particular o da causalidade, opunham ao mecanicismo materialista. A causalidade não passa da ação que mùtuamente os corpos exercem. Não atinge, porém, a essência dos mesmos que é a matéria extensa, mas permanece no âmbito dos acidentes determinados.

Marx coloca Hobbes entre os grandes materialistas, cabendo-lhe o mérito de ter "sistematizado" Bacon. Não deixa, porém, de criticá-lo por causa do seu mecanicismo determinista. Com êle, o materialismo começa a ser "unilateral", originando desta forma a idéia de um todo material homogêneo, imóvel e permanente. Tal materialismo é contrário à experiência, tornando-se por outro lado "hostil ao homem" [13].

O materialismo, para Marx, passa necessàriamente por Locke, que estabeleceu no seu *Ensaio* a verdadeira origem das nossas idéias. "Hobbes tinha sistematizado Bacon, mas o seu princípio fundamental — a origem das idéias e dos conhecimentos, a partir do mundo dos sentidos — não tinha sido aprofundada por êle. Locke deu um fundamento ao prin-

(10) Amigo de Minime Mersenne, Hobbes conheceu o círculo de amigos e discípulos de Descartes, que publicou seu "Discurso" sôbre o método em 1637, quando Hobbes se encontrava em Paris.

(11) HOBBES, *De Corpore,* Cap. IX, § 9.

(12) Hobbes considerava-se cristão e aceitava, pela fé, a existência de Deus, dos anjos, da alma espiritual. Tais realidades, porém, não podiam ser *naturalmente* conhecidas, isto é, não eram naturalmente evidentes.

(13) K. MARX, sob. cit., pág. 237.

cípio de Bacon e de Hobbes, no seu *Ensaio sôbre o entendimento humano*... Locke fundou a filosofia do bom senso, do *gesunder Menschenverstand,* e ensinou que não há filósofos separados dos sentidos humanos sãos e do entendimento que neles se funda" [14].

Locke não é, certamente, materialista, mas forneceu, segundo Marx, a teoria gnoseológica válida para o materialismo. As idéias — termo genérico que designa tudo o que pensamos — nascem sempre e diretamente da experiência sensível, do contato dos sentidos com a realidade material, existente em si mesma e fora de nós. As idéias simples — nas quais a inteligência comporta-se passivamente — procedem da sensação ou experiência externa, e da reflexão, ou experiência interna. As idéias complexas — produzidas pela inteligência — procedem de combinações de idéias simples.

Tudo está assim explicado e a teoria do conhecimento fornece mais um fundamento à tese materialista. Não há realidade alguma fora da matéria e por isso mesmo idéia alguma pode surgir na inteligência que não proceda da sensação ou contato com as coisas materiais.

Marx, portanto, aproveita-se, com muita liberdade, das teses e princípios dos seus predecessores, canalizando-os em direção de suas idéias. Todos colaboraram para a elaboração de sua tese materialista. A matéria é fôrça e movimento — Bacon — é a realidade que tudo abarca — Hobbes — e é a única coisa que conhecemos, de onde nascem tôdas as nossas idéias — Locke.

O sensismo de Locke ganhou ràpidamente as simpatias dos pensadores franceses, tendo assim origem, segundo Marx, a segunda corrente do materialismo francês. A primeira, mecanicista e panteísta, proveio de Descartes e encontrará seu apogeu nas ciências positivas da natureza. Ao contrário, a segunda corrente vê na matéria não apenas a organização material e mecânica, mas a vida em tôdas as suas formas. Será, mais tarde, o materialismo dialético.

As idéias de Locke tiveram dois propugnadores, que Marx cita: Condillac e Helvetius. O primeiro, no seu *Tratado das Sensações,* nada mais fez do que simplificar a tese de Locke, suprimindo a reflexão, como origem do conhecimento. O

(14) Ibidem, pág. 237.

conhecimento e tôdas as nossas idéias nascem pura e simplesmente da experiência, como sensação externa. Empirismo total. A inteligência é sacrificada às idéias e estas às sensações. O mundo do conhecimento é o mundo material e o próprio conhecimento não passa de uma experiência do mundo material.

Helvetius, vivendo no mundo dos "filósofos" enciclopedistas que tentaram inicialmente salvar as aparências e mostrar boa vontade ante os valores religiosos e culturais da tradição, procurou, no estudo da vida consciente, aplicar os princípios do sensismo empirista e materialista. Nas duas obras *De L'Esprit* e *De L'Homme,* propõe uma solução materialista para o problema do conhecimento e das idéias. A sensibilidade física é a origem de tudo o que se passa na nossa mente. Por outro lado, o materialismo tem conseqüências na vida social, porquanto as paixões humanas devem ser pela sociedade dirigidas e educadas tendo em vista a convivência harmoniosa de todos. A lei deve estar de tal maneira ligada ao interêsse geral e à felicidade individual que os homens encontrem mais prazer em observá-la do que em violá-la.

É assim que o materialismo se torna socialismo. Conservando sua essência, torna-se um princípio de organização social e de socialismo. Marx assim se refere a Helvetius: "Com Helvetius, que também deriva de Locke, o materialismo recebe seu caráter especìficamente francês. Helvetius concebe-o mesmo diretamente, em relação com a vida social (Cf. De L'Homme). As qualidades sensíveis e o amor de si, o prazer e o interêsse pessoal bem compreendidos são o fundamento de tôda a moral. A igualdade natural das inteligências humanas, a unidade entre o progresso da razão e o progresso da indústria, a bondade natural do homem, a onipotência da educação são os principais momentos do seu sistema"[15].

La Mettrie ensina um materialismo universal e ontológico. Tudo é matéria e tudo explica-se pela matéria. As mutações, as variedades quantitativas e qualitativas, tôdas as coisas, numa palavra, são suficientemente explicadas pelas leis necessárias e mecânicas, próprias da matéria. Marx entende que La Mettrie tentou unir num único sistema materialista as duas correntes, o materialismo cartesiano, mecânico e monista, e o materialismo inglês, pluralista e dialético.

---

(15) Ob. cit., pág. 238.

Holbach deduziu dos postulados materialistas os princípios éticos e sociais que deveriam regular a sociedade e comportamento humanos. Partindo do pressuposto materialista, seja êle monista ou pluralista, concluiu ser necessário uma nova moral, desligada de qualquer compromisso com a religião, e interessada ùnicamente com os interêsses humanos.

A natureza é obra de leis físicas e não de um poder divino e de uma providência transcendental. A nova moral universal, resultante de uma legislação, deve levar cada homem a auxiliar os demais pelo prazer proveniente dêsse ato.

Tôda a ilustração francesa, depois de Diderot, foi materialista, no sentido de excluir, na interpretação do homem, tudo o que seja espírito ou dele proceda. De todos, o mais radical foi Cabanis, que identificava simplesmente corpo e alma, como sendo a mesma coisa. O homem, acima do qual nada existe, é inteiramente analisado pela fisiologia, psicologia e ética. "Os nervos, eis todo o homem", costumava dizer.

Dentro dêste espírito materialista, vulgar e tranquilo — tranquilidade própria da vulgaridade — Mandeville e outros podiam negar todos os princípios da moral e pregar a subversão pura e simples dos valores que sustentavam a sociedade. A sociedade não deverá fundar-se sôbre o altruismo e sôbre as virtudes, mas sôbre o egoísmo. Esta é a condição do progresso econômico, social e político, estimulado pelas paixões e pelos vícios.

Marx, sem aceitar os sistemas desses pensadores, aceita a tese materialista neles proposta e defendida, e os enumera entre seus predecessores.

Além desses mestres, o materialismo de Marx foi influenciado pelo darwinismo, entendido logo no início num sentido exclusivamente materialista. Neste sentido, o darwinismo torna-se a base biológica do marxismo. Escrevendo a Engels, Marx confessa com simplicidade: "Li muitas coisas. Entre outras, o livro de Darwin sôbre a seleção natural. Mesmo sendo um livro pesado, tipo inglês, êle contém o fundamento biológico de nossa teoria" (16). O darwinismo, no entanto, liga-se a um outro aspeto do materialismo maxista, à dialética. "O materialismo, escreve Engels, transformado pelo método he-

(16) Carta de dezembro de 1860, MEGA, III, II, pág. 532, cit. por A. PIETTRE, *Marx et marxisme,* PUF, 1959, pág. 173.

geliano e pela teoria da evolução, torna-se um materialismo dialético" (17).

Vista esta breve história do materialismo marxista, feita pelo próprio Marx, não pode haver dúvida quanto ao seu sentido e alcance. É um materialismo ontológico, que não apenas afirma a realidade objetiva das coisas, mas exclui qualquer realidade fora da matéria.

O contributo de Feuerbach

Segundo o testemunho explícito de Marx e de Engels, o grande divulgador, defensor e animador da tese materialista foi Feuerbach.

Por primeiro, Feuerbach inverteu o sistema hegeliano, colocando o homem natural no lugar do espírito absoluto; destruiu as divindades hegelianas, e em seu lugar colocou o homem. "Com um único golpe, êle (Feuerbach) reduziu a cinzas a contradição (do sistema hegeliano), recolocando novamente o materialismo no tronco. A natureza existe independentemente do homem; ela é a base sôbre a qual nós homens — produtos também da natureza — nos engrandecemos. Fora da natureza e dos homens, nada existe e os seres superiores criados pela nossa imaginação religiosa não passam de um reflexo fantástico do nosso próprio ser... O entusiasmo foi geral; durante um certo tempo fomos todos fueurbachianos" (18).

Feuerbach criticou certamente o idealismo hegeliano, abstrato e irreal. "Verdade é o homem e não a razão abstrata, verdade é a vida e não o pensamento que fica no papel. onde encontra a existência que lhe convém" (19). Mas foi muito além. A afirmação da objetividade do conhecimento confunde-se com a afirmação da natureza e do homem como as únicas realidades. Deus não passa de uma tomada de consciência do próprio homem; é uma projeção, além das

(17) F. ENGELS, *Ludvig Feuerbach et la fin de la philosophie classique allemañde,* 1935, pág. 46; cit. por A. Piettre, ibid.

(18) F. ENGELS, ob. cit., pág. 17. Como neste texto e em muitos outros, passa-se da ordem gnoseológica — objetividade das coisas conhecidas — para a ordem ontológica — nada existe além da natureza. Daí a confusão existente na interpretação do materialismo marxista.

(19) FEUERBACH, *L'Essence du christianisme,* trad. Roy, Paris, Lacroix, 1864, pág. IV.

nuvens, da realidade do homem. O verdadeiro "ser absoluto", o verdadeiro deus do homem é o próprio homem.

O que Feuerbach pretende é estabelecer um nôvo contato com a realidade e superar, desta forma, tôdas as alienações que subjugavam o homem aos seus próprios ídolos. O homem deveria ser Deus para si mesmo. A realidade ilusória de Deus seria substituída pela realidade real do homem. "Em reação contra Hegel, que não dava à matéria, à realidade concreta, senão uma existência ilusória; e também contra Bauer, que se tinha limitado a agravar o idealismo hegeliano, dissociando a idéia de tôda a substância, para a reduzir à consciência, Feuerbach propunha-se realizar a unidade dinâmica do pensamento e do ser, do espírito e da matéria, do sujeito e do objeto, partindo, não da idéia, mas sim da realidade, integrando o espírito na matéria, e não a matéria no espírito, e fazendo do homem concreto, com a sua sensibilidade e as suas necessidades, a expressão orgânica desta síntese" (20). O que Feuerbach pretende é superar o dualismo consciência-ser, sujeito-objeto.

O realismo feuerbachiano, no entanto, é puro materialismo, mesmo que Marx encontre nêle, mais tarde resquícios do idealismo(21). A verdadeira realidade para Feuerbach é a coisa material, que se encontra ao alcance dos sentidos, a única faculdade do conhecimento que atinge o que, na sua essência, as coisas são. "Uma existência real, nada mais é do que uma existência material, sensível" (22). O espírito não passa de mera ficção. "Existir espiritualmente, escreve ainda Feuerbach, é existir pura e simplesmente no pensamento ou na fé" (23).

O materialismo feuebachiano é humanista, uma vez que o homem é a única realidade que lhe interessa. Ora o homem, para Feuerbach, é seu corpo. "Sòmente o corpo distingue a

---

(20) A. CORNU, *K. Marx. L'Homme et l'oeuvre. De l'hegelianisme au matérialisme historique,* Alcan, 1934, pág. 220-221.

(21) Calvez mostra-se demasiadamente benévolo para com Feuerbach ao escrever: "Para instaurar o primado do homem, ou da realidade humana imediata, não há dúvida que Feuerbach não substituia o idealismo pelo materialismo, pelo menos não o substituia por um materialismo mecanicista, no sentido em que o entendiam os filósofos do século XVIII". J. Y. CALVEZ, *O pensamento de K. Marx,* Porto, 1959, vol. I, pág. 157. De fato, o realismo de Feuerbach não passa de materialismo. O sentido é o mesmo.

(22) FEUERBACH, ob. cit., pág. 241.

(23) Ibidem.

personalidade real da personalidade imaginária de um fantasma" [24]. Por conseqüência, o ideal supremo dêsse homem-corpo é inteiramente terreno.

Marx, apesar da admiração que possuia por Feuerbach, criticou-o mais de uma vez. No entanto, não criticou o humanismo materialista por ser materialista, mas por apresentar-se ainda de maneira muito tímida. O "Homem" de Feuerbach seria tão imaginário e irreal quanto a "Idéia" de Hegel. Ambos tomaram um conceito pela realidade. A primeira tese contra Feuerbach não deixa margens a comentários: "O defeito principal de todo o materialismo, até aqui conhecido — sem excluir o de Feuerbach — é que a totalidade concreta e sensível é aí concebida apenas sob a forma do objeto e da representação, e não como atividade sensorial do homem, como prática humana, insubjetivamente. É por isso que o aspeto ativo se encontra desenvolvido de modo abstrato (em oposição com o materialismo) pelo idealismo que, naturalmente, ignora a atividade real, sensorial, enquanto tal. Feuerbach quer objetos de pensamento: mas não sabe conceber a atividade humana em si mesma como atividade objetiva" [25].

A crítica de Marx atinge o âmago da posição materialista, em geral. Enquanto, antes dele, todos os materialistas viram na matéria a realidade objetiva, estática, agora importava fazer da matéria um princípio subjetivo, uma fonte de atividade. O dinamismo está no real, e o real é o material. Só assim pode-se entender uma "práxis" autêntica, como atividade real sensorial. Só a matéria pode ser objeto de uma tal atividade. "Trata-se da atividade do homem sensorial, da atividade do homem sensível, da atividade humana sensível, que se manifesta neste todo que é o homem em ação sôbre a natureza material" [26].

De fronte a todos os materialismos, a posição de Marx é radical: advoga um materialismo total que vai muito além

(24) Ibidem, pág. 124. Às vêzes Feuerbach recorre a expressões muito mais vulgares. Por exemplo: "os alimentos, transformam-se em sangue, o sangue em coração e cérebro, em pensamentos e sentimentos. A alimentação humana é a base da cultura e da opinião humana. Quereis reformar um povo? Dai-lhe, em lugar de declarações contra o pecado, melhores alimentos. O homem é o que come". *Obras Póstumas,* t. II, pág. 10.

(25) *Teses sôbre Feuerbach,* 1; apud CALVEZ, ob. cit., pág. 195.

(26) CALVEZ, ob. cit., pág. 196.

do simples realismo cognoscitivo. A matéria ou o real não é simplesmente o "outro" da consciência ou do homem; é êle mesmo — sujeito — enquanto atividade ou práxis. Em conclusão, Marx confere o primado absoluto à matéria, princípio, fonte e unidade de tôda a atividade humana. A matéria é dinâmica e no seu dinamismo vai evoluindo para formas mais perfeitas de vida, até o homem e a organização social. Não há realidades estáticas para serem contempladas. Na práxis transformadora, o homem se faz a si mesmo, cria a sociedade e a organiza, dentro de um processo histórico que evolui constantemente.

O materialismo marxista

Depois do que ficou exposto nas páginas anteriores, parece inútil insistir no materialismo marxista. Marx tinha plena consciência da sua posição materialista e foi sempre coerente com essa posição. Nunca o assaltou a idéia de que a matéria não pudesse explicar tudo, nem que alguma realidade houvesse fora e acima da matéria. O materialismo marxista é total e irremediável do ponto de vista ontológico. Recusa inteiramente as realidades transcendentais e espirituais e se insere na matéria pura, da qual tudo deve ser deduzido e à qual tudo deve ser atribuído [27].

Marx recusou a filosofia de Feuerbach por julgá-la ainda idealista, objetivando a matéria como um todo imóvel e volatilizando o homem na idéia de Homem. Marx quer um realismo integral, no qual o homem seja considerado assim como de fato é, de carne e osso, com necessidades e desejos, que tra-

(27) Dêste ponto de vista, o livro de Erich Fromm *Conceito Marxista do Homem* (Zahar editôres, 1962) é de uma ingenuidade inexplicável. Marx, afirma êle, não é materialista. Chega mesmo a ser espiritualista. Sua ação é comparável à dos profetas de Israel, que lutavam contra as divindades, não contra Deus. Porque Marx não é materialista? Porque Marx seria materialista, na opinião de muitos, por ter ensinado que "a suprema motivação psicológica do homem é seu desejo de vantagem monetária e de confôrto, e que êste anelo pelo lucro máximo constitui o principal incentivo na vida pessoal e na vida da raça humana". Ora isto é falso porque "a meta de Marx era a emancipação espiritual do homem, sua libertação dos grilhões do determinismo econômico, sua reintegração como ser humano, sua aptidão para encontrar unidade e harmonia com seus semelhantes e com a natureza" (Ob. cit., págs. 14-15). Além do fato de esta poética resposta nada ter a ver com a questão proposta, há o verdadeiro materialismo de Marx, que, como ficou demonstrado, não é o imaginado por E. Fromm.

balha, luta, sofre e morre. O realismo integral, no entanto, acabou sendo o mais rigoroso e sistemático materialismo, seja na ordem do ser — tudo é matéria — seja na ordem do conhecer — só os sentidos conhecem — seja na ordem do agir — só há a práxis que transforma objetos e cria o homem.

Na linha do mais ortodoxo materialismo, encontram-se os mais autorizados discípulos de Marx. Todos começam por opor-se radicalmente ao idealismo imanentista e acabam na imanência mais radical, a matéria auto-consciente e em desenvolvimento. Todos recusam o materialismo clássico dos escritores franceses, porque monista e homogêneo e acabam no mais unitário e estático materialismo. A ação e a consciência, que estabeleceriam a dialética, são prolongamentos da própria matéria, uma vez que o espírito é recusado, e a matéria não pode dar origem a realidades metafísicas superiores a ela mesma.

Marx, passadas as primeiras tergiversações juvenis, nunca pôs em dúvida os princípios materialistas. A consciência — que para êle brota da ação sôbre a natureza — é um produto social, identificando-se com uma realidade meramente biológica: "O homem não se diferencia do carneiro senão no fato de que nêle a consciência substitui o instinto, ou que seu instinto é consciente" [28]. Essa consciência, fruto dos objetos produzidos e da práxis social, aumenta em proporção de suas necessidades, que são sempre de ordem biológica.

O pensamento é um produto do movimento cerebral. No prefácio do *Capital* lê-se: "o movimento do pensamento é a reflexão do movimento real, transportado e colocado no cérebro do homem". Paul Lafargne, genro de Marx, afirmou numa conferência proferida a 12 de janeiro de 1895: "Porque não dizer, com o materialismo, que tudo deve existir em tudo, uma vez que o pensamento não é, em última análise, que um fenômeno físico-químico, uma transformação do movimento?... O homem e os animais pensam porque possuem um cérebro: o cérebro transforma as sensações em idéias, como os dínamos mudam o movimento que lhes é fornecido em eletricidade" [29]. Consequentemente, as verda-

(28) *Ideologia Alemã,* em Oeuvres Philosophiques, t. VI, pág. 169.

(29) Cit. por A. ETCHEVERRY, *Le Conflit Actuel des Humanismes,* PUF, 1955, pág. 126.

deiras ciências do homem são as ciências físico-químicas e as ciências biológicas.

Engels, geralmente mais claro do que Marx em questões estritamente filosóficas, afirma sem ambiguidades que "o mundo material, perceptível aos nossos sentimentos, ao qual nós mesmos pertencemos, é a única realidade... A matéria não é um produto do espírito mas o espírito, êle mesmo, é o produto superior da matéria... E isto é naturalmente puro materialismo" [30]. Nenhuma realidade estritamente espiritual, afirmada como independente da matéria e a ela superior, pode subsistir [31].

Em conclusão, "Marx e Engels rejeitam as teses fundamentais do espiritualismo e fazem da matéria o estôfo único do universo. Entre o homem e o animal êles reconhecem uma diferença acidental de grau e não uma distinção essencial de natureza" [32].

Lenin, na sua oposição radical ao idealismo clássico e a qualquer forma de idealismo [33], afirmou claramente o materialismo. O realismo leninista começa por uma afirmação do senso comum: "O realismo simples de todo homem de espírito são, consiste em admitir a existência das coisas, do meio, do universo independentemente de nossa sensação, de nossa consciência, do nosso eu e do homem em geral. A experiência que cria em nós a convicção da existência de outros homens, independentemente de nós... cria em nós a convicção da existência dos objetos, do universo, do meio, independentemente de nós" [34]. Termina, no entanto, com a tese materialista: "A matéria é o que há de primordial; o pensamento, a consciência, a sensibilidade não passam de produtos de uma evolução muito adiantada" [35].

---

(30) MARX-ENGELS, *Études Philosophiques,* Editions Sociales, 1947, págs. 51-52, 76-78.

(31) "Um ser fora do tempo é um absurdo tão grande quanto um ser fora do espaço". ENGELS, *M. E. Dühring bouleverse la science,* Ed. Costes, 1931-1933, vol. I, pág. 61.

(32) A. ETCHEVERRY, ob. cit., pág. 127.

(33) Ao seu tempo, o *empiriocriticismo* suscitava entusiastas discípulos, tanto na Rússia como na Europa em geral. Para Lenin todos êles estavam comprometidos com alguma forma de idealismo.

(34) *Materialisme et empirio-criticisme,* Oeuvres Complétes, Editions Sociales internationales, t. XIII, pág. 47.

(35) Ob. cit., pág. 52.

Certamente, quem reduzisse o universo e os objetos todos que constituem a natureza a meras representações mentais se enclausuraria na imanência da consciência e acabaria no solipsismo [36]. Afirmar o contrário, no entanto, não significa aceitar o materialismo [37]. Lenin, porém, conclui simplesmente: "Se a realidade nos é dada, é necessário atribuir-lhe um conceito filosófico; ora êste conceito está estabelecido desde muito tempo, e é o da matéria" [38]. Exclui-se qualquer possibilidade de um realismo espiritualista. Não há realidades espirituais; a realidade é necessàriamente a matéria. Lenine segue a linha mais pura do marxismo. Marx e Engels também identificaram simplesmente realidade e matéria [39], e recusaram qualquer compromisso com o idealismo e o espiritualismo.

É esta atitude claramente materialista que Lenin louva nos seus mestres. "A eliminação do dualismo espírito e corpo pelo materialismo... consiste em afirmar que o espírito não tem existência independente do corpo, que o espírito não passa de um elemento secundário, uma função do cérebro, a imagem do mundo exterior" [40].

Todos os marxistas subscrevem estas afirmações e devem subscrevê-las porque elas coincidem com a essência do marxismo. Sem elas o marxismo deixa de ser marxismo. Não é questão de dogmatismo ou de fidelidade a Marx, mas de essência de uma doutria filosófica. Por isso M. Coguiot afirma ser "inútil recordar constantemente que para um marxista não há mundo transcendente, que o mundo é unitário e que sua unidade, como diz Engels, habita na sua natureza material" [41]. Outro marxista, P. Naville, protestando contra tôdas as tentativas de ressuscitar, dentro do marxista,

---

(36) Cf. ob. cit., pág. 22.

(37) Para Lenin, entre o idealismo e o materialismo não pode haver meio têrmo, ou terceira posição. Cf. Ob. cit., pág. 46. Note-se que como posição intermédia, Lenin tinha diante dos olhos apenas os empirio-criticistas. "As tentativas de sair destas duas correntes fundamentais da filosofia não passam de charlatanismo grosseiro" Ob. cit., pág. 297.

(38) Ob. cit., Pág. 102. Em muitos outros lugares Lenin identifica simplesmente realidade e matéria.

(39) Cf. ENGELS-MARX, *Études Philosophiques,* ob. cit., pág. 47.

(40) LENIN, ob. cit., pág. 66.

(41) Em *La Pensée,* 1946, n.º 8, pág. 122.

o dualismo matéria-espírito, corpo-pensamento, conclui ser necessário "retornar a uma posição monista" [42].

Tal é o materialismo, na sua pureza doutrinária. Quem seu deu ao trabalho de ler as obras de Marx, Engels, Lenin e dos demais ideólogos do marxismo, percebeu como a tese materialista é o fundo necessário e o pressuposto de tôdas as demais proposições de ordem teológica, filosófica, social e econômica propostas pelo marxismo. O materialismo possui em Marx uma característica própria: deve ser dialético e pluralista, não por exigência do próprio materialismo, mas por causa do método hegeliano, aceito e utilizado por Marx. Êste aspeto será objeto de outro estudo. Creio ter aqui demonstrado, com suficiente clareza, que o marxismo é indissociável do materialismo, e que êste materialismo significa recusa de qualquer transcendência, de qualquer espiritualismo. Existe a matéria e sòmente a matéria, como totalidade, da qual procede, por evolução necessária, tudo o que é o universo e tudo o que nêle existe, inclusive o homem e tudo o que nêle há. É por isso que o materialismo marxista apenas nos têrmos e em palavras se distingue do materialismo de todos os tempos.

---

(42) *Psychologie, marxisme, materialisme,* Paris, Rivière, 1948, pág. 254. Como êste, muitos outros marxistas poderiam ser citados.

POLÍTICA E DESENVOLVIMENTO

ANTONIO DELFIM NETTO

A discussão da chamada "Carta do Paraná", que contém as resoluções do II Seminário Nacional de Reforma Universitária, realizado neste ano em Curitiba, pode assumir várias formas, a mais interessante das quais nos parece ser a análise do diagnóstico preliminar e o conseqüente enquadramento do papel da Universidade no processo de desenvolvimento econômico.

O aspeto mais positivo do documento é, sem dúvida, o fato de que os estudantes universitários começam efetivamente a tomar consciência dos processos de modificação estrutural que necessàriamente acompanham o desenvolvimento econômico. Na medida em que essa energia puder ser convenientemente dirigida, ela transformar-se-á num dos mais poderosos instrumentos de realização do desenvolvimento econômico.

Do ponto de vista do diagnóstico, é bastante clara a inspiração marxista do documento, revelada pela metodologia utilizada. Trata-se, entretanto, de uma análise que não honra o marxismo, pois é dominada por terríveis confusões verbais e por contradições lógicas insuperáveis.

Pode-se, sem violentar a natureza do documento, afirmar que êle atribui tôdas as dificuldades da economia brasileira atual à propriedade privada dos fatôres de produção. Dessa propriedade privada — exclusivamente dela — decorreria tôda a alienação do homem brasileiro. Que existe um engano brutal em tal interpretação e que a "expropriação dos expropriadores" não conduz, necessàriamente, à desalienação do homem é provado sobejamente pelo desenvolvimento dos países onde o marxismo-leninismo assumiu o contrôle do poder político.

É certo que de um ponto de vista formal deve-se distinguir o marxismo como concepção do mundo, de tôdas as suas instrumentalizações verificadas até o presente. Essa distin-

ção se impõe exatamente porque tais instrumentalizações acabam sempre negando o fim último do pensamento marxista, que é a libertação do homem e a sua total identificação com sua própria obra. Não é possível negar, entretanto, que mesmo na forma instrumental que nos parece a mais avançada, que é o caso iugoslavo, a centralização do poder político ainda conduz a alienações insuportáveis, como se revela claramente no atual "affaire Djilas".

Em tôdas as suas instrumentalizações, o ideal marxista tem sido mistificado pela concentração do poder político nas mãos de uma minoria que se crê — às vêzes até honestamente — a expressão legítima e final da vontade popular. Em tôdas as ocasiões, a eliminação pura e simples da propriedade privada dos fatôres de produção tem conduzido não a uma sociedade de homens menos alienados, mas sim a de homens mais alienados.

O problema nos parece muito mais sério numa sociedade econômicamente subdesenvolvida, pois nestas a realização do desenvolvimento através da eliminação da propriedade privada dos fatôres de produção deve conduzir, necessàriamente, a uma profunda concentração do poder político e à formação de uma gigantesca máquina burocrática, diante da qual todos teremos de depositar a nossa vontade e a nossa esperança.

O desejo de desenvolvimento representa o legítimo direito que têm todos os povos de particular dos progressos tecnológicos incorporados ao conhecimento do homem. Êsse progresso tecnológico não se apresenta, entretanto, numa forma abstrata, mas na forma concreta de bens de capital, o que quer dizer que a realização do desenvolvimento econômico implica numa aceleração da taxa de capitalização da coletividade. O desenvolvimento econômico depende, em última instância, da *formação de um excedente produtivo* e da *conveniente utilização dêsse excedente na forma de incorporação da tecnologia em bens de capital.*

O processo pode ser apreciado em tôda a História, condicionando a amplitude e a profundidade dos sistemas econômicos. É assim, por exemplo, que em Roma a formação do excedente dependia bàsicamente do regime escravo. Enquanto êsse excedente pôde crescer e permitiu o investimento em forma de urbanização e de exércitos, o sistema continuou se expandindo. Na Idade Média o sistema regrediu sôbre si mesmo, enfeudando-se e dando lugar a uma economia de

subsistência de alto nível, em que o excedente era apropriado pela classe que se dedicava à guerra e convertido em investimentos na forma de castelos e posteriormente na forma de catedrais.

No capitalismo comercial, que sucedeu à economia feudal, o excedente formava-se nas correntes de comércio e eram utilizados na ampliação dêsse mesmo comércio. Pela primeira vez, parece, o excedente foi apropriado por uma classe que estava diretamente ligada ao processo de sua criação, o que tornou a capitalização mais ou menos automática.

O desenvolvimento econômico depende, assim, de três fatôres:

1. da possibilidade de criação de um excedente produtivo;
2. da apropriação dêsse excedente produtivo por uma classe minoritária, de forma que êle não seja consumido, como ocorreria se fôsse apropriado por tôda a coletividade;
3. do fato da classe minoritária estar ligada ao processo de formação do excedente.

Os dois sistemas econômicos antogônicos que se defrontam hoje no mundo, realizam o mesmo processo, por caminhos diferentes. Chamaremos de *economia de mercado* aquela, como a nossa, em que a formação dos preços e a alocação dos fatôres de produção é, em linhas gerais, determinada pelo sistema de *preços formados num mercado onde a influência de uma autoridade central é relativamente pequena*. Chamaremos de *economia comunista* aquela em que o sistema de *preços depende da vontade da autoridade central.*

As duas economias — a de mercado e a comunista — são *capitalistas,* no sentido de que as duas almejam incorporar ao processo produtivo os progressos tecnológicos na forma de um aumento da quantidade de capital.

Na economia de mercado, a formação de excedente está estreitamente ligada à sua apropriação e ao seu reaproveitamento no processo produtivo, pelos empresários. Devido à existência da *propriedade privada dos fatôres de produção,* o excedente se apresenta, bàsicamente, na forma de remuneração residual — *o lucro.* Como a classe que se apropria do exce-

dente está ligada à produção, a sua transformação em capital é mais ou menos automática, de onde decorre uma aceleração do desenvolvimento e a generalização dos benefícios para tôda a coletividade. É importante notar, entretanto, que êsse automatismo e essa generalização dos benefícios apenas ocorre onde os empresários *reinvestem de forma produtiva o excedente.* Quando, por motivos institucionais isso não ocorre, a captação do excedente pelo grupo minoritário não tem qualquer função social e tende a gerar uma estratificação da sociedade em classes fechadas.

Na economia comunista o excedente é apropriado pela classe minoritária que exerce o poder em nome do povo e reinvestido de acôrdo com os ideais perseguidos por aquela classe. Através da manipulação do sistema de preços, o que vale dizer, da distribuição dos rendimentos, introduz-se um mecanismo de captação dos excedentes *independentes da propriedade privada dos fatôres de produção.* Numa economia desta natureza o desenvolvimento econômico é acelerado e automático, desde que a classe minoritária encontre um paradigma em outra economia mais evoluída, que lhe permita orientar adequadamente os investimentos.

Não existe nenhuma razão para supor que um dos sistemas — o da economia de mercado e o da economia comunista — seja intrìnsecamente superior ao outro . Do ponto de vista estritamente lógico, são duas formas diferentes de resolver o mesmo problema. As diferenças substanciais entre os dois sistemas deve ser buscada fora do campo da economia. É no campo do poder político que ela se encontra.

O rápido aumento da economia de alguns países socialistas depende não de uma eficiência maior dêste regime, mas das circustâncias de que com êle uma minoria organizada pode *forçar o aumento do excedente* (impedindo as reações das classes trabalhadoras, eliminando a função de luta dos sindicatos e promovendo uma ampla expropriação do setor agrícola) e encaminhá-lo para os setôres produtivos. O custo social de tal desenvolvimento, entretanto, é representado pela criação de uma *classe burocrática volumosa e omnisciente* que concentra em suas mãos todo o *poder de decisão.* A concentração do poder econômico leva, por necessidade, à concentração do *poder político,* que elimina pela fôrça tôda oposição característica marcante dos regimes socialistas da atualidade. Esta concentração do poder político nas mãos de uma minoria, que em função dêle mesmo se torna intolerante, constitui

a tragédia do socialismo, pois em lugar da libertação do homem representa o seu condicionamento; em lugar de representar uma abertura do homem para as múltiplas alternativas que se lhe oferecem, representa a sua transformação num simples instrumento de trabalho.

A única alternativa possível para a realização de um *desenvolvimento econômico autêntico, que ao lado de assegurar um rápido aumento da produção, assegure também um atendimento das necesidades imediatas da coletividade e a liberdade dos indivíduos perante as minorias dirigentes é a de um regime onde o poder econômico permaneça descentralizado, o que significa, pelo menos no presente, a conservação da propriedade privada dos fatôres de produção.*

A maior vantagem da economia de mercado reside no fato de que as fontes de decisão são atomizadas. Por maiores que sejam as unidades produtivas, a sua capacidade de influir sôbre todo o mercado é limitada. Por outro lado, em tais economias o poder político é, se não independente, pelo menos separado do poder econômico e funciona como um instrumento de equilíbrio. *A propriedade privada dos fatôres de produção se justifica, assim, por sua função social, pois permite alcançar o desenvolvimento econômico com um máximo de descentralização política,* o que equivale a dizer com o respeito às liberdades fundamentais do homem.

No sistema comunista, pelo menos no modêlo russo, o poder econômico e político se identificam e são ambos extremamente concentrados. É a criação dêste poder absoluto e o aparecimento de líderes messiânicos que se julgam detentores da verdade e destinados a redimir a coletividade dos seus erros passados que permite o completo desrespeito às liberdades fundamentais do homem. A identificação entre o poder econômico e político pode permitir, por outro lado, uma ampliação do excedente, pois que o consumo é determinado pelas decisões da minoria que o detem.

Das considerações anteriores decorre que a instituição básica de um sistema de economia de mercado é a *propriedade privada dos fatôres de produção*. As restrições que se deve admitir à tal instituição são aquelas destinadas a torná-la socialmente útil. Em outras palavras, a propriedade privada dos fatôres de produção *apenas se justifica quando existe uma classe empresária suficientemente dinâmica e identificada com os ideais da coletividade, de forma que a captação do ex-*

cedente e a sua utilização se realize em função do desenvolvimento econômico.

Paralelamente, a organização do sistema econômico e político parece-nos que tem de proporcionar mais uma condição a tôda a coletividade: trata-se da *igualdade de oportunidades.* Os estudos sociológicos das economias industriais modernas, e nesse sentido, parece que também a economia russa, mostram uma desagradável discriminação entre as oportunidades que se abrem para cada ser humano, em função do "status" de seus familiares, decorrente da sua situação econômica ou da sua posição política.

É inegável que a existência de diferenciação é uma contingência da própria organização social, mas não existe nenhuma razão para supor que a diminuição da mobilidade produzida pela desigualdade de oportunidades tenha qualquer função positiva no desenvolvimento econômico. Pelo contrário, a estratificação social pode prejudicá-lo sèriamente.

Em consequência do fato empírico de que numa economia de mercado o "status" é marcado principalmente pelo nível de rendimento e que êsse nível de rendimento depende estreitamente do nível de educação recebida, a igualdade de oportunidades resume-se, em última análise, a uma *igualdade com reação às possibilidades de educação.* É evidente que isso não significa um rebaixamento do ensino, mas apenas a criação de formas institucionais que proporcionem àqueles melhor dotados a possibilidade de se educarem, independentemente do "status" de seus familiares.

Resolvidos o problema do *desenvolvimento econômico* e o da *igualdade de oportunidades,* a economia de mercado precisa ainda ajustar-se para resolver outros dois:

1. *a desigualdade econômica.* Não existe nenhum mecanismo que garanta que o desenvolvimento seja acompanhado por uma diminuição substancial da desigualdade, ou seja, por um aumento da velocidade de melhoria econômica das classes trabalhadoras.

Êste problema é muito grave nas economias subdesenvolvidas como o Brasil, onde existe um enorme excedente de mão-de-obra que pode ser mobilizado a um salário próximo ao nível de subsistência. Êle perde um pouco da sua relevância quando o desenvolvimento econômico é acelerado, pois êle

proporciona uma melhoria geral, que se reflete sôbre as classes operárias, principalmente a dos grandes centros urbanos.

A economia de mercado possui, entretanto, instrumento para corrigir esta deficiência. De fato, tôda a política tributária — em particular o impôsto sôbre a renda — pode ser um importante instrumento de transferência, capaz de diminuir o significado social das desigualdades econômicas, proporcionando ao Estado as condições de ampliar a sua esfera de ação no campo social.

No que respeita à desigualdade das remunerações (e não as decorrentes da propriedade), a economia comunista está, aliás, nas mesmas condições da economia de mercado. O lema "a cada um de acôrdo com as suas necessidades" foi abandonado há muito tempo e as motivações monetárias são cada vez mais utilizadas, de forma que a relação entre o salário mínimo e o de um executivo é, hoje, da ordem de 1:30, mais ou menos. O fato da economia comunista continuar a enfrentar problemas que deveriam ter sido resolvidos quase imediatamente se a sua teorização estivesse correta, mostra bem o caráter essencial das desigualdades salariais.

2. *a irregularidade econômica.* Devido ao próprio fato de que os investimentos são realizados através de milhares de decisões independentes, a economia de mercado apresenta uma clara tendência à oscilação.

As oscilações características da economia de mercado representam um importante desperdício de fatôres. Neste campo, as vantagens de uma economia centralizada são claras, pois que o nível dos investimentos pode ser mais fàcilmente controlado. As deficiências da economia de mercado neste setor podem, entretanto, serem obviadas com um planejamento governamental adequado, que respeitando a atividade privada, procure atuar sôbre as *motivações dos empresários,* manipulando as variáveis estratégicas que as determinam.

É um grave êrro confundir o processo de planejamento com a centralização da economia. De fato, a única maneira de acelerar o desenvolvimento numa economia de mercado, sem criar desnecessárias pressões inflacionárias, reside num diagnóstico das modificações estruturais que deverão processar-se no planejamento da sua superação por uma atividade consciente. A tendência ao equilíbrio e o automatismo da eco-

nomia de mercado dependem essencialmente da mobilidade dos recursos e de formas institucionais muito particulares, que não se verificam na realidade.

A crença ilimitada na mitologia do mercado contribui eficazmente para a acumulação de pressões na economia que acabam se resolvendo por modificações políticas. É por isso que é essencial uma compreensão da *vitalidade* e das *limitações do mercado* como instrumento da realização do ideal de desenvolvimento implícito no comportamento da coletividade.

INSTITUIÇÕES BÉLICAS DO BRASIL

Uma importantíssima instituição bélico-escravizadora do Brasil, desconhecida na História do país — subsídios para seu conhecimento.

RICARDO ROMÁN BLANCO

Com o título de *"Instituições bélicas do Brasil"*, vamos dar início à publicação de uma série de pesquisas, que durante anos vimos realizando, destinadas umas a identificar instituições brasileiras desconhecidas na História do país, mostrar aspetos inéditos de outras, ou, finalmente, reintegrar dentro do seu verdadeiro campo histórico, aquelas que foram deturpadas pelos fazedores da História do Brasil. Tudo dentro da mais estrita base documental, paleográfica e diplomática, e, dentro também, da mais acurada Crítica Histórica.

Seguir-se-ão, em separado, obras completas dedicadas a cada uma das referidas instituições, já que aqui tratamos ùnicamente de dar breves e sintéticos resumos sôbre o assunto.

I — QUESTÕES PRELIMINARES

É o campo das Instituições o primeiro e mais importante manancial para conhecer a História dos povos. Nele, mais do que em qualquer outro, pode o historiador encontrar o nexo existente entre as diferentes civilizações, e nele, também, a origem e procedência, o itinerário e a rota, que as diferentes instituições seguiram até chegarem ao Novo Mundo.

Indicar êsses nexos e essas origens, essa procedência e êsse itinerário ou rota de determinadas instituições bélicas brasileiras, na época da sua colonização, eis aí o objetivo destas nossas pesquisas.

Dentre tôdas, destaca-se, com singular importância, uma, que, por paradoxal que pareça, é até hoje, totalmente desconhecida dos historiadores. Dos incontáveis cultivadores com que a História do Brasil conta, nenhum dêles lhe dedicou uma palavra sequer.

Explicar as causas de semelhante anomalia, não apresenta maior dificuldade. São elas, em primeiro lugar, o *isolacionismo*, com que a História do Brasil foi escrita. Esta, para quase todos os historiadores, começa com a descoberta, em 1500, e vai, na sua extensão geográfica, da ilha de Fernão de Noronha até os Andes. Para êles, os primeiros portuguêses, os primeiros espanhóis, conquistadores e colonizadores da terra de Santa Cruz, teriam nascido, nas praias baianas ou vicentinas, por geração espontânea. Não procederiam de parte alguma, e cá teriam chegado, nus tanto no corpo, como na alma, desprovidos de qualquer bagagem material, moral, espiritual e *institucional*.

A segunda causa, não é menos evidente: consiste no desconhecimento total e completo das *Instituições Ibéricas*. Intentar escrever ou mesmo estudar a História do Brasil e da América, sem um aprimorado conhecimento dessas instituições é um absurdo tão clamoroso, quanto pretender dominar a Medicina desconhecendo a Anatomia.

É verdade, que de cinco anos a esta parte, foi incluída no plano de estudos das Faculdades de História do país, a disciplina de História da Civilização Ibérica. Mas, não é menos verdade também que — com exceção da Universidade de Campinas, onde temos a honra de reger essa cadeira, e de mais alguma — tem-se deturpado de tal maneira seu ensino, que alguns chegam inclusive a explicar como tal, História de Portugal, História Política da Península Ibérica, ou outras incongruências semelhantes. Os que assim agem, não percebem que, na mente dos reformadores do plano antigo, e o que as necessidades da História do Brasil e da América estão a exigir, não é, nem a História de Portugal, nem a História da Espanha, nem a História Política da Península; tudo isso deve ser estudado na História Medieval, e não, na disciplina que nos ocupa.

O que nela deve ser ensinado, e o que a História do Brasil e da América precisam para poderem ser entendidas e estudadas convenientemente pelos alunos, e o que constitui também a base de ambas, é precisamente, o conhecimento completo e detalhado das *Instituições Ibéricas*.

A falta mais grave, entretanto, refere-se à *Paleografia*, que pode apontar-se como a causa principal de tôdas. Porque quem é que sabe — aluno ou professor de Histó-

ria do Brasil, — ler documentos como a Carta de Caminha, ou a de Mestre João?

Em que Universidade do Brasil, afora uma ou duas, se leciona *Paleografia?*

No entanto, de todos é bem conhecido, que não existe, nem pode existir ensino de História, pròpriamente dito, sem os conhecimentos imprescindíveis da Paleografia. Pretender ser historiador sem saber ler os documentos é o mesmo que pretender ser pianista sem saber tocar piano.

"Num curso de História — dizia o atual catedrático de História Moderna da Universidade de São Paulo — que pretenda formar historiadores, *o estudo da Paleografia, mais que simplesmente útil, é verdadeiramente indispensável...*"

"Deveria a Paleografia figurar no currículo ordinário do estudo de História, nas mesmas condições, em que figura a Cartografia, no currículo do estudo de Geografia, pois é matéria instrumental para quem, no futuro, *em suas pesquisas será necessàriamente obrigado à leitura de documentos originais."*

"Sem conhecimentos de Paleografia, a pesquisa se torna extremamente penosa, e às vêzes impossível, sendo, pois, tempo de fugirmos ao empirismo e ao autoditatismo, nessa matéria. *Se pretendemos formar reais investigadores, no campo da Historiografia, impõe-se o ensino da Paleografia".*

"Inútil reiterarmos a nossa opinião, *sôbre a necessidade para a formação de historiadores, do ensino prático e intensivo da Paleografia, disciplina técnica indispensável à pesquisa histórica...*" (1).

Corrobora a mesma idéia a ilustre Professora do Instituto de Alta Cultura, no Centro de Estudos Históricos, da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Doutora Virgínia Rau, quando, falando de nossa obra "Lâminas de Paleografia" dizia o seguinte: "Trata-se duma obra do mais elevado interêsse pedagógico, e que revela um perito paleógrafo.

---

(1) França, E. d'O.: *Relatório Oficial sôbre o Curso de Paleografia,* na Faculdade de Filosofia, C. e L. da U.S.P. 1954. Vide também Román Blanco, *Lâminas de Paleografia,* (II, 11-12) Publicação Oficial da Faculdade de Filosofia, C. e L. da U.S.P. 1954-56.

Sem êsse tipo de trabalho é impossível preparar devidamente os jovens investigadores, e dar-lhes os conhecimentos indispensáveis para as suas tarefas de pesquisa..."

Existem, entretanto, professôres de História, bem pouco esclarecidos, por certo, que pelo simples motivo de ignorarem totalmente o que seja a Paleografia, alegam tratar-se de matéria de somenos importância, e não poder ser criada a respetiva cadeira, por ser matéria muito difícil, e não contar o Brasil com Professôres habilitados.

Tais razões, como se vê, são bem fracas. Que matéria existe, perguntamos nós, de caráter técnico, que seja fácil?

A outra razão equivale a um círculo vicioso: não se ensina Paleografia, porque o Brasil não tem professôres, e não tem Professores, e nunca os terá, porque não se ensina Paleografia.

Modestamente podemos afirmar que levamos oito anos ensinando-a; que publicamos, em português, uma obra alentada sôbre o assunto, a qual, pedagògicamente, pode ser considerada como o *desideratum,* na matéria. E, ademais, finalmente, já preparamos dezenas de alunos, que podem muito bem dar conta do recado. (2)

Uma amostra bem patente das consequências nefastas da falta do ensino da Paleografia e das Instituições Ibéricas, nas Universidades, é, entre outras, a instituição bélica, que nos ocupa. Ela deveria ser conhecida e estar totalmente estudada, como acontece com algumas outras instituições. Infelizmente não é assim. Tão completo é o seu desconhecimento na História do Brasil, que ninguém a identificou, nem a reconheceu ou sequer a mencionou. Se julgarmos de sua importância pelo número de vêzes, que aparece nos documentos,

---

(2) Muito superior a êsse grupo da U.S.P. é a escola que estamos formando, na Universidade Católica de Campinas, cujas autoridades acadêmicas, começando pelo próprio Magnífico Sr. Reitor, o eminente Monsenhor Salim, secundado entusiàsticamente pelo Sr. Diretor da Faculdade de Filosofia, Cônego Amaury Castanho, nos têm sido dado todo tipo de facilidades, que na U.S.P. sempre nos foram negadas.

Quem deveras demonstrou conhecer o problema e capacidade para solucioná-lo foi o Dr. Eremildo Viana, benemérito Diretor da Faculdade Nacional de Filosofia do Rio de Janeiro, quando, no seu acertado Relatório, apresentado no I Simpósio de Professores Universitários de História, celebrado na cidade de Marília, preconizava a inclusão da Paleografia Ibérica do século XV, em diante, *como cátedra obrigatória, em tôdas as Universidades do Brasil*

seria inclusive superior à imprópriamente denominada instituição das "Bandeiras" [3].

São tantas as vêzes, que ela aparece nos documentos, e são êles de tão heterogênea procedência, que parece incrível o fato de nenhum historiador ter conseguido identificá-la.

É que as armas de que todo pesquisador de História deve estar munido, não se reduzem aos simples conhecimentos, mais ou menos vagos dos fatos históricos. O que todo pesquisador deve dominar com absoluta perfeição, é, inicialmente, a leitura direta dos próprios documentos. O conteúdo autêntico dêles, só o bom paleógrafo pode captá-lo. Até nas entrelinhas pode, muitas vêzes, descobrir informações importantíssimas, que passam totalmente despercebidas para o leigo em Paleografia. A História de Roma de Mommsen é um exemplo palmar disto, e até a Carta Patente de Martím Afonso de Sousa por nós descoberta, e da qual preparamos um trabalho importante, é outro exemplo.

Sem Paleografia, não é possível imaginar pesquisador digno de tal nome, porque sem saber ler um documento, mal se pode conhecer seu conteúdo; e de pouco adianta ler, se não se compreende corretamente aquilo que se leu. As *Atas da Câmara de São Paulo* são um exemplo. Até hoje, ninguém conseguiu fazer delas uma leitura paleográfica perfeita, nem menos a interpretação crítico-diplomática que merecem.

Foi a falta deste instrumento, foi a falta da Paleografia Diplomática que deu azo a êste tremendo paradoxo: encontrar inúmeros documentos, inclusive publicados, nos quais, uma e outra vêz se menciona, explica, e comenta uma instituição bélica importantíssima, como a que nos ocupa, e não existir historiador algum, que dela se tenha dado conta.

---

(3) Dizemos "imprópriamente", porque assim é na verdade. A "bandeira" tal como é ensinada e apresentada pelos historiadores modernos *não existiu nunca*. Sabemos, como já o advertiamos pùblicamente, no I Simposio de Professores Universitários de História, celebrado, na cidade de Marilia, de 15 a 22 de Outubro de 1961, que estávamos a fazer afirmação gravíssima. A culpa, porém, de tal desastre científico, não é nossa, é dos que não estudaram Paleografia e não souberam ler os documentos. Brevemente aparecerá nosso estudo sôbre êsse assunto, no qual, com fartíssima documentação, ficará provado, da maneira mais apodítica, essa nossa afirmação. A êle remetemos o leitor.

Mas, que importantíssima instituição é esta? Em que consiste? Qual o seu nome? Em que regiões do Brasil foi usada? Quais os documentos principais, em que aparece? Nasceu no Brasil, ou foi importada de outro lugar? Que lugar foi êste? Qual é a história da instituição?

A tôdas estas perguntas, e a muitas mais responderá por extenso, o livro que, sôbre o assunto, brevemente publicaremos. Limitar-nos-emos, neste trabalho a dar, a respeito, breves e resumidos subsídios, com que possa ser identificada, conhecida e tirada do esquecimento, em que permaneceu durante séculos, dando-lhe assim o lugar que lhe corresponde dentro da História do Brasil e das suas Instituições Bélicas.

O nome, com que essa instituição aparece, nos documento é *"salteo"*, "sallto", "saltear", ou palavras derivadas destas.

Sem pretender, de modo algum, explicar de maneira total e completa a instituição, entendemos por *"salteo"* a instituição bélico-escravizadora, de carater particular, que sem formação tática determinada, caia de surprêsa sôbre índios ou mouros, ou enganosamente os atraia a navios ou lugares, onde os escravizava, roubava ou preava.

O "salteo" apresenta, de acôrdo com os documentos, várias modalidades sumamente díspares: pode ser feito a pé, a cavalo, e em embarcações; pode ser terrestre, marítimo e fluvial; pode ser realizado por brancos contra índios, ou contra mouros; ou por mouros contra cristãos; e, finalmente, por índios contra brancos, ou contra os próprios índios.

Seus objetivos serão sempre e em todos os casos, não guerrear ou matar, (o "salteador" não gosta de guerra), e sim escravizar ùnicamente. Esta é sua finalidade precípua.

Com estas características, a instituição é tão velha que já a encontramos expressa e perfeitamente delimitada, em *códigos* como o das Sete Partidas do Rei D. Afonso X, o Sábio, de Castela, (1252-1284), no Espéculo ou "Espejo de todos los Derechos", bem como, em tôda sorte de documentos portugueses, castelhanos, canarinos, africanos e muitos outros.

A Lei XVIII, por exemplo, do Código das Partidas mencionado, se refere expressamente ao que os caudilhos ou

adais "devem fazer *quando los enemigos dieren salto en la hueste*". "*Salteando* — diz — los enemigos, en alguna parte de la hueste, deuen los Cabdillos ser muy apercebidos, para non dexar yr allá tanta gente, que fagan grand mengua, en los outros lugares: porque podría ser, que lo faríán con artería, para ferir do entendiessen, que mayor daño podrían fazer"(4).

Para evitar que o inimigo "saltee la hueste" deve enviar diante de sí, bem como à direita e à esquerda "exploradores", que se tenham a par dos seus movimentos.

Indo de cavalgada, tanto o adail, como os cavalgadores, deverão ser de ânimo forte para que "*quando les diesen salto* gran poder de los enemigos a sobrevienta, e ellos toviesen poca gente consigo... non se pierdan, ni desmayen..." (5).

Não será, porém, em textos tão longínquos, que fundaremos nossa tese, não porque duvidemos do seu imenso valor histórico, mas ùnicamente porque pretendemos utilizar documentação exclusivamente brasileira. A legislação sôbre uma instituição qualquer é a prova mais cabal da existência dessa instituição. Se, nesta ocasião, não a utilizamos, não é, como dizemos, por duvidar do seu valor histórico, e sim, sòmente, para sermos breves e porque possuimos documentação muito mais recente, e grande parte dela ao alcance de todos, inclusive publicada, e porque desejamos que cada um se convença por si mesmo da verdade de nossas assertivas.

A documentação, que passamos a analisar, não é de 1250, como as Partidas do Rei Sábio. Trata-se de documentos brasileiros, portuguêses e espanhóis do século XVI, tais como as Atas da Câmara de São Paulo, o Registro da mesma Câmara, as Cartas dos Jesuitas, as comunicações feitas reservadamente ao Rei de Portugal por Juízes e Ouvidores, e muitos outros, escritos, todos êles, nos primórdios de Piratininga e do Brasil. Documentos todos, que qualquer um poderá evidentemente consultar à vontade.

As diferentes formas, com que a instituição aparece mencionada, nos documentos, são muito variadas, de acôrdo com

---

(4) Partida II, tit. XIII, Lei XVIII, apud Los Códigos Españoles concordados y anotados, (II, 501). Madrid, 1847.

(5) Ibid. id. (II, 480).

a maior ou menor cultura de missivistas e escrivães. Estas são, entre outras: "salteo", "sallteo", "salltear", "sallteados", "sallto", etc. etc.

O significado, porém, de tôdas elas será sempre o mesmo: instituição escravizadora.

Feitos estes esclarecimentos, vejamos o que nos dizem os documentos, pois de nada adiantaria estarmos a fazer afirmações gratuitas ou que os documentos não confirmassem. Se assim o fizéssemos, estaríamos cometendo o mesmo pecado que criticamos nos historiadores. Não faremos tal. A afirmação que fizermos, será provada imediatamente com documentos — *ad hoc* —. E para conseguí-lo, não é preciso maior esfôrço: basta abrir as Atas da Câmara de São Paulo ou de outros Municípios, olhar para as Cartas dos Jesuitas, ler as comunicações dos Ouvidores Mores do Brasil ou quaisquer outros dos documentos antes mencionados, e lá está ela referida, comentada, explicada, uma e mil vêzes.

E conste que não vamos utilizar senão uma pequena parte dos documentos, que a ela se referem, coisa, aliás, supérflua, pois com a citação exclusiva das fontes indicadas, temos material mais do que suficiente, para realizar o nosso intento. As demais deixamo-las para os historiadores e para todos aquêles que queiram aprofundar o estudo da matéria.

Para mais ordenadamente fazer nossa exposição dividi-la-emos em cinco partes principais, referentes, as duas primeiras, aos "salteos" feitos por terra, e aos "salteos" feitos em embarcações, precedidas ambas de uma explicação simples e resumida, mas o suficientemente clara, acêrca da instituição em geral. Seguir-se-ão imediatamente mais dois outros itens, que virão completar nosso estudo, referentes à atitude das autoridades e dos jesuítas para com a instituição, o primeiro, e à presença da mesma, em documentos, tão altamente importantes, como Tratados internacionais, Leis, Alvarás e Regimentos, o segundo.

II

O "SALTEO"

Mas, o que é o "salteo?" Em que consiste? Quantas classes de "salteo" houve, e quem as praticava? Quais foram

os objetivos desta tão original instituição, e quais as suas consequências? Onde nasceu o "salteo" e onde se praticou?

Definimos o "salteo", como sendo uma instituição bélico-escravizadora, de caráter particular, que, sem formação tática determinada, caia de surprêsa sôbre as suas vítimas, fôssem índios, mouros ou cristãos; ou, atraindo-os enganosamente, os cativava, escravizava, preava e roubava.

Comentaremos e provaremos documentalmente cada um dos itens ou períodos desta definição.

Dizemos que o "salteo" é uma *instituição bélico-escravizadora,* porque na sua essência ela é um sistema de ataque de surprêsa, uma tática bélica de cair, de súbito, sôbre as suas vítimas, para escravizá-las, roubá-las, ou mesmo matá-las, caso resistissem. Objetivos, fins e meios, que nada tinham evidentemente de pacíficos.

"De carater particular". O "salteo" se faz sempre por conta e risco do seu organizador e acompanhantes. Os Reis ou as autoridades não fazem outro cousa senão autorizá-los — quando os autorizam — pois as mais das vêzes, nem isso faziam, correndo todos os gastos por conta dos salteadores ou armadores.

Assim o diz expressamente o Imperador Carlos V, quando os vizinhos e moradores da ilha de Tenerife, nas Canárias, lhe pedem licença para realizar "salteos" contra mouros e franceses: "... yendo de armada por la mar y *saltasen en tierra* de Verbería, que gozasen de la dicha merced del quinto..." (6)

O Imperador defere a petição com estas eloquentes palavras: "... Nos tovímoslo por bien; por lo qual permitimos y damos licençia para que todas la personas, nuestros súbditos, que quisieren, *a su costa,* puedan armar y vayan de armada por la mar, *a su riesgo e aventura*... contra los turcos e moros henemigos de nuestra Santa Fe Católica, y les hagan toda la guerra y mal tratamiento que pudieren; y aviendo consideración a los *grandes gastos y trabajos y aventuras, em que se ponen las personas que a ello fueren,* y queriéndolos gratificar y ayudar para que mejor lo puedan sufrir, y lo hagan con mas voluntad, desde agora, acatando lo susodicho, por tiempo de un año cumplido y que corra y se cuente

(6) Arquivo de Simancas: Registro del Sello y Archivo del Ayntamiento de la Laguna de Tenerife. Reales Cédulas, leg. 2, n.º 42.

desdel dia de la dacta desta nuestra carta en adelante, y mas quanto nuestra merced y voluntad fuere, hasta que otra cosa mandemos, hazemos merced, graçia y donaçión, pura, perfecta y no revocable, ques dicha entre vivos, a todas las personas que *de su propia voluntad y a su costa, no yendo a nuestro sueldo,* armaren y fueren de armada por los puertos y obras y mares destos nuestros reinos... y gozen de la dicha merced del dicho quynto *los que hizieren los gastos de la armada, por los que les tocare, y la gente de guerra por lo que les cupiere...* (7)

"Sem formação tática determinada". Efetivamente, pois êles não levam formação tática alguma, uma vez que sendo poucos, não precisam dela. A "entrada" levava formação e organização tática, já que se tratava de uma autêntica expedição ; o "salteo", pelo contrário, não, pois não é expedição no sentido técnico da palavra. A organização tática da "entrada" era, quase sempre, a bandeira; quanto à do "salteo", porém, os documentos são totalmente omissos.

"Caia de surpresa sôbre suas vítimas". O fator surprêsa era, como veremos mais adiante, a característica distintiva do "salteo".

"Fôssem êles mouros, índios ou cristãos". O "salteo" visava tôdas essas vítimas e mesmo outras. Idêntica era a ação contra mouros, contra índios, ou mesmo contra cristãos.

O governador da fortaleza portuguesa de Santa Cruz do Cabo de Gué, Luiz Sacouto, escreve a El-Rei, D. João III, de Portugal, em 14 de abril de 1527, exigindo a liberdade de certos mouros, cativados pelos castelhanos das Canarias, dizendo-lhe que escreveu "logo ao Adiantado de Tanarife, agravando-me do *salto que fizeram em os mouros,* que tinham pazes de Vossa Alteza, e estavam debaixo de sua bandeira..."(7)

Depois dos mouros, foram os índios as vítimas preferidas pelos "salteadores". Os documentos que o comprovam são tantos, que se faz impossível mencioná-los todos. O P. Manoel da Nóbrega chega a dizer, em carta ao P. Simão Rodrigues, da-

---

(7) Ibid. Id.

(8) Arquivo da Torre do Tombo: Corpo Chronológico, Prte. I, maço 36, n.º 75.

tada da Bahía, a 9 de agosto de 1549, que *"acerca dos saltos que se fazem nesta terra,* de maravilha se acha cá escravo, que *não fosse tomado de salto"*...[9]

A importância econômica do "salteo" era tão grande, que o donatário da Capitania da Paraiba do Sul, Pedro de Góis dizia ao Rei D. João III, em carta datada de 29 de abril de 1546, que "perder-se-á todo ho Brasyl, antes de dous annos, e isto não com gastar nada, mais que mandar-nos que cumpramos seus foraes e *non consyntamos andar a salltear a costa...*" [10]

"Ou atraindo-os enganosamente". Esta é outra característica principal da instituição, que tanto enfurecia os índios, que o já referido Pero Borges, Ouvidor Geral do Brasil aponta o "salteo" como a causa principal da inimizade dos índios contra os portugueses. Assim o diz textualmente, em carta datada de 7 de Fevereiro de 1550, endereçada a D. João III: "... *a causa que principalmente fazia a estes gentios fazer guerra aos christãos era o salto que os navios, que por esta costa andavão fazião nelles...*[11]

Bastava impedir o salteo para que os índios voltassem imediatamente à amizade com os cristãos. Assim o declara Duarte de Lemos em carta a El-Rei, datada de 14 de Julho de 1550: "... o gentio de Porto Seguro está de pas e muito noso amigo, mormente depois que Vossa Alteza mandou a sua armada a esta terra, que elles souberão que *Vossa Alteza mandava que os não salltease e os tornasem as suas terras"*...[12]

Os artifícios a que os salteadores recorriam para atrair os índios, principalmente aos navios, eram às vezes, verdadeiramente revoltantes.

O P. Nóbrega se encarrega de narrar as técnicas empregadas por semelhantes indivíduos: "... fazem pazes com os negros, para lhe trazerem a vender o que teem, e *por engano enchem os navios delles e fogem com elles*; e alguns dizem

---

(9) Leite, P. S.: *Cartas dos primeiros Jesuítas do Brasil,* (I, 121). São Paulo, 1954.

(10) Malheiro Dias, C.: *História da Colonização Portuguesa no Brasil,* (III, 263). Porto, 1924.

(11) Varnhagen, F. A.: *História Geral do Brasil,* (I, 235).

(12) Malheiro Dias, C.: Op. cit. (III, 267).

que o podem fazer por os Negros terem já feito mal aos christãos..."[13].

Técnica semelhante usavam os carijós contra seus irmãos, os Guaianás. Conhecemo-la, porque ela nos vem relatada pela pena eloquente do missionário jesuita, P. Inácio de Siqueira. Ela consistia "em um ardil, que só o diabo pudera inventar, e foi que entravam os mesmos carijós ribeirinhos pelas aldeias, que estavam mais para o interior do sertão, que era gente muito singela e simples, ainda que da mesma nação, e como a tal a traziam enganada, dizendo-lhes que descessem para o mar a ver gente branca e tratar com os portugueses, que davam roupas e ferramentas a quantos os iam visitar; e com êste engano faziam descer aldeias inteiras aos portos do mar, onde os portugueses tinham suas embarcações, os quais os recebiam com muita festa e os faziam entrar debaixo da coberta para lhes mostrar as peças das ferramentas ou as roupas, cujas cores mais lhes contentassem; e depois que o navio estava bem cheio de Carijós, fechavam os portugueses as escotilhas e se faziam à vela. E assim, por um vestido que davam a um traidor, levavam trezentas ou quatrocentas almas, as quais vendiam nas capitanias, dizendo que eram cativos de cordas, e estas cordas não eram outras, salvo a enxárcia do navio, e as das polés dos mastros e das vergas e amarras, entre as quais vinham os miseráveis Carijós, que êles nunca tinham estado em outras cordas ou prisões..."[14].

Mais revoltante foi o seguinte: "... *Entre outros saltos que nesta costa* são feitos, um se fez há dous annos muyto cruel, que foy irem huns navios a hum gentio, que chamam os Charijos, que estão alem de São Vicente, o qual todos dizem que há o melhor gentio desta costa, e mais aparelhado para se fazer fruito. Elle somente tem 200 leguas de terra; entre elles estavão convertidos e baptizados muitos, (por dous clérigos que lá foram). Morreu hum destes clérigos, e ficou o outro e proseguio o fruito. Forão alí ter estes navios que digo, e tomarão ho Padre dentro em hum dos navios, com outros que com ele vinhão e levantarão as velas. Hos outros que ficarão em terra vierão em paos a borda do navio, que levasen embora os negros e que deixassem o seu Padre; e por não quererem os dos navios, tornarão a dizer que, pois levavão o seu Padre, que levassem tambem a elles, e logo os recolhe-

(13) Leite, P. S.: Cartas... (I, 121).
(14) Leite: História da Companhia de Jesus no Brasil, (VI, 514-521).

rão e os trouxerão, e ho Padre poserão em terra. E os negros desembarcarão em huma Capitania para venderem alguns delles, e todos se acolherão a igreja dizendo que erão christãos, e que sabião as orações, e ajudar a missa, pedindo misericordia. Nom lhes valeo, mas forão tirados e vendidos pellas Capitanias desta costa. Agora me dizem que hé lá ido ho Padre a fazer queixume; delle poderá saber mais largo o que passa. Agora temos assentado com ho Governador, que nos mande dar estes negros, para os tornar-mos a sua terra e ficar lá Leonardo Nunez para hos insinar..."[14-A]

O P. Nóbrega, um dos poucos que levava a colonização a sério, e via que tais crueldades só serviam para mais e mais exasperar o gentio, impedindo assim, sua conversão e convivência com os cristãos, tratou de acabar com semelhantes iniquidades.

Pediu e obteve do seu penitente, o Governador Tomé de Souza, que *"todos os escravos salteados* — lhe fossem entregues — para os tornarmos a sua terra e que por parte da justiça se saiba e se tire a limpo, posto que nom aja parte, pois disto depende tanto a paz e conversão deste gentio..." [15]

Não se conformou, com isto, o zêlo do ardente missionário. Foi muito além: até ao Papa se deveria recorrer, para extirpar pela raiz tão iníquo proceder dos maus cristãos. "Será cousa muito conveniente — dizia em carta ao P. Simão Rodrigues, datada da Bahia aos 9 de agosto de 1549, — aver do Papa ao menos os poderes que temos do Nuncio e outros mayores... e asi nos commetta seus poderes *acerca destes saltos,* para podermos commutar algumas restituições e quietar conscientias e ameaços, que cada dia acontecem..." [16]

A ingratidão era também apanágio, não do índio e sim do branco "salteador". Vejamos o que nos diz a respeito o já mencionado Dr. Pero Borges, Ouvidor do Brasil: "A causa que principalmente ffazia a estes gentios ffazer guerra aos christãos *era o salto que os navios,* que por esta costa andavão nelles. E neste negocio se ffazião cousas tão desordenadas, que *o menos era salteá-los."*

(14-A) Ibid. id. (I, 122-3).

(15) Ibid. id. (I, 125).

(16) Leite: Op. cit. (I, 123-4).

"Porque ouve homem, que hum índio principal livrou de mãos de outros mal ffirido he mal tratado, e o teve em sua casa, e o curou, e o tornou a poer são das fferidas em salvo: Este homem tornou alí com hum navio e mandou dizer ao índio principal, que o tivera em sua casa, que o fosse ver ao navio, cuidando o jentio que vinha elle agradecer-lhe o bem que lhe tinha feito; como o teve no navio o cativou com outros que com elle forão e o ffoi vender por essas Capitanias".

"E porem este homem não ficou sem castigo, porque naquelle mesmo porto, onde elle tomou este jentio, que taão boas obras lhe fez, *vindo aly outra vez saltear,* se perdeo o navio, he elle comerão-no os peixes, e os gentios comerão os peixes que a este homem comerão. Foy juizo devino, que nem engana, nem recebe engano".

"Agora, que a requerimento destes Padres apostollos, que quá andão, homens a quem nem fallece nenhuma vertude, *eu mando poer em sua liberdade os gentios que forão salteados* e nom tomados em guerra. Estão os gentios contentes e parece-lhe que vay a cousa de verdade, e mais porque vem que se ffaz justiça, e a ffazem a elles, quando alguns christãos os agravom; e parece-me que será causa de nom aver ay guerra..." (17)

E que dizer do "vigarismo" de que foi vítima Duarte Coelho, por parte dos donos de seis caravelões, procedentes das capitanias do Sul, e que o convenceram da boa vontade de querer colaborar com êle, na emprêsa do sertão?

A noticia nos é dada por ele mesmo, em carta a D. João III, datada de Olinda, aos 20 de dezembro de 1546. Nela fala ao Rei das tremendas desordens, que grassavam nas capitanias do Sul; entre elas, a mais grave, como é natural, era o "salteo": "Outro sy Senhor, hé necessario dar conta a Vossa Alteza dalguas outras desordens que qua andam e se huzam por estoutras terras e capytanias de mym pera baixo, pera ho Sul, ao qual não sey se lhes chame povoadores ou se lhes dyga e chame *sallteadores*".

"Dygo ysto, Senhor, porque aos capytães ou pesoas a que Vossa Alteza deu as terras per ley, e costume milytar e husança de guerra, elles devem muy bem olhar e tomar muy bom concelho sobre ho fazer paz, ou guerra, e a guerra faze-

(17) Varnhagen: Op. cit. cit. (I, 235).

rem na elles como lhes milhor pareça, e a necessidade se lhe oferecer e não deixarem, nem consentirem, *que ha jente possa andar sallteando por todas partes a quem amis poderá salltear;* por onde se causa danarem e deitarem a perder tudo; e andam tão encarnyçados nysto, que tem por ella tudo alevantado, e não abasta por lla, *mas aynda vem a salltear em minha costa,* e em toda parte onde podem, por que este ano, Senhor, presente vyeram de lla debaixo aquy, ter seys caravellões, como que me vynhão a ver e a tratar com minha jente, e quando entenderam que eu estou esperando a ora, que Deus for servido de me dar posebylidade pera segir esta empresa do sertão, que tanto desejo, por servir a Vossa Alteza, ofereceram-se a yrem comiguo prometendolhes eu grandes partidos, e me pus a fazer bragantins novos, e quando não precatey, todos apanharam o panete (sic), sem pago das boas obras que de mym receberam, soube *como foram sallteando por minha costa,* prymeiro que a yso acodyse, sem poder aver a mão se não *hum so que sallteou nos pytyguoares,* terra onde ora ha tres anos ouve por resgate vynte e cynquo ou trynta portugueses, que se ahy perderam, *e todos quantos ímdios trazyam sallteados lhos tomey, e os torney a mandar pera suas terras;* porque, quando a fortuna der com algûs portugueses ahy a costa, por ser roym parajem terá homem esperança de hos aver por resgate, *e a estes sallteadores dey ho castygo,* que me bem pareceo".

"Dou conta a Vossa Alteza, porque será necesaryo mandar Vossa Alteza a todos eses capytães, debaixo que tall não huzem, porque eu, em minhas terras, ho não consynto, nem comsymtirey. Quis dar de todas as sobredytas cousas conta a Vossa Alteza, por descargo de minha concyencia... (18)

"Os cativavam, escravizavam e roubavam". A finalidade exclusiva do "salteo" não era precisamente a de matar, e sim a de cativar, escravizar, prear e roubar.

O famigerado Céspedes Xeria, Governador do Paraguay, encarrega-se de dizer-nos, em carta ao Rei da Espanha e Portugal, Felipe IV: "... estavam en campo, novecientos hombres de aquella villa (São Paulo) y su jurisdicción, con tres mill indios, para venir hacia estas partes *a saltear y robar estas reducciones, que ansí me lo dixeron ellos mesmos..."* (19)

---

(18) Dias, C. M.: História da Colonização Portuguesa do Brasil, (III, 316). Porto, 1924.
(19) Anais do Museu Paulista, (I, 183).

O Padres Maceta e Mansilla, ververando a crueldade dos portugueses e de seus escravos os tupís, consideram-nos a todos credores aos mesmos castigos "por las crueldades que cometen, *quando van en compañia destos salteadores* sus amos, sino tambien y mucho mas, quando *ellos los envían solos a saltear y a captivar índios...*" (20)

Do mesmo teor são as Atas da Cámara de São Paulo quando dizem: "... e vierão sobre esta vila e a tiverão em serquo sertos dias, e assim diĕtão ate agora, averá dous anos, *cõ salltos, por muitas vezes,* destroindo hos mãotimetos, e matando e *levando allgũs homes brãoquos e escravos e asim muido gado vaqũ,* no que ē tudo *temos resebido muitas perdas...*" (21)

O *"salteo"*, entretanto, não é *guerra regular,* nem *entrada,* nem nada tem a ver com o *assalto moderno.*

Efetivamente. Assim o diz expressamente o Ouvidor Geral, já mencionado Dr. Pero Borges, em carta a El-Rei D. João III, datada de Porto Seguro, aos 7 de fevereiro de 1550: "... eu mando poer em sua liberdade *os gentios que forão salteados* e *nom tomados em guerra...* e pareceme, que será causa *de nom aver ay guerra...*", logo o salteo não é guerra, nem oficial, nem regular(22).

A carta da Câmara de São Paulo de Piratininga de 20 de Maio de 1561 corrobora inteiramente as afirmações do Ouvidor Geral. Dizem os camaristas, que os moradores das vilas portuguesas *"numqua ousarem os hyr acometer* (aos índios), *e castigar ás suas aldeas por lhes haver sucydydo male hua guera,* que ha muitos annos fizerão, onde os contraryos matarão a muytos christãos, *e os principays da terra somente usauão mandar fazer saltos...*" (23)

Trinta anos depois, os munícipes fazem a mesma assertiva: "... que lhes paresia bem *ordenar-se hũ sallto* pera ver a intenção do enemiguo, porquanto aguora entra ho inverno e *se não podia dar guerra campal...*" (24)

Chegado o Governador Geral Mem de Sá, os portugueses parece que se reanimam um pouco, até o ponto de consi-

---

(20) Ibid. (I, 362).
(21) Actas da Camara da villa de São Paulo, (I, 43).
(22) Leite: Op. cit. (I, 175).
(23) Varnhagen: Op. cit. (I, 400 Nota).
(24) Actas da Camara, (I, 427).

derar-se suficientes para empreender alguma coisa mais importante que os "salteos": por "conselho de todos *apregoar guerra ha os contraryos*..."[25]. É, pois, evidente que, na mente dos colonizadores do Brasil, o "salteo" não era guerra regular, nem oficial.

O "salteo" também não é *entrada*. Assim o deduzimos das Atas da Camara de São Paulo. Efetivamente: na Ata de 23 de agôsto de 1592, se diz textualmente: "Ajuntamento que se fez sobre si *farião salto* e *entrada ao sertão*".

No referido dia "se ajuntarão em camara os ofiçiaes della, pera asentarem e tratarem se he bem que se fasa *hũa entrada* a sertão desta capitania... e loguo, se poz em pratiqua que ho senhor capitão, *não podia fazer guerra,* e dezia, que se nos paresese bem *se fizese o sallto,* porque os contrarios não venhão a nos dezenquietar... e asentarão todos juntamente, *que se fizese loguo hũ asento* (*sallto*), *cõ o maior impeto da gente*..."[26]. De acordo com este texto das Atas, os munícipes estão duvidosos, entre fazer uma "entrada", ou realizar um "salteo". Os motivos são óbvios: uma "entrada" precisava de preparação, gastos e condições especiais, que eles não queriam ou não podiam reunir. O "salteo", ao contrário de nada disso necessitava; daí que todos concordassem em se fazer um "salto".

Logo "salteo" e "entrada" são duas instituições bélicas inteiramente diferentes, entre si.

Fica claro, portanto, que o "salteo" *não é guerra regular,* nem *entrada.*

Dizíamos, também, que o *"salteo"* nada tinha a ver com o *assalto* moderno.

Efetivamente. Ainda hoje, a palavra "saltear" significa escolher, pegar uns e deixar outros e é isso exatamente o "salteo": pegar uns, os que não tinham tempo de fugir, e deixar outros, aqueles que conseguiram escapar ou morrer. Ou, como diz o Dicionário da Real Academia Espanhola: "salir a los caminos y robar a los pasageros".

O assalto moderno sempre foi uma operação bélica, cuja finalidade é matar ou apoderar-se, com fins militares de al-

---

(25) Varnhagen: Op. cit. (I, 400 Nota).

(26) Actas da Camara, (I, 445).

guma coisa. Não sucede assim com o "salteo". A carta de São Paulo de 20 de maio de 1561, diz expressamente que os paulistas não se atreviam a fazer guerra aos índios, porque esta feita em anos anteriores, tinha redundado em fracasso; por esse motivo, "os principais da terra somente *usavão mandar fazer saltos"*, logo, não sendo o "salteo" guerra, como aliás já ficou demonstrado, também nada pode ter a ver com o assalto moderno, que não é outra coisa, senão uma operação de guerra. O verbo "assaltar" dele derivado, significa exatamente isso: uma operação de guerra, consistente em acometer impetuosamente uma praça ou fortaleza, para penetrar nela, escalando as defesas, abrindo brecha, nas suas muralhas, por meio do fogo de artilharia ou com o emprêgo de minas. Ou também, significa o ataque súbito e de surprêsa a uma coluna em marcha.

Até a Filologia vem corroborar nossa tese, pois, a palavra moderna "salteador" não deriva de "assalto", e sim de "salteo", termo importantíssimo, que tem passado completamente despercebido para muitos filólogos e para todos os historiadores.

Mas, qual é o significado da palavra "salteador"?

Todos o sabem perfeitamente. "Salteador" é aquele ou aqueles, que por conta própria, nunca oficialmente, e sem formação tática alguma, sai pelos caminhos ou se dirige a outros lugares, para roubar, ou escravizar ou saquear viandantes. Pois ocorria exatamente isso em São Paulo, no ano de 1561. Uma carta dêsse ano nos diz que os Aymorés "andam contra todas las otras generaciones, *como salteadores de caminos...*"[27]

Fica assim, portanto, definida a instituição; comentados e aprovados documentalmente cada um de seus itens; bem como evitadas as principais dúvidas e confusões, que a respeito dela, poderiam surgir.

III

REPRESÁLIAS CONTRA OS SALTEADORES

O "salteo" era uma instituição bélica, que fazia enlouquecer as suas vítimas. Espécie de espada de Dâmocles, de dia e de noite, ameaçava-as sem descanso.

(27) Varnhagen: Op. cit. (I, 391 Nota).

Não é, portanto, de estranhar que os desejos da mais feroz revanche fervessem implacáveis, nos peitos dos acossados selvícolas, e que, quaisquer oportunidades que se apresentassem, fossem imediatamente aproveitadas, para se desforrarem dos tão odiados brancos, devorando-os. Branco que caia em suas mãos era devorado — incontinenti — como vingança pelos contínuos "salteos".

Os exemplos são tão numerosos, que existe amplo campo para escolher. Vejamos alguns: quatro brancos decidiram ir da Bahia, em um barco, para resgatar com os índios próximos da vila, "y saliendo — diz o P. Antonio Pires, em carta, datada de Pernambuco — en tierra *determinaron los negros de matar-los, em venganza de unos sus hermanos, que los cristianos haviam salteado* y muerto avia ya tiempo. Conosciendo los cristianos su determinación, y queriendo huir, antes que llegasen al barco, *los mataron y después los comieron"*(27-A).

Os índios ficavam tão enfurecidos, com os "salteos" dos cristãos, como estes com a antropofagia ou com os sacrifícios humanos daqueles. Português ou castelhano, que caia nas suas mãos, era imediatamente morto e devorado, ainda que fôssem clérigos, frades, crianças, ou até, mulheres bonitas, que "os brutos animais se contentariam delas e lhes não fariam mal".

O Padre Nóbrega, a quem pertence a frase transcrita, continua desanimado: "... e se disserem que os *christãos os salteavam* e tratavam mal, alguns o fizeram assim e outros pagariam o dano que estes fizeram porém há outros a quem os cristãos nunca fizeram mal, e os gentios os tomaram e comeram, e fizeram despovoar muitos lugares e ffazendas grossas. E são tão crueis e bestiais, que assim matam aos que nunca lhes fizeram mal, *clérigos, frades, mulheres de tal parecer, que os brutos animais se contentariam delas, e lhes não fariam mal...*"(28)

Se não possuíssemos documentos, que o contradissessem, admitiríamos como boa a afirmativa do referido P. Nóbrega, de que "depois que Sua Alteza mandou Governadores e justiça a esta terra, *não houve saltearem os gentios,* nem tomarem-lhes o seu como antes"(29).

(27-A) Leite: Op. cit. (I, 256-7).
(28) Leite: Op. cit. (II, 447).
(29) Ibid. id.

O P. Leonardo Nunes faz idêntica afirmação. Em carta de 20 de Junho de 1551, referindo-se aos índios de São Vicente, diz: *"Quanto a los saltos* que los cristianos hazião en los gentiles de la costa, ya de todo cessaron..."[30] Conceito que repisa no fim da mesma carta, quando diz, que os índios deixam de ser inimigos dos cristãos "porque ven que ya los cristianos *no los van a saltear, ny cativar,* antes saben que yo trabajo mucho, por libertar los indios suyos, que por mal título han avido los christianos..."[31]

Os "salteos", entretanto, apesar de tais afirmações, continuaram desenfreados, quer de brancos contra índios, quer de índios contra brancos. E isso ocorria onde houvesse ou não governador, onde existisse ou não Justiça.

Consequência lógica dessa situação era que os portugueses "viviam a arranhar a costa como caranguejos", segundo a consagrada frase de Fr. Gaspar da Madre de Deus. Mas a causa dessa situação, não era a que o bom frade aponta, e sim, a que o P. Nóbrega refere, quando diz, que os gentios não deixam de matar e comer "muitos cristãos, de maneira que lhes convém viver em povoações fortes e com muito resguardo e armas *e não ousam de se estender e espalhar pela terra para fazerem fazendas,* mas vivem nas fortalezas, como fronteiras de mouros ou turcos, e *não ousam de povoar senão as praias,* e não ousam fazer suas fazendas, criações, e *viver pela terra dentro...*[32] Logo, o significado da frase "arranhar a costa como caranguejos", não é o de fraqueza de ânimo, que os historiadores lhe atribuem, e sim, ao contrário, a falta de segurança e o terror que o índio antropófago inspirava.

E quem, que não fosse — perguntamos nós — autêntico suicida, atraver-se-ia a penetrar sertão a dentro, com a perspectiva macabra, de terminar seus dias virando churrasco?

Da continuidade dos "salteos", nas épocas posteriores ao Padre Nóbrega, temos provas fidedignas nas Atas da Câmara de São Paulo.

Em 1591, escrevem os oficiais de Piratininga uma carta a todas as outras vilas da Capitania, na qual comunicam uma

---

(30) Ibid. (I, 233).
(31) Ibid. (I, 236).
(32) Ibid. (II, 448).

desagradável notícia: "encontrarão dous índios averá vinte ou trinta dias fogidos delles, que abertamente declarão, que sem falta *virão ao sallto*..."(33).

Neste mesmo ano, no mês de Julho, os munícipes paulistas reuniram-se e assentaram "que por quoanto, neste mes pasado *foi gente ao sallto*, e indo a ponteira em Pirapitingui acharão gente a quoall matarão e tomarão parte della, e trazendo allgũas pesas de escravos e escravas souberão de certo, em como os contrarios tem começado caminho por Jaraguá, pera tomarem preza, e cõ isso loguo apellidarem guerra campall contra nos... e pera mais fundamento de tudo isto, se informarão de Baltezar Gonzalez e de Francisco Preto, homẽis, que *forão nesta jornada e sallto que se fes*, que entendem bem o gentio, e se informarão da presa, que tomarão..."(34)

Em 1592, continuavam as bravatas dos índios, que vexados por tanto "salteo" prometiam não deixar com vida quanto branco lhes caisse nas mãos, fosse paulista ou mesmo carioca, pois até lá pensavam chegar, e já o davam, inclusive, como coisa feita: "... *andarão aos salltos*, como nos tem ameasado que farão, dizendo que, en nos acabando, nesta capitania, avião de ir ao Rio de Janeiro..." (35)

É, pois, evidente, que o "salteo" não desaparecerá com a chegada dos governadores, como tão ingênuamente affirmava o P. Nóbrega; muito ao contrário, êle continuava desbragado bastante tempo depois de o bom missionário ter passado a melhor vida.

IV

"SALTEOS" FEITOS POR TERRA

Para facilitar o estudo da instituição, faremos duas grandes divisões, que extraímos dos próprios documentos. São elas: "salteos" feitos por terra, e "salteos" feitos por mar ou em naves.

O primeiro documento a fazer uma tal divisão é, entre outros, as próprias Atas da Câmara de São Paulo, em cujo primeiro volume, lemos textualmente: "... e o di-

(33) Actas da Camara de São Paulo, (I, 417).
(34) Ibid. (I, 423-4).
(35) Ibid. (I, 404).

to tamoio é tão continuo em vir as ditas vilas, *e fazer os ditos salltos,* que não tem medo nẽ hareseo nenhũ ao virem fazer. *E não tão somente ho fazem por mar, mas tão bem por terra,* ẽ as fazendas e rosas dos ditos moradores, e lhe levão toda a escravaria, que nas ditas fazendas trazem, e lhes fazem seus mãotimentos e canaveais, ho que todo isto é mui notorio..."[36]

Ficam, pois, bem manifestadas as duas modalidades enunciadas: "salteos" feitos por terra, e "salteos" feitos por mar. Entretanto, levando em conta as informações, que fornecem os documentos, trocaremos a segunda classe pela sua análoga de "salteos em naves", por ser mais ampla, mais compreensiva, e também mais exata. Ela fica abarcando assim, não só os "salteos" feitos por mar, como tambem, os feitos pelos rios. Aliás, tal título, tambem não é nosso, e sim do Rei D. Afonso X, o Sábio, de Castela, que assim as denomina no seu imortal Código das Sete Partidas[37].

Em dois teatros diferentes, e bem longínquos, por certo, um do outro, analisaremos os fastos da instituição: no Brasil e na África.

A) — NO BRASIL

No Brasil, todo o mundo fazia "salteos". Brancos e índios realizavam "salteos", tanto por mar como por terra. A instituição apresenta, assim, no Brasil, três subdivisões principais:

a) brancos contra índios

b) índios contra brancos

c) ou ainda, índios contra índios.

De tôdas as três modalidades, encontramos nos documentos, referências numerosas. Citaremos sòmente algumas, que nos permitam demonstrar a existência de cada uma delas.

a) *BRANCOS CONTRA ÍNDIOS*

Os "salteos" dos brancos contra os índios eram diários e contínuos, e como dizia o P. Nóbrega: "de maravilha se acha cá escravo, *que não fosse tomado de salto...*"[38]

---

(36) Atas da Camara de São Paulo, (I, 43).

(37) Alfonso X: Los Códigos Españoles concordados, (Partida II, Tit. XIII, Ley XVIII), (tomo II, pág. 501). Madrid, 1847.

(38) Leite: Cartas, (I, 121).

Assim era efetivamente, e provas fidedignas disso, já deixamos em outra parte dêste estudo. Para corroborá-las, acrescentaremos mais uma que nos mostrará também, de passagem, o sítio de onde tanto carijó procedia.

O jesuita, P. Inácio de Siqueira, se encarregará de contar-nos o método de que se valeram os portuguêses para cativarem quase todos os súditos do Índio Papagaio, no atual Rio Grande do Sul: "De mil e duzentas almas, que tinha, na sua aldeia principal, em que habitava, só lhe ficaram cento e cinquenta, que eram os parentes mais chegados, e sobre tudo o queriam também levar cativo a êle". "Tinha êste índio um filho mais velho, e como tal herdeiro de seu estado. Era mancebo airoso e de bom entendimento, o qual sabendo que nós éramos chegados à aldeia, onde Maurício de Albuquerque residia, que distava da sua duas jornadas, e vindo êle àquela hora do Rio Grande, logo procurou persuadir o Pai, pois era Papagaio, que voasse para os Padres, e se acabasse já de desenganar, que os Portugueses o queriam levar cativo, pois lhe tinham levado tôda a sua gente, e que soubesse que não querendo êle ir, se ficasse, embora".

"Sempre até aquela hora, o tivera por seu Pai, porém, dalí por diante, êle não conheceria outros Pais, senão os Padres da Companhia, que lhe traziam a salvação de sua alma, e a liberdade, que os Portugueses lhe tinham tirado. E tomando suas mulheres e alguma gente mais chegada, se furtou com ela aos Portugueses, e caminhando de dia e de noite, nunca parou até chegar, onde nós estávamos, que o recebemos com todos os afetos dalma, que sua lealdade merecia. E êle se abraçou conosco, tão amorosamente, que não sabíamos julgar se nos ligavam mais com os braços, com que nos apertava, se com as bem compostas palavras, com que nos agradecia nossa vinda, a qual êle chamava sua liberdade".

"Vendo o Pai a prudente resolução, que o filho tomara, e entrado também das saudades do apartamento do mancebo, a quem amava mais que a outros doze que tinha, se resolveu de o seguir, e, para o fazer, buscou a melhor ocasião, que o tempo lhe ofereceu; e fingindo que ia a sua fazenda, com que agasalhar seus hóspedes, deixando as casas assim como estavam, por não ser sentido, se veio saindo da aldeia com o maior silêncio, que pôde, e com a gente que tambem pôde es-

capar, para se ajuntar connosco, sem ser sentidos dos portugueses. Mas não lhes foi possível, porque logo se achou menos, e vindo de após êle, que como trazia muitas mulheres e crianças, que não podiam andar com tão ligeiro passo, *foi força ser assalteado no caminho,* uma jornada antes de chegar a nós, onde lhe cativaram muita da gente que trazia, sem lhe nós podermos acudir. Aquí, no tempo que os portugueses investiram, se embrenharam muitas mulheres pelo mato, que daí a três dias, vieram ter conosco, tão desfalecidas, porque não tinham comido coisa alguma, neste tempo, que causariam compaixão às pedras insensíveis".

"E depois que tivemos junto nosso rebanho, começamos a caminhar para a barra da Laguna, onde tínhamos o navio, *sempre com receio de que os Portugueses nos assaltassem.* Mas como êles se desenganaram que nós não haviamos de largar as almas, que tanto nos tinham custado, sem primeiro largar as vidas, não ousaram a o fazer e assim chegamos ao pôrto de Laguna"(39).

b) — *ÍNDIOS CONTRA BRANCOS.*

Se o branco salteava índios, nada mais natural, que êstes devolvessem o golpe; com uma particularidade, entretanto, inerente à sua peculiar idiosincrasia.

O branco salteia o índio para escravizá-lo; o índio, porém, que não sabe tirar utilidade econômica dos escravos, trata de tirar de sua presa outros interêsses de tipo carnal: coabitação com as brancas, devorar, ferir ou matar os prisioneiros. O repositório imenso de informações que são as Atas da Câmara de São Paulo, ainda que pràticamente nenhum historiador tenha sabido explorá-lo a fundo, nos fornece a informação com estas claras palavras: "... quando de lá vẽ nos tais tamoios não se vẽ cõ fundamento dos escravos, que podem levar, *mas a busquar molheres bãoquas, como eles tem allgũas, que tomarão,* do que tudo é no Rio de Janeiro, já sera sabedor..."(40)

(39) Leite: História da Companhia de Jesus no Brasil, (VI, 514-521).
(40) Actas da Camara de S. Paulo, (I, 43).

O Governador Duarte da Costa, em carta para El-Rei de Portugal, datada da Bahia aos 10 de Junho de 1555, informa-nos com todo detalhe, dos "salteos" realizados pelos índios, contra a cidade e seus arredores. Diz D. Duarte: "e foy assi que o domingo, que acima diguo, ao meo dia, *saltarão cinquoenta indios no Engenho de Antonio Cardoso*: dizendo que a terra era sua, e que lhe despejassem o engenho, e com estas palavras, e outras mais soberbas vieram as mãos, e pelejaram huum pedaço, e dahi se vierom a aldea, que se chama da Porta Grande, que está no caminho antre a cidade, e o engenho, e passando por ella, hum Manoel Correa, com tres escrapvos, a saber o que passava no engenho, *o Gentio da aldeia saltou com elle, e o frecharom muito mal pelos ilhargas, e assi aos Escravos*..."[41].

Às vêzes, erravam a pontaria, e lá onde esperavam saltear brancos, salteavam, em seu lugar, a seus próprios compatriotas. Tal foi o resultado do ataque lançado contra a fortaleza da Bertioga, lá pelos anos de 1551, com a esperança de cativar bom número de brancos. Mas não foram brancos e sim índios os cativados: "...*darão tal salto estando descuidados, que levariam XXX índios,* que estavão em resguardo da terra, e *hum homem branco,* e os que ficaram *ficaram muito mal feridos de frechadas,* e tambem levaram a artelharia que puderam, e puserão foguo as casas de palha; só huma de telha avia, em que se salvarão os feridos de os nam lavarem..." [42].

Um manuscrito anônimo, cujo autor parece ter sido um padre jesuita, e cuja data podemos fixar em 1584, nos pinta os tamoios como salteadores empedernidos. De tal maneira acossaram os portugueses, em 1562, que êstes para livrarem-se de seus "salteos" construiram duas torres, na barra da Bertioga, "mas contudo isto, *sempre erão salteados dos tamoios, por diversas partes*..."[43].

Seu atrevimento não tinha limites. Em 1574, nos tempos do govêrno do Dr. Antonio Çalema "*os tamoios de Cabo Frio vinhão a fazer saltos dentro do mesmo Rio* (de Janeiro), polo qual se determinou de lhes dar guerra, e assim cõ favor da Capitania de S. Vicente da qual veio o Capitão Jerónimo Lei-

(41) Varnhagen: Op. cit. (I, 368).
(42) Leite: Cartas... (I, 246).
(43) Revista do I.H.G.B. (VI, 410). 1845.

tão, com a maior parte dos portuguezes e índios christãos e gentios..."[44].

E, finalmente, uma informação muito importante, que as histórias sempre silenciaram: Villegagnone era católico, e o que é muito mais esquisito "tambem trabalhava de resgatar os portugueses *que o tamoios tomavão em seus saltos, que davão em S. Vicente*" [45].

Também os escravos sabiam virar salteadores, contra seus próprios donos, sempre que a oportunidade indispensável de tempo e de lugar se apresentava. A informação no-la oferece o cronista-soldado, Francisco de Andrade, (1540-1614), na sua "Chrónica do Rei de Portugal, D. João III", escrita em 1613, pouco mais ou menos. A vítima foi "Diogo Botelho *que foi salteado dos seus escravos*..." com as trágicas consequências, que de tal fato se podem imaginar [46].

Em 1592, os paulistas receiam um ataque iminente dos índios. O Procurador do conselho, Alonso Peres, confirma o medo dos oficiais, pois, "... hos contrarios estão hũa jornada e meia daquí, *e que podia suceder allgum sallto,* donde por falta de Capitão nos veria muito mall..." [47]

c) — *ÍNDIOS CONTRA ÍNDIOS*

O "salteo" não é invenção dos índios, mas foi aprendida a instituição dos brancos. E os índios tiveram escrúpulos em empregá-la também contra seus patrícios e irmãos de raça.

Guillém, em carta de 12 de março de 1561, diz, falando dos aymorés que "um dia están en un lugar, y otro dia en otro... andan contra todas las otras generaciones como *salteadores de caminos*..." [48]

Isto quer dizer que, fazer "salteos", era ocupação tão usual entre índios, como entre cristãos.

(44) Ibid. id. (VI, 407).

(45) Ibid. id. (VI, 414).

(46) Andrade, F. de: Chrónica do muito alto e muyto poderoso Rey destes Reynos de Portugal, D. João III, deste nome... (Parte III, 19). Lisboa, 1613.

(47) Atas, (I, 439).

(48) Varnhagen: Op. Cit. (I, 391).

Em 1593, havia dissensão entre os munícipes da vila de Santos e Itanhaém contra os de São Paulo. Alegavam aquêles, em suas cartas, que não se devia fazer guerra contra o gentio, dando como razão, que êle não lhes fazia opressão.

Para provar exatamente o contrário, chamaram os camaristas de São Paulo e "fizerão vir perante si... a Belchior Carneiro, aqui morador, e asim a Gragorio Ramalho, mansebo solteiro, filho de Vitorio Ramalho... e a Manoell, indio christão de São Miguell, irmão de Fernão de Sousa, e perante min escrivão reseberão juramento dos santos Evangelhos, pera que elles declarasen, sob carguo do dito juramento, o que pasava aserqua do gentio do bongȳ, que os *avia salteado e* desbaratado na viagem, que trazião desta entrada, que Antonio de Macedo e de Domingos Luiz Grou, en cuja companhia elles todos vinhão para esta capitamia..." (49)

Os resultados dêsse "salteo" tinham sido ótimos para os índios. Afora os mortos, conseguiram levar consigo "muita gente topinães da que elles trazião, em sua companhia e de seu serviço.." (50)

O Padre Luiz da Grã escreve do Espírito Santo ao Padre Diego Mirão, em Lisboa, aos 24 de abril de 1555, comunicando-lhe o início das lutas, entre tamoios e cristãos. Nem bem êle tinha chegado, quando "se começou a guerra, porque ja dantes estavam esperando: porque dahi a sete ou oyto dias *fizerão os Tamoios hum salto,* em que levarão sete pessoas, ainda que nenhuma era algum dos brancos, senam hum moço mamaluco..."(51)

Em maio de 1556 é o Irmão Antonio Blasquez, quem, escrevendo desde a Bahia, nos narra um "salteo", feito pelos índios inimigos do Tubarão, contra uma aldeia dêste. A oportunidade se apresentou, quando vários índios do Tubarão faziam sal para o Governador, a menos de meia légua da cidade. Quando mais desprevenidos estavam, os índios inimigos cairam sôbre eles e "matarão muitas mulheres da Aldea do Tubarão e outros ferirão e levarão..." (52)

Mas foi tão grande o azar dos salteadores, que quando se iam recolhendo, com a presa, deram de mãos e boca com o

(49) Actas, (I, 476).
(50) Ibid. id.
(51) Leite: Op. cit. (II, 224).
(52) Ibid. (II, 263).

Tubarão e aí acabou tôda sua boa sorte, porque de salteadores viraram salteados, e, de escravizadores, escravizados: "A vinda que este Principall (Tubarão) vinha, deu com os que avião tomado os seus, e depois de muita peleja, tomou a *alguns dos mesmos que avião dado o salto,* dos quais lhe coube hum ao quinhão da Aldea do Tubarão. Pediu elle licença ao Governador pera matar aquele, pois era dos que haviam morto aos seus, pera consolar o nojo, que tinha dos que lhes aviam morto. Deu-lhe o Governador licença, pera o matarem fora da aldea. Fizerão-no assí, e mataran-no e comeran-no, porque lho acharão a cozer..." (53)

Os carijós do Rio Grande do Sul eram verdadeiros aliados dos portugueses, pois com êles encontravam sempre mantimentos de graça e tudo quanto precisavam. Tão amigos eram, que até escravos lhes traziam. As presas eram os guajanás, cativados em ciladas que lhes armavam. *"Em quanto os carijós puderam fazer entradas e dar assaltos aos guaianás,* aos quais achavam descuidados ou a pescar, ou na comedia dos pinhões trepados nas árvores, os quais faziam descer às frechadas..." (54)

B) — *NA ÁFRICA*

Antes da instituição chegar ao Brasil, foi ela fartamente empregada pelos portugueses, espanhóis e mouros, na África. Será, pois, de grande utilidade, fazer menção de suas gestas e das características da instituição no outro lado do Atlântico. Com a diferença que, aqui, nosso estudo tratará de duas espécies diversas dessa instituição.

Os "salteos" feitos por terra, na África, podiam ser realizados de duas diferentes maneiras — *a pé* e *a cavalo.*

Exemplos de ambas existem a esmo, em tôdas as crônicas portugueses que se referem à vida diária vivida, nas praças africanas, ocupadas pelos lusitanos. Entre tôdas essas crônicas, escolheremos sòmente uma, porém, das mais famosas. Trata-se dos "Anais da Arzila", obra do cronista português *Bernardo Rodrigues,* que por sinal, além de cronista nas horas vagas, exerceu, durante quase vinte anos, a honrosa

---

(53) Leite: Cartas... (II, 268).

(54) Leite: História da Companhia de Jesus, no Brasil, (VI, 594-621). Carta do P. I. de Siqueira.

profissão de "salteador" e entradista na África, procurando não desmerecer com a pena, as proezas que praticava com a espada. Resultado de suas extraordinárias qualidades, em ambos os misteres, são os animadíssimos quadros que descreveu onde com luxo extraordinário de detalhes, nos oferece uma visão muito exata do que eram êsses "salteos", feitos pelos *cristãos contra os mouros*, e *dos mouros contra os cristãos*, a partir das praças portuguesas de África ou contra elas.

Nessa obra, a instituição do "salteo" aparece tantas vêzes repetida, que não será hipérbole afirmar que tais repetições são incontáveis.

Para poder aquilatar o valor imenso que tem, tanto a obra, como seu autor, bom será lembrar, que não se trata de simples cronista, que narra de ouvido, mas, sim, de testemunha, ou mais ainda, de protagonista de tudo quanto escreve e relata.

Os Anais de Arzila, mais do que crônica, são um retrato vívido e palpitante da vida dos portugueses, nas praças africanas.

Tanto a sua terminologia, como a menção que faz das instituições bélicas vigentes, de seus objetivos, e do que por elas se entendia, ou o uso que delas se fazia, são para nós de um valor inestimável. Ninguém melhor do que êle, que as praticava, podia considerar-se competente para qualificá-las.

O primeiro exemplo, que dêle vamos tomar, refere-se a um "salteo" feito pelos mouros contra as atalaias da praça de Arzila.

Existiam, neste tempo, na vila, dois primos famosos, chamados os Araujos. Montados nos seus cavalos, não encontravam mouro que os alcançasse. Certo dia, porém, os dois foram montar guarda à atalaia Ruiva. O almocadém mouro de Alcazarem ao vê-los, e conhecendo-os pelos cavalos "determinou de os *vir saltear a pé...*"

"...Fez decer oito homens e com duas espingardas, se vierão com as barrigas polo chão..."

Os atalaias, entretanto, passeavam sossegados, de cima para baixo e de baixo para cima, sem imaginar, nem por acaso, a tormenta que se avizinhava pronta a descarregar-se sôbre suas cabeças.

De súbito, os mouros caem sôbre eles, com a maior gritaria possível, disparando, ao mesmo tempo, suas espingardas, para que os cavalos dos atalaias fugissem, e os Araujos ficassem a pé, sem defesa, sem meio para fugir.

Ambos foram presos e os cavalos também, pois passando o primeiro ímpeto, pararam, sendo logo alcançados pelos mouros[55].

A outro "salteo" de atalaias, não menos espetacular, dedica Bernardo Rodrigues todo um capítulo de sua obra; com o seguinte título: *"Como Amelix salteou quatro atalaias,* no outeiro de Fernão da Silva, e matou ũa e levou outra".

"Não passarão muitos dias — continua o autor — Amelix ordenou de *saltear a pé* as quatro atalaias do outeiro de Fernão da Silva". Descavalgou, como no "salteo" anterior, seus mouros, e arrastando-se por entre o milho, foi colocar-se bem nas ilhargas dos atalaias, esperando que, por qualquer motivo, se separassem.

Não teve que esperar muito tempo. Instantes depois, duas delas, o Lamezinho e Afonso Pinheiro decidirão ir beber água, na fonte próxima.

Amelix, assim que viu o que esperava, remeteu às outras duas, e antes de que estas o percebessem, era já dono de lanças e cavalos.

Ouvido o rebate, os dois sedentos, montados em pêlo, sôbre seus cavalos, como estavam, aguilhoarãm-nos e não pararam até a vila.

Dos outros dois, um deles, João Rodrigues Trombeta, lançou-se pelo outeiro abaixo; mas de nada lhe serviu. Cinco mouros o alcançaram, obrigando-o a desfazer o caminho andado, só que agora de volta para cima.

O outro atalaia, cujo nome era João Telez, vendo-se entre os mouros sem lança, nem cavalo, levou de uma meia javarina que na cinta tinha. Os mouros, que não eram mais que três, porque os cavalos se lhe não fôssem, não quiseram fazer detença, e pondo-lhe as lanças nos peitos o passaram, e assim caido o deixaram exânime.

---

(55) Rodrigues, B.: Anais de Arzila, (I, 279). Lisboa, 1915.

Os mouros levam, por tanto, uma só atalaia. O lucro do salteo era, pois, bem magro; mas si o lucro é magro para os mouros, a frase que Amelix vai nos dizer, quando se viu a salvo da perseguição dos cristãos que tinhão saido da vila em socorro dos atalaias, será de um valor inapreciável. "Amelix chamou por Roque, (outro atalaia), e lhe disse que chegasse, que não lhes tirariam e chegados lhe disse: que aquêle homem que mataram, (o João Telez), era louco, que sem lança, nem cavalo, quis pelejar, *que êle não levava proveito dos mortos...*"[56]

Eis aí, declarado expressamente pelo mouro "salteador" a finalidade e objetivos da instituição: prear e escravizar para lucrar, e nunca para matar, conquistar ou fazer guerra regular.

Os *"salteos" a cavalo* são muito numerosos. Narraremos sòmente um, por tratar-se de Jorge Vaz de Magalhães, que pelo feito dêste "dia, foi causa de *o mandarem ao Maranhão* (Brasil), por Capitão de ũa caravela da armada de Aires da Cunha, onde está."

O caso foi o seguinte: "uns *amogávares saltearão a Jorge Vaz de Magalhães.* Êste, um bom dia do ano 1533, amanheceu com vontade de pescar, e sem falar com mais ninguém, montou no seu cavalo, e se foi até o riacho de Alicasapo, disposto a variar seu menú, ainda que só fôsse por um dia. Carne, carne, todos os dias, era carne demais! Bom variar alguma vez para peixe!

Precavido, como a todo bom salteador africano convinha, não quis descer do cavalo; e assim montado, pescava e pescava.

Mas olhando para os peixes, descuidou-se de ver o que tinha diante do seu nariz. E o que tinha bem diante dos seus olhos, caneiro de por meio, era tão só, uma quadrilha de mouros salteadores.

"Cavaleiro, — lhe disse o amocadém mouro — salí acá e não pesqueis".

"Arredaivos, — replicou êle, — venha o Capitão".

"Dai-vos — retrucou o mouro — que somos do Farrobo, que não matamos a quem se nos da".

---

(56) Ibid. (I, 423).

Mas não era o português, homem que se rendesse, tendo uma lança na mão, e um cavalo entre as pernas. Saiu, sim; mas a tal velocidade, que pondo a laça no almocadém, transfixou. Colocaram-se todos nas suas ilhargas, e era tanto seu desejo de aprisioná-lo, que podendo, não o mataram. Só quando já se lhes escapava, quiseram terminar com êle; mas era tarde demais.

Escalavrado, e com três lançadas, mais outras muitas em seu cavalo, chegaram ambos a Arzila.

Como prêmio de sua façanha, veio para o Maranhão.

Agora perguntamos nós: será que êsse Jorge Vaz, vai precisar de mestre no Brasil, para fazer "salteos" contra os índios, êle que tão perfeito mestre se tinha mostrado, na África, contra os mouros?

Em outra ocasião, o Capitão de Arzila quis "saltear" a vila moura de Çumete. "Tomarão dous mouros, um cavalo, uma egua e dezasseis bois d'arado, os quais mouros estavão por atalaias no facho, e Diogo da Silveira, indo de melhora a os *saltear com vinte de cavalo,* foi visto, e se deu rebate", conseguindo os mouros tirar de suas mãos os bois, mas intervindo o Capitão, foram tomados de novo e trazidos, junto com os mouros a Arzila [57].

Ir buscar lã e voltar tosquiados, como diz o ditado, era muito frequente nos "salteos".

O mouro Zanaca, com mais catorze ou quinze companheiros "salteou" um atalaia e o tomou cativo. Com presa tão reduzida, voltava ufano para sua aldeia, passada já boa parte da noite. Por mais azarentos, que se considerassem, nunca imaginaria tão ruim encontro, como o que lhes esperava, e muito menos ainda, *"de ser salteados"* por Pero de Menezes que, com trinta a cavalo, os foi esperar, quando viu que o Zanaca levava o atalaia.

Pero de Menezes deu nos dianteiros, e mortos alguns deles, foi libertado o atalaia e tomados cativos sete ou oito mouros. Mas como na guerra e no amor, tudo está permitido, Pero de Menezes foi tão ladino, que tendo que atravessar por um porto, guardado por mouros, em lugar de perguntar em português, o fêz em árabe. O estratagema saiu tão perfeito

---

(57) Rodrigues: Op. cit. (I, 86).

que não só o deixaram passar, como também conseguiu pegar cativos, mais outros quatros mouros da guarda.

Mais não se podia pedir! [58].

Finalmente, e para não ser mais prolixo, relataremos outro "salteo", dentre os numerosos que podem ser mencionados, dado por *gente a cavalo.* Para variar, referir-se-á a mulheres.

As mulheres bonitas foram sempre mercadoria cotadíssima, principalmente entre os mouros, alcançando, às vêzes, preços altíssimos quando sua beleza ancançava categoria fora do comum.

A moça moura mais bonita que entrou em Arzila, foi Fátima, por cuja libertação se vai oferecer a quantia fabulosa de quatrocentos cruzados em prata lavrada, preço astronômico para a época; mas, nem por isso, seu dono quís soltá-la.

A fortuna de preá-la coube ao nosso já tantas vêzes referido Pero de Menezes, que, levando ainda menos gente, que no "salteo" anterior, conseguiu tal êxito "pelo bom recado e grande acordo que *sendo salteado teve".*

Aconteceu, que o nosso herói, acompanhado por dezessete a cavalo, entrando por "entre Mençara e Fiquer, tomou tres mouros e três mouras, entre as quaes *foi Fátima, a fermosa, e de mais fama, que em nosso tempo em Arzila entrou".*

Feita a presa, regressavam com ela. Chegados ao Xercão, lugar fresco, umbroso e com água, todos descavalgaram, menos Pero de Menezes. "Estando êle encima do seu cavalo, arrimado a sua lança, *foi salteado de cincoenta de cavalo".* "Salteo" que quase virou desastre para os portugueses, não fôsse a presença de espirito, valor temerário e sangue frio de Pero de Menezes. Graças a êle, não só se defenderam, mas conseguiram afugentar os cinquenta mouros. É verdade, que os três mouros se perderam, mas conseguiram, embora com muito trabalho, trazer ùnicamente as duas mouras, uma delas Fátima, nas ancas dos seus cavalos[59].

Êstes eram os *"salteos" a cavalo.* Em nada, a não ser no cavalo, diferem dos seus congêneres a pé. Ambas as maneiras de realizá-los, formam, entretanto, parte, dos *"salteos" por terra,* dos quais são uma subdivisão.

(continua)

---

(58) Rodrigues: Op. cit. (I, 66).
(59) Ibid. (I, 68).

O ASPETO PSICOLÓGICO DE ALGUNS PROBLEMAS INDUSTRIAIS (*)

EFRAIM ROJAS BOCCALANDRO

O artigo que aqui apresentamos, contém em linhas gerais o que julgamos de maior interêsse para dar uma visão de conjunto sôbre importância da abordagem psicológica dos problemas industriais.

Quando se fala de Psicologia na Indústria não podemos deixar de lembrar que os caudalosos estudos relativos às Relações Humanas na Indústria, originaram-se de um estudo pioneiro que ELTON MAYO e seus colaboradores realizaram na fábrica HAWTHORNE da Western Electric de Chicago.

Consideramos útil entrar nos pormenores desta pesquisa, mesmo correndo o risco de contribuir para a manutenção de um lugar comum, pois a experiência de Hawthorne constitui sempre a primeira citação em palestras ou Cursos sôbre Relações Humanas na Indústria.

Em novembro de 1924, a Companhia Western Electric de Chicago, fabricante de peças e material telefônico, solicitou a colaboração do Conselho Nacional de Pesquisas da Academia de Ciências dos E.E.U.U. da América do Norte, para investigar a relação entre a quantidade e a qualidade da iluminação, e a eficiência na indústria.

A pesquisa teve início com a realização de um levantamento das médias de produção em três departamentos, durante um período preliminar. A seguir, aumentou-se a intensidade da iluminação por etapas. O resultado foi que a produção osci-

(*) Há vários anos que vimos nos interessando pela solução, sob o ângulo psicológico, de problemas industriais. Também faz bastante tempo que desejávamos redigir em forma de "digest" uma síntese pessoal da extensa bibliografia que existe sôbre o assunto. Foi necessário, no entanto, que o Dr. Víctor Simonsen, Diretor da Cerâmica São Caetano S. A., solicitasse nossa colaboração para a Vigésima Convenção de Presidentes da C.I.P.A., realizada sob os auspícios dessa emprêsa, para encontrar o ânimo necessário à realização do trabalho.

lou acima e abaixo da média obtida no período preliminar, sem relação direta com a quantidade de iluminação.

Não satisfeitos com isto, os experimentadores fizeram mais duas experiências, procurando eliminar os fatôres que interferiam e assim poder isolar a influência da quantidade de iluminação.

Mesmo com essas precauções não se chegou a determinar uma relação definida entre eficiência e iluminação. Falhando no objetivo imediato, estas experiências serviram, no entanto, para indicar a necessidade de maiores conhecimentos sôbre os fatôres humanos na indústria.

Os pesquisadores perceberam que a realização das pesquisas nos Departamentos de Produção, com a participação de grandes grupos de operários, dificultava excessivamente a tarefa de estudar a influência de um único fator.

Baseando-se na experiência adquirida fêz-se um estudo com um pequeno grupo de operárias que foram transferidas para uma pequena sala, isolada do Departamento de Produção e que serviu de local de trabalho durante os 5 anos que durou a pesquisa.

Êsse pequeno grupo de môças recebeu, devido às necessidades da pesquisa, condições de supervisão diferentes das utilizadas comumente com os trabalhadores da Emprêsa. Eram consultadas antes de qualquer modificação nas condições de trabalho e, na medida do possível, suas opiniões eram levadas em conta. Foram também informadas da natureza e propósito dos estudos, sendo bem esclarecidas a respeito dos objetivos que se desejavam atingir. Os pesquisadores nunca tentaram "vender" os novos critérios, e a desaprovação das modificações por parte das moças foi tomada como evidência suficiente de sua ineficácia. Nas novas condições determinadas pela experiência as moças recebiam um salário que estava em maior proporção com o esfôrço individual do que aquêle do seu respectivo Departamento de Produção. Esta inovação revelou-se posteriormente como fundamental.

Também devemos assinalar o fato de que um dos psicólogos ficava permanentemente na sala como observador e teve que tomar para si algumas das funções do Supervisor.

Não precisamos sublinhar que tôdas estas alterações constituiram uma mudança completa da política de Supervisão

em uso na Emprêsa. A importância dessas mudanças só foi percebida em todo seu valôr no fim da pesquisa.

Nesse ambiente de trabalho, os pesquisadores introduziram inovações, como pausas para descanso, períodos de trabalho menores, por dia e por semana, e observaram aumento correlato da produção. Mas, quando quiseram testar de maneira científica a influência dêsses fatôres, voltando às condições iniciais de trabalho, as moças demonstraram sua oposição, porém, a produção não caiu.

Êste resultado, surpreendente à primeira vista, e que contradiz a atitude mecanicista e fisiologista em face da produção, demonstrou claramente a importância dos fatôres psicológicos no trabalho.

Quando, no último período dessa pesqúisa, as moças voltaram a trabalhar nas condições que elas achavam ótimas — 7 horas de trabalho por dia com duas pausas de 10 minutos para descanso — observou-se um aumento de entusiasmo e de coesão do grupo de operárias. Constituiram, nêsse momento, uma verdadeira "equipe" de trabalho, e, a sua confiança nos supervisores e a satisfação que sentiam, exprimia-se nos seus comentários sôbre o andamento das experiências.

O resultado principal da experiência de Hawthorne foi o de demonstrar de maneira irrefutável a capital importância das atitudes e preocupações dos empregados, como determinantes da produção. Se é verdade que se obtiveram conclusões sôbre a influência benéfica dos períodos de descanso para evitar a fadiga, o resultado fundamental foi o de conduzir a uma compreensão mais realista de muitos problemas de supervisão.

Os Gerentes e Diretores da Western Eletric ficaram impressionados com as reservas de energia latente e de cooperação produtiva que revelaram os seus empregados. Reservas essas que poderiam aproveitar-se para benefício de todos, bastando, apenas, utilizar as condições de supervisão adequadas.

O nó da questão está em estabelecer para cada organização industrial quais as condições que as pessoas que a integram consideram adequadas.

A procura desas condições tem que ser feita com uma mentalidade diferente da utilizada nos cálculos de custos. Não

podemos pesquisar as motivações com a lógica matemática do cálculo de custos. O ser humano, além da motivação econômica, tem muitas outras que o impelem a trabalhar ou que o levam ao desânimo. Desânimo que se traduz em absenteísmo, acidentes, queixas, etc, na vida real. Êsses fatôres motivantes não são lógicos, são de ordem sentimental, portanto, irracionais. E a grande vantagem do Psicólogo, é que vem provido de uma experiência em Relações Humanas que lhe facilita a expressão, em palavras, das suas intuições. Isso, ligada a um preparo científico, dá-lhe uma posição muita vantajosa para superar a pura intuição.

Encarar o absenteísmo como um problema gerado por sentimentos que a maioria das vêzes nem o próprio trabalhador conhece conscientemente, é uma nova atitude por parte dos Diretores ou Gerentes industriais que traz o Psicólogo à Indústria.

Na publicação do Forum "Roberto Simonsen": *Problemas Psicológicos da Industrialização* encontramos uma sistematização muito clara das funções do Psicólogo na Indústria, apresentada pelo Professor Oswaldo de Barros Santos. Êle considera como atividade do Psicólogo Industrial:

1 — A Análise de Ocupações.

2 — A classificação das ocupações, cargos e funções.

3 — A Seleção de Pessoal.

4 — A Orientação Profissional (colocação, transferência, promoções, acesso).

5 — A manutenção do "Moral" do grupo.

6 — A colaboração na melhoria das condições de eficiência do trabalhador.

7 — O Aconselhamento Psicológico, com duas modalidades:

a) Sugestões à Direção.

b) Processo individual de Aconselhamento.

Neste esquema é fácil perceber como a grande maioria das atividades que correspondem ao Psicólogo Industrial, se concentram em tentar influir sôbre os fatôres não racionais que determinam a produção. Como atividades lógicas ou racionais êle tem apenas a Análise e a Classificação das Ocupações que são feitas para estabelecer a base científica necessária à seleção de Pessoal. Já no processo de Seleção, o Psicólogo lida com motivações e aspetos afetivos no momento em que estuda a personalidade do candidato.

É o grande mérito da Psicanálise e sua principal contribuição ao conhecimento do homem, o fato de ter demonstrado a existência dos motivos inconscientes. Por trás da fachada sintomática constituida pelo atraso contínuo do trabalhador, ou por trás do acidente que parece "fortuito", deve o psicólogo determinar as motivações primárias e levar o trabalhador à superação dos conflitos íntimos que interferem na sua vida.

No que se refere à motivação dos acidentes, GREEN WOOD e WOOD, já em 1919, realizaram pesquisas bem controladas, encontrando boas razões para concluir que "a propensão do indivíduo ao acidente é um fator extremamente importante na incidência dos acidentes". Afirmando taxativamente que "até aonde alcança o conhecimento tirado das pesquisas, a gênese de múltiplos acidentes, sob condições externas uniformes, é uma questão de personalidade e não depende de nenhum outro fator externo evidente". Poucos anos mais tarde, Marbe publicava uma monografia sôbre acidentes, observando que a pessoa que já sofreu um acidente é mais propensa a sofrer outro do que aquêle que nunca se acidentou. Estudos estatísticos feitos em grandes companhias industriais demonstraram que a distribuição de acidentes não é uniforme entre os trabalhadores, pois um pequeno grupo monopoliza os acidentes. Poderia pensar-se que a razão residiria no fato de êsse pequeno grupo realizar os trabalhos mais perigosos e teria, portanto, maiores oportunidades para envolver-se em acidentes. Mas, quando êsses trabalhadores eram levados a outras ocupações, continuaram acidentando-se. Ainda mais, essas mesmas pessoas eram as que tinham maior número de acidentes fora do local de trabalho. Como exemplo concreto cita-se o caso de uma companhia que empregou um grande número de motoristas de caminhão, e que reduziu o número de acidentes a 1/5 do nível anterior depois de

utilizar o simples expediente de transferir os motoristas que tinham maior número de acidentes, para outras ocupações.

Isto parece demonstrar que existe a "pessoa propensa aos acidentes", que pode sofrê-los em qualquer profissão que a exerça. DUNBAR que estudou psicològicamente um grande número de pessoas com fraturas, descreve a pessoa propensa aos acidentes como: "decidida, ou até impulsiva, concentrando-se em prazeres e satisfações imediatas. É inclinada a atuar de maneira repentina, com decisões súbitas. Gosta de agitação e de aventura e não é partidário de fazer planos ou preparativos pensando no futuro".

Um grande número das pessoas propensas aos acidentes tiveram criação muito rígida, daí derivando uma quantidade de ressentimento fora do comum, contra os que exercem a autoridade. Em geral os propensos aos acidentes são homens de ação, não de idéias e a impetuosidade que demonstram tem sua origem mais frequente na rebelião que manifestam contra tôda forma de coerção externa.

Em síntese, são rebeldes que se insurgem não apenas contra as autoridades externas mas também contra as normas de sua própria razão e contra seu ato-domínio. Vemos, então, que de acôrdo com a tese de Dunbar e dos seguidores da Escola de Medicina Psicosomática, o fator principal nos acidentes reside na própria pessoa que os sofre e a primeira medida de prevenção, portanto, deve ser dirigida para o trabalhador. Neste ponto a seleção psicológica dos trabalhadores joga um papel essencial porque permite descobrir tendências profundas da personalidade, permitindo colocar a pessoa num trabalho que não envolva risco de vida para êle ou para outros. Completando essa ação psicológica, o ideal seria que essas pessoas pudessem submeter-se à psicoterapia e, assim, chegar a conhecer os motivos inconscientes que determinam a sua propensão aos acidentes.

Uma observação banal parece confirmar que por trás do "fortuito" há uma motivação inconsciente. É o caso das empregadas domésticas que quebram louça ou estragam aparelhos com uma facilidade espantosa, sempre de maneira "fortuita". Realmente não se vê uma ação intencionalmente dirigida, porém, consideramos que é o ressentimento inconscien-

te, a sua agressividade, que as leva a quebrar "sem querer" os objetos.

Para terminar, queremos apresentar duas medidas práticas para diminuir a média da acidentes.

Em primeiro lugar temos o estudo realizado por Newbold. Êle sugere que se indague inicialmente se o índice de acidentes é devido principalmente ao ambiente de trabalho ou se é, em grande parte, representado por um pequeno grupo de trabalhadores sujeito a muitos acidentes. Para chegar a uma conclusão objetiva sôbre êsse particular êle elaborou uma tabela para determinar se existe uma desigualdade de risco de acidentes em um Departamento. Essa tabela e as indicações para o seu uso encontram-se no livro "Higiene Mental e Relações Humanas na Indústria" de autoria de Thomas Ling e outros colaboradores e que está traduzido para o vernáculo pelo Dr. Pacheco e Silva. Essa facilidade bibliográfica nos dispensa de entrar em maiores detalhes.

A outra medida consiste na criação de uma "Clínica de Acidentes" pelo Psicólogo Viteles na "Milwauker Eletric Railway Co". Essa Clínica durante o primeiro ano de funcionamento fêz cair o índice de acidentes em 25%. A média de acidentes por homem no grupo de trabalhadores propensos, caiu de 2,8% até 0,51% o que é inferior à média para todo o sistema.

Oakley afirma que resultados ainda mais duradouros seriam assegurados no caso de se melhorar o ambiente social da emprêsa, em lugar de cuidar-se exclusivamente da parte técnica e do grupo propenso aos acidentes. Os chefes mesquinhos e prepotentes são considerados uma ameaça à segurança das fábricas, além da influência desfavorável que exercem sôbre o moral de trabalho.

Com isto chegamos ao fim duma exposição que, como foi dito inicialmente, não pretendeu oferecer conclusões originais. Se motivados por este artigo alguns dos leitores sentirem nascer nas suas mentes interrogações sôbre os complexos problemas de Relações Humanas nas suas emprêsas, e se sentirem também, a necessidade duma abordagem psicológica dêsses problemas, nós experimentaremos a satisfação de ver realizados plenamente, os nossos objetivos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1 — F. J. ROETHLISBERGER e WILLIAM DICKSON. *Management and the Worker*. Harvard University Press. Cambridge. Massachusetts. 1956.

2 — THOMAS M. LING e colaboradores. *Higiene Mental e Relações Humanas na Indústria*. Tradução de A. C. Pacheco e Silva. Gráfica e Editôra "Edigraf" Ltda. São Paulo.

3 — FRANZ ALEXANDRE. *Medicina Psicosomática*. Tradución al Español por el Dr. José Angel Bustamante. Editorial Cultural S. A. La Habana. Cuba. 1954.

4 — OSWALDO DE BARROS SANTOS e outros. *Problemas Psicológicos da Industrialização*. Publicação do Forum "Roberto Simonsen". São Paulo. 1959

5 — J. M. FAVERGE, J. LEPLAT et B. SINGNET. *L' adaptation de la Machine a l'homme*. Presses Universitaires de France. 1958.

6 — F. J. ROETHLISBERG. *Management and Morale*. Harvard University Press. Cambridge, U.S.A. 1959 (13.ª edição).

RESPONSABILIDADE DA CRÍTICA

ALCANTARA SILVEIRA

Mesmo que nos coloquemos na posição do leitor do passado, embora procuremos examinar alguns romances de outrora com a mentalidade do tempo em que apareceram (aceitando, portanto, falhas características da literatura da época) somos obrigados a reconhecer, em alguns romances antigos, uma fragilidade, uma vazio e um descosido desanimadores. Faltavam à maioria dos romancistas de antigamente as mais primárias noções do que fôsse romance; não passava êste de um amontoado de descrições da Natureza, de reproduções de acontecimentos, depoimentos sôbre o sertão, tudo isso terminando quase sempre em horrorosas tragédias.

O homem pouco interêsse despertava nos romancistas e contistas, alguns dêles preocupados em descrever mais as reações fisiológicas de seus personagens do que as psicológicas, a maioria valendo-se do romance para provar uma tese ou focalizar um problema. Escrevia-se ficção sòmente quando se possuia um tema predeterminado, no qual os personagens eram encaixados mais ou menos à fôrça; daí a falta de autenticidade dos heróis que, fabricados para demonstrar uma tese, não tinham vida própria.

Renegando um de seus romances "de fantasia" — *Um casamento de arrabalde* — assim se expressava Franklin Távora: "Hoje em dia eu não poria em letra de imprensa produção de horizonte tão estreito, porque entendo que nas letras, ainda as amenas, não é lícito prescindir de um ideal que represente a vitória de um princípio, de uma instituição, de uma idéia, de uma idéia útil à sociedade. O romancista moderno deve ser historiador, crítico, político ou filósofo. O romance de fantasia, de pura imaginativa, êste não quadra ao ideal dos nossos dias" [1].

Tal era a concepção que se tinha da ficção há mais ou menos cinquenta anos; é ela — em pequena parte — a responsável pela situação a que chegou o romance nacional. Houve, entretanto, outros elementos que concorreram para a morte de muitos romances, de outrora, como o estilo dos escritores, sua falta de imaginação, a incapacidade para criar personagens autênticos. Além disso, a circunstância da crítica receber sempre com elogios essa literatura inferior, constituia incentivo ao seu prosseguimento. Foi ela a maior culpada da existência de uma série de fracos romances que ingressaram nas histórias da literatura bafejados por imerecida glória.

---

(1) Franklin Távora — Carta a Rangel de Sá Paio *in Um Casamento de Arrabalde*, Garnier, 1903. Outra não era a opinião de Adolfo Caminha que — criticando *A Fome*, de Rodolfo Teófilo — disse que "escrever um romance não é sòmente acumular fatos inverossímeis e sem lógica. Foi-se o tempo do romance íntimo, escrito ao acaso, todo de imaginação". (*Cartas Literárias*, 1895)

Porque há cinquenta anos atrás os críticos — ao contrário do que hoje acontece, talvez por causa da superabundância dêles — eram lidos e acatados. A opinião de Silvio Romero, a de José Veríssimo, era seguida pelo leitor sem discussões. Mesmo um Araripe Junior, um Nestor Victor, um Valentim de Magalhães — em que pese a fraqueza de seus julgamentos — impunham sua opinião ao pequeno público ledor de antanho. Por isso mesmo grande foi a responsabilidade de todos êsses críticos que não souberam (ou não quiseram) proceder a uma severa triagem nos romances que leram.

Aliás, o mal vinha de longe. Observava José Veríssimo(2) que a primeira crítica aparecida no Brasil, nascida nas academias literárias do Século XVIII, "era de regra exageradamente benévola, e fàcilmente escorregava para os mais desmarcados encômios e excessivos louvores, em linguagem, como era a literária da época, túrgida e hiperbólica." Mesmo durante o Romantismo, quando apareceu "a crítica como um ramo independente da literatura — prossegue Veríssimo — a crítica era "louvaminheira e derramada em impertinentes considerações gerais, e acreditava ingênuamente que preconizar a produção literátria nacional era o mesmo que valorizá-la e que o louvor, ainda indiscreto, seria estímulo bastante ao fomento das nossas letras." E assim tem continuado.

As vozes que, outrora, discordavam da opinião geral, apontando falhas em romances da moda, permaneciam isolados e sem eco, como por exemplo a do Cônego Doutor Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro que — apesar de ter tido o "impertinente sestro de elogiar despropositadamente os nossos escritores, colocando-os mal na companhia de alguns grandes nomes da cultura européia" (3) — escreveu em seu *Resumo de História Literária* (1873) que *A Moreninha,* de Macedo era "um verdadeiro quadro de costumes nacionais, copiados ao natural, e como que surpreendidos nos arcanos da intimidade (...) No verso da medalha notam-se algumas desigualdades de estilo, revelando mão ainda não adestrada". E, apesar de ser "tão bem aceito nos salões e camarins das damas e donzelas" — concluia o Cônego Doutor — aquelas deficiências eram "um escolho em que por vêzes (Macedo) naufragou, como reconhecerá quem consagrar-lhe detida atenção."

Tais observações, de resto, poderiam ser feitas a propósito de muitos romances de antigamente que guardam — em relação à verdadeira ficção — a mesma diferença que existe entre a pintura moderna e a acadêmica. Esta, na maior das vêzes, não passa de fotografia: as telas são executadas de acôrdo com as regras e preceitos das escolas de belas-artes; nelas, tudo é bem proporcionado, desde o desenho ao colorido, inclusive a perspectiva, mas falta-lhes vida. Se o artista pinta uma árvore, é uma árvore "pintada" que surge na tela, sem raízes nem seiva; quando pinta um operário, aparece um homem comum, de expressão tão tola quanto um granfino. Não há movimento, vibração nos quadros acadêmicos, onde tudo é estático, falso e muito próximo do real.

---

(2) José Veríssimo — *História da Literatura Brasileira,* Garnier, 1907.

(3) Ronald de Carvalho — *Pequena História da Literatura Brasileira,* 7.ª ed., F. Briguiet & Cia., 1944.

Também fotografia era grande parte da ficção nacional. Romances que conheceram a fama, hoje não resistem a uma análise superficial, quer quanto ao estilo pròpriamente dito, quer quanto ao seu sentido ou a intenção do autor. A obra de Afonso Arinos, por exemplo, sempre foi ressaltada por causa de seu sentido nacionalista, pelo interêsse que o escritor teria demonstrado pelas coisas brasileiras, em oposição aos demais escritores de seu tempo, voltados para a literatura estrangeira. Realmente êle propôs-se a revelar "um pouco das impressões colhidas na natureza alpestre, selvática e brumosa da grande planalto central do Brasil, um pouco de perfume da charneca, das paixões bravias dêsses homens que moram a duzentas léguas do litoral, sem lei nem grei, habitadores de tugúrios à beira dos rios ou de palhoças batidas de vendavais, penduradas em vales estreitos, sem outros tetos que não a fôlha do indaiá ou do baguassú, sem outras paredes que não vigas de paus a pique, unidos, dormindo em giraus sôbre couros de jaguares ou de lobos" (4).

Todo êsse interêsse pelo país e seus habitantes não passava de curiosidade de civilizado à moda européia, de *gentleman* que já conhecia os hábitos parisienses antes de ir para Paris e que praticava esgrima em plena Ouro Preto de 1800 e pouco. Arinos foi sempre uma criatura hesitante entre a tradição e o progresso, mas jamais hesitou entre a civilização brasileira e a européia; se, quando chegava do estrangeiro, embrenhava-se pelo mato, era para "caçar caetetús, veados, marrecos e nhambús. No caminho, metido pelos matos, captava também paisagens. A raiz sentimental de seu sertanismo está sem dúvida nas belas partidas cinegéticas que realizou. O que de melhor escreveu são as gratas impressões venatórias dum caçador imaginativo" (5). O contista tentou fixar a psicologia do sertanejo, condicionando-a à Natureza, mas fracassou, pois transformou os personagens em símbolos: êste simbolisava o ciume, o outro a valentia, aquêle a submissão ao sobrenatural, à assombração, enquanto o autor permanecia de fora, espiando-lhes os gestos e reações sem surpresas. "O predomínio do descritivo sôbre o psicológico é nêle constante" — já o disse Mário Matos: "Mesmo quando analisa figuras, descreve-as" (6).

Aliás, a descrição, tanto da Natureza, como de pessoas, era obrigatória na antiga ficção que — sob êste ângulo — se assemelha aos contos de fadas, em que a mata é sempre povoada dos "roncos das cachoeiras", do "murmulho suave do arrôio", do "gorgeio das aves", do "tétrico fragor das tormentas" (como se lê em *Pelo Sertão*, de Arinos), em que os heróis são sempre belos e fortes. Isto naturalmente deveria fazer pulsar mais forte o coração dos nossos bisavós: quando êles liam *O Seminarista*, de Bernardo Guimarães — juiz municipal que improvisava despachos ao violão — talvez se sentissem extasiados com os amores de Eugênio e Margarida, cuja bôca era "um nicho voluptuoso de beijos e sorrisos", cujos seios "túrgidos ofegavam alterosos em ânsias amorosas", cujos olhos eram "quebrados, nadando em eflúvios de ternura", cujo hálito era "suave e perfumado como as emanações de um rosal". Hoje, quem tolera todo êste derramamento?

---

(4) Afonso Arinos — *Histórias e Paisagens*, Livraria Francisco Alves, 1921.
(5) Eduardo Frieiro — *Letras Mineiras*, Os Amigos do Livro, 1937.
(6) Mário Matos — *O último bandeirante*, Os Amigos do Livro, s/d.

Um romance que fêz sucesso, mas que não se consegue mais reler é *Luzia-Homem,* de Domingos Olimpio. Os críticos da época não pouparam adjetivos elogiosos a êsse livro e um crítico dos nossos dias chegou ao exagêro de negar houvesse existido antes de Domingos Olimpio qualquer manifestação literária brasileira! "O aparecimento de um romance ímpar, *Luzia-Homem,* fixando um nome como o de Domingos Olimpio, denunciaria uma fonte de motivos que teria de fornecer abundantes elementos para a geração de romancistas que viria mais tarde. A terra, a sua influência, as suas calamidades, o sofrimento humano diante de seus contrastes, tudo estaria fixado no livro de Domingos Olimpio. Era a literatura brasileira que se iniciava." (7)

Colocados de lado êsse exagêros, pode-se apresentar *Luzia-Homem* como um dos bons romances regionalistas do ciclo das sêcas. Seu enrêdo, porém, pouca substância possui; é mesmo um drama banal a história dessa retirante de compleição masculina e de alma feminina que — disputada pelo caixeiro Alexandre e pelo soldado Capriuna — acaba assassinada por êste após luta tremenda. Também o estilo do autor não é agradável, faltando-lhe plasticidade, sutileza ao tratar o assunto às vêzes expôsto com crueza. Sua tendência para o dramalhão (tendência que não era só de Domingos Olimpio, mas de quase todos os romancistas de sua geração e da anterior) é quase irrefreável, como se observa na cena final do romance:

"Luzia, hirta e lívida, jazia seminúa. Nos formosos olhos, muito abertos, parecia fulgir ainda o derradeiro alento. Os cabelos, numa desordem, escorriam pela rocha, forrada de lôdo, e caiam no regato, cuja água, correndo em murmúrio lâmure, brincava com as pontas crespas das intensas madeixas flutuantes. Na destra crispada, encastoado entre os dedos, encravado nas unhas, extirpado no esfôrço extremo da defesa, estava um dos olhos de Crapiuna, como enorme opala esmaltada de sangue, entre filamentos coralinos dos músculos orbitais e os farrapos das pálpebras dilaceradas. Sôbre o seio, atravessado pelo golpe assassino, demoravam, tintos de sangue, como se reflorissem cheios de seiva, cheios de fragância, os cravos murchos que lhe dera Alexandre."

Um romance famoso, mas que atualmente não pode nem ser classificado como romance é *O Cabeleira,* de Franklin Távora, tal a fraqueza da composição e desleixo do estilo, se é que se pode falar em estilo diante de descrições como esta, por exemplo:

"De presente é Goiana a cidade pernambucana de mais nota, depois do Recife, a capital, e de Olinda que figurou, com brilho e bizarria inexcedíveis nos tempos coloniais.

Está em condições, não só de competir com as primeiras cidades interiores do norte e do sul do Império, e de se avantajar às capitais de algumas províncias que, por motivos de alta conveniência, deixamos de apontar aqui, mas até de rivalizar com algumas cidades européias de que não pouco se fala nas narrações de viagens.

---

(7) Nelson Werneck Sodré — *História da Literatura Brasileira* (*Seus fundamentos econômicos*s 2.ª ed., Livraria José Olimpio, 1940. Na última edição dêsse livro o autor não repetiu o disparate.

E se não, vejamos.

Tem um paço municipal muito decente na Rua Direita, e uma matriz e mais oito templos que podem pertencer sem desaire a uma capital.

Tem uma praça de comércio, a qual se estende desde a rua chamada Portas de Roma (denominação do tempo dos jesuitas) até o Beco do Pavão, para não dizermos até a Rua do Meio, ou à Rua do Rio".

E por aí vai o romancista, nesse tom de guia mal escrito, completamente esquecido dos personagens e da intriga, citando Ampère, o casamento de Luís XIV com Maria Teresa da Espanha, Teófilo (sic) Gautier e o poeta sergipano Doutor Pedro Calasans... Trechos como o citado inutilizam qualquer escrito que se pretenda literário, pois um ginasiano faria coisa melhor. Aliás, o autor é o primeiro a confessar que o livro não é romance, pois diz no prefácio de *O Cabeleira*: "Início esta série de composições literárias, para não dizer estudos históricos, com o *Cabeleira* (...) Tais estudos, meu amigo, não se limitarão sòmente aos tipos notáveis e aos costumes da grande e gloriosa província, onde tiveste o bêrço". A intenção de Távora era reviver fatos e pessoas de várias regiões do país, "rica mina das tradições e crônicas das nossas províncias setentrionais."

Ora, livros escritos com prévio objetivo, difìcilmente dão bons romances. Silvio Romero [(8)] no entanto não hesitou em escrever que *O Cabeleira* "é um belo livro sem sombra de dúvida" e chamou o seu autor "grande romancista". Foi mais longe: para êle, se Távora não "possui o talento da análise psicológica em dose igual à de Machado de Assis, sobreleva-o na vibração realística das impressões e do estilo". José Veríssimo [(9)] considerava a sua representação da vida e da Natureza mais expressiva que a de Alencar. Para Coelho Netto [(10)] Távora era um dos vultos de mais relêvo da literatura nacional...

Também Ronald de Carvalho [(11)] se refere ao "estilo brilhante, largo e cheio de vivacidade" de Franklin Távora, o que nos deixa encafifados; francamente, não se compreende a crítica de Ronald. Já a de Silvio Romero é compreensível (mas não perdoável) como desagravo aos ataques sofridos pelo romancista depois que escreveu que "mais no Norte que no Sul abundam os elementos para a formação de uma literatura pròpriamente brasileira, filha da terra" [(12)]. Em apôio de Távora escreveu, então, o crítico, em sua *História da Literatura Brasileira*: "Com tantos predicados de escritor realçados por um cadaver de escol, admira o afastamento que dêle se colocou sempre o faccioso público dos literatos do ofício. É que o escritor nortista apareceu no meio dêles sem lhes abaixar a cabeça e, ao

---

(8) Silvio Romero — *História da Literatura Brasileira,* 4.ª ed., tomo V, Livraria José Olimpio Editôra, 1949.

(9) José Veríssimo — Op. Cit.

(10) Coelho Neto — *Compêndio de Literatura Brasileira,* 2.ª ed., Livraria Francisco Alves, 1913.

(11) Ronald de Carvalho — Op. Cit.

(12) Franklin Távora — Prefácio a *O Cabeleira,* Garnier, 1902.

demais, tendo a coragem de falar em *literatura do Norte*... Daí a má vontade. Mas a história lhe fará justiça" [13].

Os acontecimentos posteriores não confirmaram o vaticínio de Romero, pois atualmente só mesmo quem não leu o livro de Franklin Távora pode ainda dizer que há beleza em suas páginas ou vigor em seu estilo. Távora, como escreveu Antônio Cândido [14] "foi o primeiro "romancista do Nordeste", no sentido em que ainda hoje entendemos a expressão e dêste modo abriu caminho a uma linguagem ilustre, culminada pela geração de 1930, mais de meio século depois das suas tentativas, reforçadas a meio caminho pelo baiano fluminense de *"Os Sertões"*. De onde se conclui que um péssimo romancista pode fazer nascer, com suas idéias, meia dúzia de bons romancistas...

Apesar de Silvio Romero haver escrito que Franklin Távora excedia a Taunay "pelo brilho da forma e vigor da idealização e execução" [15], a verdade é que não se pode, nem de longe, comparar *O Cabeleira* com *Inocência*, êste sendo mais ficção que o outro, possuindo qualidades superiores não sòmente na descrição dos cenários (apesar da sua prolixidade) como na reconstituição dos personagens simples que povoam suas páginas. Taunay tem o mérito de incorporar a linguagem do povo ao romance, embora de vez em quando a heroína de seu romance fale como autêntica debutante do Clube Harmonia.

É preciso reconhecer que êle deu um passo bem largo para a caracterização do verdadeiro romance nacional, para a criação de um de seus elementos mais característicos. Realmente, não bastavam o retrato das florestas, a pintura dos rios, a trasladação da Natureza para a ficção, mas necessário se tornava também colocar o homem no romance, o homem com o seu linguajar característico, movendo-se dentro dessa Natureza, com seus hábitos e costumes próprios. Mais tarde, outros procurariam — destacando o retrato dêsse homem — ressaltar a parte mais importante dêle: a sua psicologia.

Taunay, entretanto, quase põe tudo a perder com a avalanche de notas e explicações sôbre o linguajar e o comportamento do sertanejo, intrometendo-se na intriga para explicar ou justificar gestos e atitudes dos personagens. Foi mais cientista que romancista. Não prosseguiu êle, porém, no gênero de sertanista, no qual talvez chegasse a ser o nosso principal escritor. Afagando o desejo de brilhar como romancista de salão, como retratista da sociedade mundana do seu tempo, perdeu tôda a fôrça de ficcionista, escrevendo então páginas que estão longe de poder ser comparadas às de *Inocência*. *Manuscritos de uma mulher*, *Ouro sôbre azul* e *No declínio* são romances falsos, sem substância, com personagens de papelão, em cujos lábios o romancista colocou frases buriladas e pedantes. Eis como uma delas se despede do amante: "Não podem estar a um tempo ligados o passado e o futuro, fôra um contra-senso. O senhor caminha

(13) Silvio Romero — Op. Cit.

(14) Antonio Cândido — *Formação da Literatura Brasileira,* 2.º vol., Livraria Martins Editôra, 1959.

(15) Silvio Romero — Op. Cit.

para a luz, eu dela me aparto... Um vai ao encontro da claridade, outro da sombra. Escusado é observar-me mais do que já fêz. Devem-lhe ter caído desfolhadas, mortas, tôdas as ilusões" [16].

Outro romancista que atualmente não merece mais atenção é Rodolfo Teófilo, de cuja obra, no entanto, José Veríssimo [17] escreveu: "Os romances do sr. Rodolfo Teófilo, sem embargo de graves defeitos de composição e de forma, são dos melhores que temos hoje e superiores mesmo aos de Alencar, pela intensidade e verdade com que reproduzem a vida local e sertaneja". Para o leitor de hoje ter uma noção de como escrevia êsse romancista cearense, é suficiente transcrever êste trecho de *A Fome:* "O coração, que a pouca densidade do sangue, a abundância de leucócitos tornara irregular e tumultuoso, os afligia com sofrimentos atrozes. A sístole e a diástole eram incompletas, acelerados os movimentos do motor da circulação; as válvulas funcionando mal, deixavam refluir em parte a onda sanguínea, já bastante reduzida, determinando a anemia do cérebro, causando vertigens, fortes zumbidos nos ouvidos, que os flagelavam a todos os instantes. A anasarca, consequência imediata daquela vida de fome, chegava como a última tortura."

Em *Os Brilhantes*, romance em que narra a vida do cangaceiro Jesuino Brilhante, Teófilo tentou escrever "um estudo de psicologia", mas acabou novamente vencido pela fisiologia, referindo-se à "língua quase negra, cuja cianóse indicava um estado mais ou menos congesto das entranhas", às "células mórbidas transmitidas ao seu organismo por um dos seus ascendentes", à "onda de sangue embaraçada em diversos pontos (seguindo) o seu caminho até os capilares das extremidades do corpo", etc.

Adolfo Caminha foi talvez o único escritor que, em 1893, se rebelou contra o fato de *A Fome* haver sido "recebida com palmas estrondosas e flores de alambicada retórica provinciana" [18]. Numa mordacidade que não fica bem a um crítico, Caminha chamava Teófilo de "fabricante de vinho de cajú". Acertou, no entanto, quando observou faltar a êste "largueza de vistas, orientação e bom gôsto, predicados indispensáveis a quem se aventura" no terreno literário.

* * *

Examinamos muito por alto apenas meia dúzia de livros do passado, mas a análise poderia estender-se a muitos outros, caso fôsse necessário repisar as falhas da ficção de outrora. Cremos, todavia, que o número de livros focalizados é suficiente para mostrar a fraqueza da antiga ficção nacional e a responsabilidade da crítica pelo encorajamento que deu a ela, não a combatendo como era preciso. É lamentável que até mesmo José Veríssimo se deixasse levar, às vêzes, pelo demônio do elogio imerecido, êle que — segundo Brito Broca [19] — "mostrou como desconhecia as razões do coração no exercício da crítica". Ora, se Veríssimo, em cujo "juízo indepen-

(16) A. d'Escragnole Taunay — *No Declínio,* 1899.
(17) José Veríssimo — *Que é literatura? E outros estudos,* Garnier, 1907.
(18) Adolfo Caminha — *Cartas Literárias,* 1895.
(19) Brito Broca — *A Vida Literária no Brasil* — 1900, M.E.C., 1956.

dente e corajoso os ídolos do dia esbarravam com frequência" [20], pecava, não raro pelo desejo de agradar ou por qualquer outro desejo, que se dirá dos outros que não possuíam sua coragem? Porque não deixava de ser coragem encontrar falhas no *Rei Negro*, de Coelho Neto, quando êste escritor estava no auge da fama. Criticar restritivamente Coelho Neto, àquela altura, equivaleria a apontar, atualmente, falhas em José Lins do Rego, em Jorge Amado ou Guimarães Rosa...

À guisa de conclusão, penso que uma pergunta agora se impõe: como serão recebidos pelo leitor do futuro alguns romances nacionais de hoje? E a resposta não parece difícil: a não ser que a crítica resolva encarar sèriamente as obras a ela submetidas, colocando de lado as amizades, os grupos, as panelinhas, os regionalismos (no mau sentido da palavra) e outros elementos que influem nos críticos contemporâneos mais que o valor das obras, esbarrará o leitor do futuro com romances destituídos de importância e espantar-se-á — como nós atualmente nos espantamos — com o êxito por êles alcançados com o apôio dos que têm por obrigação o esclarecimento do público.

Precisamos urgentemente dar responsabilidade à crítica literária, que dia a dia perde prestígio, seja porque a propaganda é mais atuante que os artigos e rodapés, seja porque jornais e editores pouco valor dão ao esfôrço crítico, os primeiros por aceitarem qualquer espécie de crítica e os demais por recusarem a publicação de livros do gênero.

Sòmente com o saneamento do meio crítico (tão importante quanto o saneamento do meio circulante) é que se poderia contar com críticos à altura de sua missão, que não é ser sistemàticamente contra ou a favor. Pois, ao mesmo tempo em que precisa resguardar-se para não cair no dogmatismo ou no pedantismo, deve o crítico procurar dar ao seu trabalho calor da adesão ou da hostilidade, conforme os méritos da obra criticada, independentemente de quaisquer fatôres extra-literários que não raro pesam mais que os exclusivamente literários.

A emprêsa não é fácil, e já temos exemplos de intelectuais bem intencionados que fracassaram (ou pelo menos desistiram) de remar contra a maré da crítica vitoriosa. Um dêles, Osório Duque-Estrada, animado pela "necessidade de uma reação contra o aviltamento a que havia chegado entre nós a crítica literária de jornal" [21], esboçou essa reação, mas acabou sendo apelidado de "guarda-noturno da literatura brasileira". Outros igualmente tentaram reagir, mas foram também derrotados. Não custa, no entanto, fazer uma nova tentativa. Já que tanto se fala atualmente em reforma de base, em reforma bancária, em reforma do ensino e em outras tantas reformas, por que não procurar reformar os métodos críticos?

---

(20) Brito Broca — Op. Cit.
(21) Osório Duque Estrada — *Crítica e Polêmica*, Henrique Velho & Cia., 1924.

"DEUTSCHE KAMMERSPIELE"

FLAVIO MEURER

NO Teatro Municipal o "Teatro de Câmara Alemão" abriu sua curta estada em São Paulo com a peça de Zuckmayer, "O Capitão de Koepenick". Essa fábula intrìnsecamente alemã, êsse fiel auto-retrato de um povo agradecido ao dramaturgo que soube fazê-lo rir do que êle é: a sombra que tão fácil se adapta a tôda dimensão da autoridade, desde que esta seja realmente autoridade, ou saiba fingila à perfeição. O que fêz o sapateiro Vilhelm Voigt, metamorfoseando-se em capitão de fancaria. Porém, mal afortunado, pois ao cabo, embora se tivesse divertido à custa dos outros e de si próprio, viu frustrado o seu intento de tornar ao normal anonimato da gente que tem carteira de trabalho e passaporte em dia. Representada a peça por um conjunto disposto a agradar o público, quedaram em segundo plano os senões da cenografia (repetidos nas demais peças) e mesmo do papel principal, que Olszweski não soube dividir muito bem na humildade desiludida do sapateiro Voigt e no seu oposto, o rompante capitão de Koepenick, a que aplicou um impertinente desleixo não intencionado. Assim mesmo, não faltou merecimento aos muitos aplausos em cena aberta e aos outros tantos no fim do espetáculo.

Menos, muito menos feliz foi a peça de Duerrenmatt, "Os Físicos". Não que não tivesse sido bem representada: Sylva Denzler, no papel da Dra. Mathilde, ganhou a simpatia do público numeroso, mormente no final, que soube explorar com exuberante paixão. Haller, Klitzing e Olszewski, os pretensos doentes (o último, um cientista, os dois outros, agentes do serviço secreto: E.U.A. e Rússia como pano de fundo), salvaram com a sua arte o que o espetáculo foi perdendo ao fazer-se cada vez mais alegoria e política. Duerrenmatt, percebeu-se no Municipal, é dramaturgo europeu para europeu. A sua mensagem, como a do seu compatriota Max Frisch, não chega a ser de todo universal, embora sejamos nós todos os personagens de seu teatro. Mas o grande público não o entende com a facilidade que tem para ouvir a voz mais direta de Brecht.

Dois interlúdios de lucidade despreocupada cobriram a distância do retrocesso ao passado, de "Os Físicos" a "Nathan, o sábio". Porém, falamos só do que vimos: a peça "O Concêrto". Ausente parte do público das duas primeiras apresentações, pois que ninguém digere tanto teatro de uma só vez — 5 peças em apenas 6 dias —, podem consolar-se os faltantes dessa noite com a certeza de que, se presentes, não teriam aplaudido senão os virtuosismos de Haller. Nos

demais, teriam admirado a correção com que representaram seus personagens numa peça aparentada muito de perto com o gênero cabaretista de Viena ou de Berlim. Maridos que trocam suas mulheres, a princípio acobertada, depois francamente, acabam por reaver a antiga cara-metade, que no fim das contas ainda é a melhor.

Em meio de tanta e diversa hilariedade, uma conclusão melancólica. "Nathan, o sábio", a biografia espiritual do seu próprio autor, Lessing, esteve acima da capacidade do elenco. O público, um pouco desnorteado ante a quebra da linha demarcatória, aplaudiu a boa vontade dos artitas. E Olszewski, o diretor do "Teatro de Câmara Alemão", formalizou, antes do espetáculo, a promessa de retôrno aos nossos palcos no próximo ano.

*

* *

"LES COMÈDIENS DES CHAMPS ÉLYSÉES"

No Teatro Municipal, a companhia francêsa "Les comédiens des Champs Élysées", dirigida por Maurice Jacquemont, apresentou "L'Avare", de Molière, "La Jeune Fille Violaine", de Claudel, "L'Inconnue d'Arras", de Salacrou, "Calígula", de Camus, e "L'Impromptu de L'Alma", de Ionesco. Dêsse repertório francês, com exceção de Molière, todo contemporâneo, vimos apenas "Calígula", e "L'Avare", e isto principalmente porque, após o primeiro espetáculo, a companhia não nos despertou maior interêsse. O teatro de Camus, não atinge, a nosso ver, a qualidade dos outros gêneros literários que tratou. Embora o tema de "Calígula", centrado no desgôsto de um mundo imperfeito e na busca desesperada do grande e do impossível, seja ótimo, o seu desenvolvimento puramente retórico faz dêle uma peça fastidiosa, difícil de suportar, mesmo quando brilhantemente interpretada. E não foi êsse, infelizmente, o caso, pois que a interpretação De Michel Bouquet no papel principal resolveu-se em gratuíta e cansativa berraria, sem maior sentido. Quanto ao resto do elenco, formado por Madaleine Marion, Claude Balthazar, Guy Bousquet, François Florent, Anne Cornaly, Claúde Lévèque, Claude Beautheac, Jean-Marie Richier, Dominique Ehlinger e Maurice Jacquemont, êste, responsável também pela direção, saiu-se razoàvelmente. Excelentes os figurinos de José Quiroga. Não melhor, infelizmente, a apresentação de "L'Avare", cujos cenários e figurinos, de Quiroga também, desta vez não nos pareceram ideais.

No Teatro de Arena "A MANDRÁGORA", de Maquiavel

Esta peça, uma das pouquíssimas de Niccolè Machiavelli (Florença 1469-1527) é considerada a obra prima do teatro cômico do "cinquecento" italiano. O espetáculo marca o início de uma nova fase do Teatro de Arena em matéria de organização e repertório, desta vez, preferentemente clássico. O público do Arena habituado aos experimentos sociológicos, psicológicos e plàsticamente desbotados do repertório anterior do grupo, recebeu bem a mudança, na qual pôde, além de ouvir um bom texto, que sabe contundir sem deixar de divertir, ver o colorido dos belos figurinos de Paulo José,

assim como apreciar a excelente música de Damiano Cozzella, aliás, muito bem ensaiada pelos atores, que dessa maneira enriquecem a sua formação, pois, na verdade, não se compreende, entre outras negligências, a falta de instrução musical do nosso ator. Infelizmente, porém, como era de supôr, um grupo que, apenas agora, se inicia em textos dessa natureza, não tem técnica nem tarimba para nos oferecer personagens melhor interpretados do gênero. E num texto clássico, apresentado em arena, funcionando principalmente na base da palavra e presença, o que faltou foi exatamente, e de modo geral, a **presença**. Com exceção, de Paulo José, que é o que mais noção e preocupação parece ter do assunto, ressentem-se os outros de postura, porte, figura, enfim, elementos que o espetáculo absolutamente não dispensa. Fora isso, as interpretações menos felizes nos parecem as de Fauzi Arap, que carregou errôneamente nas tintas, puxando para o lado do cômico fácil, e a de Guarnieri, que, embora bastante depurado, ainda conserva certas peculiaridades intepretativas, aqui, é claro, mais descabidas — por mais evidentes — que em textos de outra natureza. De qualquer maneira, é uma iniciativa que merece estímulo e apôio, pois revela um interêsse cultural mais amplo e enriquecedor por parte do grupo e de seu diretor Augusto Boal.

No Teatro Brasileiro de Comédia "A REVOLUÇÃO DOS BEATOS", de Dias Gomes

Infelizmente, não apresenta esta peça, nem em temática, nem em tratamento e acabamento, as mesmas qualidades do "Pagador de Promessa", embora às vêzes, se lhe assemelhe, pois que o tema é amplo e abrange uma infinidade de variações. Na verdade, no "Pagador" o que mais importa é a dignidade de um homem, sua pureza e convicção de justeza, que o levam a ser sacrificado pela comunidade oficial representada pelos poderes consagrados da religião, da justiça e da máquina política, e a ser reabsorvido, embora apenas, em homenagem póstuma, pela comunidade real, a do povo, que com êle se identifica, reintegrando humanamente no grupo o que fôra oficialmente renegado pelo poder convencional. Na "Revolução dos beatos", as coisas embora tendendo para a mesma evolução, não chegam a ser tão bem estruturadas, e manifestam-se, desde o início, numa problemática humana bem mais primária. Apesar disso, o primeiro ato desenvolve-se bem e, submetido à excelente direção de Flávio Rangel, consegue de fato um clima convincente. Porém, a demagogia improvisada do segundo ato vem quebrá-lo totalmente, diluindo a peça numa simples plataforma política, funcional em tais têrmos, noutros veículos que não o teatro, artìsticamente considerado. Não somos absolutamente contra o teatro político, desde que disso resulte uma obra de arte, e a política, sadiamente falando, incorre sem dúvida, numa temática alta, digna de atrair outras atenções que não sòmente as dos políticos profissionais e militantes. Mas é preciso, que, em se tratando de obra de arte, isso não sirva apenas de mero ingrediente para compôr algo à moda do momento, e que, no fundo, por imperfeito e inadequado, não satisfaz nem a uma coisa nem a outra, isto é, nem à arte do teatro nem à da política. E acreditamos que há em Dias Gomes um artista que, por integrado na sua cultura e, portanto, na problemática mais profunda e aguda de sua gente nos possa continuar a dar obras de arte mais autênticas.

Quanto à interpretação, salienta-se a da massa, como personagem coletivo, em grande direção de Flávio Rangel, e, individualmente, a de Raul Cortez e Carmen Silva, respectivamente nos papéis de Beato da Cruz e Mocinha. Bons cenários e figurinos de Ciro del Nero, assim como a música, de Catulo de Paulo.

Maria José de Carvalho

A PROPÓSITO DE "MACBETH" PELA ESCOLA DE ARTE DRAMÁTICA

Paulo Mendonça

Confesso que nunca pensei voltar ao palco como ator. Minha última incursão nesse campo foi feita há mais de quinze anos, ainda nos tempos heróicos do "Grupo de Teatro Experimental". Quando me "aposentei", passando à crítica e ao ensino na EAD, imaginei que não retornaria mais, em nenhuma hipótese. O teatro, porém — o teatro vivo e não de livros e de salas de aula — tem um visgo de que a gente difìcilmente se liberta. É como Graham Greene diz do batismo para os católicos: espécie de vacina que pega e que marca a pessoa para o resto da vida. Não há escapar.

No meu caso, além do mais, havia ainda uma circunstância agravante. Embora considerando encerrada a minha "carreira" (perdoem-me as grandes palavras) de ator, ficara-me a cisma de um velho desejo irrealizado: o de fazer "Macbeth". Assim, quando Alfredo Mesquita me pôs em tentação, convidando-me para o espetáculo que pretendia montar com os alunos da Escola, minha resistência foi pequena. A oportunidade desde o início me fascinou.

No momento em que escrevo estas rápidas notas, já nos apresentamos em público três vêzes: em Belo Horizonte, em Santos e em Campinas. A grande prova, a apresentação em São Paulo, está programada para logo mais. Aguardamo-la serenos, por têrmos consciência de que estamos dando o nosso máximo (ninguém é obrigado a mais) e, ao mesmo tempo, emocionados pela perspectiva dêsse confronto iminente com um público de elite.

Não me cabe aqui, evidentemente, tentar uma crítica do espetáculo, do qual sou parte. Quando muito, posso arriscar algumas explicações e considerações de ordem geral.

A primeira pergunta que todo o mundo me faz é sôbre a tradução. "Macbeth" em português? Será que a coisa funciona? Afinal de contas, a língua, em Shakespeare... E assim por diante. Pois bem: a tradução de Manuel Bandeira me parece excelente. Não é o original shakesperareano, bem entendido, sobretudo se pensarmos em têrmos da fôrça dramática das palavras e imagens. Bandeira, talvez pela própria índole do português, abrandou um pouco a peça, retirou-lhe um pouco da aspereza primitiva, levando-a mais

para a literatura. A sua tradução é de poeta e não tanto de homem de teatro. Como consequência, nós atores passamos por maus bocados. Há momentos que, lidos, são de extraordinária beleza. Bandeira, contudo, ao escolher as suas palavras e os seus rítmos, não se ocupou muito da viabilidade da elocução, num palco, depressa, em voz alta. Daí surgiram problemas trabalhosos de articulação, de clareza e de puro "fôlego" para os intérpretes.

Outra pergunta diz respeito à linha do espetáculo. Quero lembrar, a propósito, que somos uma escola. Temos pouquíssima experiência de palco, quase nenhuma com textos dêste tipo, e a maioria luta ainda com o eterno problema da idade, rapazes e moças de vinte e poucos anos em papéis de quarenta e sessenta. Assim, nossa preocupação maior foi a transmissão do texto com um máximo de nitidez, de didatismo, de compreensão. Não nos aventuramos em fórmulas arrojadas ou revolucionárias, não procuramos efeitos excepcionais. Ficamos numa posição de seriedade, conscientes das nossas limitações. Se tivermos algum merecimento, talvez seja êsse o maior.

Finalmente, cabe uma referência ao esfôrço e à dedicação de todos os alunos, e ao talento autêntico de alguns, principalmente Aracy Balabanian, cuja "Lady" Macbeth, "impossível" para uma atriz tão jovem, é a mais grata recompensa para quantos trabalharam pelo êxito desta realização. Sendo eu o único participante do espetáculo que não é aluno, quero terminar estas breves linhas dizendo apenas isto: durante os ensaios e as representações, pude avaliar, melhor do que nos meus dez anos como professor, a imensa utilidade prática da Escola. Não apenas pela mentalidade amadurecida — eu diria mesmo "profissional", dos alunos — como pelo preparo técnico que demonstraram. Tivesse eu metade dêsse preparo e o meu "Macbeth" me teria custado muito menos sacrifícios. E sairia, por certo, muito melhor...

"O PAGADOR DE PROMESSAS" E "O ASSALTO AO TREM PAGADOR"

("CINEMA NOVO")

HÉLIO FURTADO DO AMARAL

INTRODUÇÃO

Alex Viany na revista "SENHOR" (Maio de 1962) procurou apresentar um histórico do "Cinema Novo".

Segundo explica, "Cinema Novo", nome dado pelo crítico Eli Azeredo, é um "movimento que pretende revolucionar inteiramente o cinema brasileiro: o baixo custo da produção, o contacto direto com a realidade, a procura de temas nacionais".

E mais adiante: no "plano teórico, o movimento começou a nascer através da atividade crítica de Paulo Emílio Sales Gomes, em São Paulo; Walter da Silveira e Gláuber Rocha, na Bahia; Eli Azeredo e Alex Viany, no Rio de Janeiro..."

Há todo um conjunto de filmes que passou a representar explicitações do "Cinema Novo": "Mandacaru Vermelho" (Nelson Pereira dos Santos), "Os Cafajestes" (Rui Guerra — Miguel Tôrres), "Barravento" (Gláuber Rocha), "Três Cabras de Lampião" (Aurélio Teixeira — Miguel Tôrres), "Cinco vêzes Favela" (Joaquim Pedro de Andrade, Miguel Borges, Carlos Diegues, Marcos Farias e Leon Hirsman), "Tocaia no Asfalto" e "A Grande Feira" (Roberto Pires)... e porque não citar "ARUANDA", de Linduarte Noronha?

O artigo de Alex Viany é interessante; é uma espécie de levantamento objetivo do que existe em relação ao Cinema Nacional. E tem a vantagem de estabelecer uma série de coordenadas e de corresponder a uma consciência das possibilidades do Cinema Brasileiro. — Resta saber até onde serão proféticas as reflexões de Alex Viany!

Nossa preocupação, nas presentes notas, é de tentar uma pequena análise de duas fitas que representam a tomada de consciência do Cinema Nacional: "O PAGADOR DE PROMESSAS", de Anselmo Duarte [1] e "O ASSALTO AO TREM PAGADOR", de Roberto Fa-

---

(1) *Anselmo Duarte* trabalhou, durante muito tempo, como ator. Nunca foi Assistente de Direção. Mas, segundo afirmam os estudiosos, nunca perdia a ocasião para acompanhar a montagem dos filmes de que participava.

Fêz, como Roteirista e Diretor, dois filmes: "Absolutamente Certo!" e 5 anos depois "O Pagador de Promessas".

Trabalha numa adaptação de "Corpo Vivo", de Adonias Filho (Cf. Eli Azeredo — "Tribuna da Imprensa", de 26/9/1962).

rias [2]. Sôbre "OS CAFAJESTES", de Rui Guerra, já se manifestou Guido Logger [3].

Simplesmente uma pequena análise...

I — *ALGUMAS NOTAS*:

A) *"O PAGADOR DE PROMESSAS" — Adaptação*:

"O —PAGADOR DE PROMESSAS" é mais uma obra literária do que um texto predisposto ao cinema, embora Anselmo Duarte como já o revelou um eminente crítico, saiba contar um história, na perspectiva da sétima arte. Mas a fabulação de Dias Gomes existe independentemente de uma expressão cinematográfica.

O que fêz Anselmo Duarte foi dar ao texto literário ou teatral, já de si eivado de implicações sociológicas, dramáticas e religiosas, um equivalente plástico, uma dimensão cinematográfica. Conservou, em linhas gerais, o universo temático da peça.

Apesar de todo o esfôrço anselmiano, "O PAGADOR DE PROMESSAS" é ainda — naturalmente — uma obra que não nega a sua origem, o teatro. O diálogo ainda é o maior alimentador da imagem, uma imagem carregada de teatro.

Permanece uma qualidade de Anselmo Duarte: seu senso de narração, de utilização da linguagem cinematográfica, de modo a ser absorvida pelo grande público. Essa qualidade já se manifestava no seu primeiro filme "Absolutamente Certo!": o tipo do roteiro bem elaborado do ponto de vista do "Cinema-Público" [4].

Mas essa qualidade é como que penetrada de uma vinculação ao melodramático, como já se afirmou algures. E êsse melodramático tanto aparece em "O PAGADOR DE PROMESSAS" como em "Absolutamente Certo!" (Por exemplo, no caso de "O PAGADOR DE PROMESSAS", *a situação "ROSA-"BONITÃO"-ZÉ DO BURRO", a relação "PADRE OLAVO"-"ZÉ DO BURRO", a morte de "ZÉ DO BURRO", a solidão de "ROSA"*).

O melodrama existe; parece ser uma forma de expressão em cineastas brasileiros: tanto "O Cangaceiro" como "A Primeira Missa" (de Lima Barreto) contêm trechos melodramáticos; "O GRANDE MOMENTO", de Roberto Santos, apresenta aspectos de melodrama.

---

(2) *Roberto Farias*, nascido em Nova Friburgo (de onde são também Watson Macedo, Anélio Latini Filho), esteve, durante algum tempo, ligado a *chanchada;* evoluiu, contudo, para um cinema de dignidade. Fêz, como Diretor, 5 filmes: "Rico ri à toa", "No mundo da lua", "Cidade Ameaçada", "Um candango na Belacap" e agora "O Assalto ao Trem Pagador".

Prepara um filme baseado no romance "Selva Trágica", de Ernani Donato.

(3) *Guido Logger* procurou apresentar uma crítica em profundidade sôbre o filme: "O mito da Juventude Moderna" e os "Cafajestes" (Cf. "Convivium" — Junho de 1962 — N.º 2).

(4) Examinara, como representante do Banco do Estado na comissão de julgamento de financiamento de filmes nacionais, o roteiro de "Absolutamento Certo!". Julgara, na ocasião (1957), um quase exemplo de roteiro. Chegara a atribuir a sua feitura à presença de um "logógrafo".

Mas se trata do melodrama tratado com sentido de dignidade, numa tentativa de explicitar um pouco da psicologia do brasileiro e procurar penetrar, afetivamente, no grande público [5].

Numa nota final, chegaria eu a pensar numa fórmula que parece ter dominado o universo de Anselmo Duarte: "Zé do Burro" seria como que personagem de vidência e de vivência: a realidade fílmica estaria estruturada a partir dêle, correspondendo a êle proceder a uma seleção, como que uma filtragem, da realidade.

B) *"O ASSALTO AO TREM PAGADOR"* — *Documentário* (Corte na realidade):

Já "O ASSALTO AO TREM PAGADOR" não tem uma origem literária nem teatral, a não ser talvez o fato de ser derivado de uma notícia saída na imprensa. Êsse fato em si já comportava uma perspectiva documentária: Roberto Farias envolveu-o então numa extraordinária riqueza de implicações cinematográficas.

Roberto Farias, apesar de suas necessárias incursões pela *chanchada* (lamentadas? elogiadas?) é uma vocação de documentarista; mas o documentário humano. Já revelara êsse sentido em "Cidade Ameaçada".

"O ASSALTO AO TREM PAGADOR" não é ainda uma obra de plena realização: ainda apresenta falhas, falhas principalmente de roteiro.

O melodrama tem sua função na fita (não que seja funcional): Grande Otelo é, por natureza, um personagem melodramático. Melodramáticas são várias das situações do filme.

II — *O "CINEMA NOVO" E OS DOIS FILMES*:

Tanto em "O PAGADOR DE PROMESSAS" como em "O ASSALTO AO TREM PAGADOR" há uma nota comum, embora de forma divergente: o tratamento, em têrmos de dignidade, do melodrama.

Êsse melodrama já dá uma condição tìpicamente brasileira aos dois filmes.

Ambas as fitas obedecem a uma programática em relação ao *"Cinema-Público"*:

1 — procuram narrar uma história;

2 — tentam e conseguem construir um universo fílmico: um conjunto de sêres e de coisas, de acontecimentos e de realidades que explicitam e representam uma realidade;

3 — estabelecem uma série de implicações, principalmente de sentido sociológico.

---

(5) Não colocamos aqui a problemática moral ou as implicações religiosas da obra. Esperamos que Guido Logger, tão logo regresse da Europa, estude a questão.

Aliás, Jean-Claude Bernadet, no *Suplemento Literário* de "O Estado de São Paulo", de 8/9/1962, analisa ao problema: "Pagador" e "Compromissos".

A partir dêsses 3 dados, podemos então concluir que tanto "O PAGADOR DE PROMESSAS" como "O ASSALTO AO TREM PAGADOR" correspondem já à concretização das premissas estabelecidas pelos teóricos do "Cinema Novo", apesar do não baixo custo de sua produção.

Mas enquanto "O Pagador de Promessas" representa e continua a representar mais um enfocamento cinematográfico da peça de Dias Gomes, "O Assalto ao Trem Pagador" tem a vantagem de revelar um cineasta que desperta.

Enquanto Anselmo Duarte recorre ao texto literário para realizar uma segundo fita — um texto rico de implicações sociológicas, dramáticas e religiosas — Roberto Farias vai em busca da realidade, procurando transfigurá-la no cinema.

Ambos sofrem limitações: limitações que, longe de serem só cinematográficas, são decorrentes de tôda uma estruturação social, econômica, etc.

Mas ambos conseguem uma coisa: despertar para um Cinema Brasileiro.

CRÔNICA

CINEMATECA BRASILEIRA

Dentro de pouco tempo, através da Sociedade Amigos da Cinemateca Brasileira, serão publicados os primeiros dois cadernos da Cinemateca Brasileira: "Cronologia da Cultura Cinematográfica Brasileira" e "Bibliografia sôbre Cinema e Infância".

Trata-se de trabalhos importantes.

Um dêles, por exemplo, "Bibliografia sôbre Cinema e Infância" está sendo elaborado pela Prof.ª Ilka Brunilde Laurito, numa tentativa de colocar simplesmente o problema da documentação.

Sei que há inúmeros trabalhos no Brasil sôbre "Cinema e Infância"; mas nem sempre os seus autores se preocupam em divulgá-los.

Trabalhos há, por exemplo, que ficam só dependendo da oportunidade de uma publicação:

a) os do Prof. Halley Alves Bessa (Psiquiatra-Livre-Docente da Universidade de Minas Gerais): problema da influência do Cinema;

b) os do Dr. João Carvalhal Ribas (Livre-Docente de Clínica Psiquiátrica da Universidade de São Paulo): menor e cinema;

c) os do Dr. Antônio Luiz Serpa Pessanha (Psicanalista — Assistente da Escola Paulista de Medicina): Cinema e Higiene Mental;

d) os do Prof. José Leme Lopes (Catedrático de Psiguiatria da Universidade do Brasil): Cinema e Adolescência;

e) os do Prof. Samuel Pfromm Netto (Assistente de Psicologia Educacional da Universidade de São Paulo): Cinema e Infância... e de tantos outros estudiosos.

Aliás, Pacheco e Silva Filho, em suas anotações semanais na "Fôlha de São Paulo", tem tocado no problema.

CINEMA E UNIVERSIDADE

O assunto comportaria um estudo aprofundado.

Mas isso não é possível nos limites de uma crônica e considerando as limitações de quem escreve.

A relação Cinema e Universidade deveria considerar, a nosso ver, vários aspectos:

I — O Cinema como recurso didático: preocupação de ilustração de certas matérias, através de filmes;

II — O Cinema como disciplina:

a) formação de críticos;

b) formação de espectadores.

III — O Cinema como fonte e meio de pesquisa.

Não é mais possível, no século XX, na civilização da imagem, entender que a Universidade desconheça a extraordinária importância do Cinema.

Na América Latina, há duas experiências interessantes: uma no México e outra na Universidade Católica do Chile. Esta última, por exemplo, graças aos esforços do Pe. Rafael Cristobal Sanchez, S.J., instituiu em seu seio o Instituto "Filmuc".

No Brasil, começam a surgir algumas experiências dignas de notas:

I — A Universidade de Brasília acaba de colocar o Cinema como matéria de seus Cursos de Extensão Universitária (Orientação de Fritz Teixeira de Salles);

II — A tentativa de integração do Cinema no currículo universitário: experiência do Pe. Edeimar Massote, S.J., na Faculdade de Filosofia da Universidade Católica de Minas Gerais [6];

III — A Universidade Católica do Rio Grande do Sul, graças à colaboração do Cinema-Clube "Pro-Deo", tem uma constante preocupação com o assunto:

a) em 1957, organizou sob nossa orientação um Curso de Extensão Universitária;

---

(6) Guido Logger em "Convivium" (N.º 2 — Junho de 1962) alude a essa experiência.

b) cooperou no Curso de Cinema para Professôres Secundários (em articulação com o Serviço de Cinema Educativo da Secretaria de Educação e Cultura);

c) planeja um Curso de Cinema e Opinião Pública.

IV — Na Universidade Católica do Rio de Janeiro, além de algumas atividades dispersas, existe um sentido de aproximar a Universidade do Cinema.

Afora experiências anteriores (Cursos de Extensão Universitária), como que prolongamento dos Cursos da Ação Social Arquidiocesana (A.S.A.), a intenção da Prof.ª Celina Junqueira, Vice-Diretora da Faculdade de Filosofia, é de incrementar uma série de inciativas em em tal setor.

V — A Universidade Católica de São Paulo também está preocupada com o problema, conforme se ressalta em "Shopping News" X, de 30 de setembro passado.

Citamos aqui algumas experiências: são experiências dignas de serem imitadas.

GORDON W. ALLPORT, **Desenvolvimento da Personalidade** — Versão Portuguêsa do Prof. Helmuth Alfredo Simon — Editôra Herder, São Paulo — 1962.

É com real satisfação que fazemos a resenha bibliográfica do livro "Desenvolvimento da Personalidade" do psicólogo Gordon W. Allport, hoje por certo, um dos mais sérios pesquisadores no campo da Psicologia Científica. Neste livro que é na verdade uma excelente introdução aos problemas contemporâneos da Psicologia, Allport não foge ao compromisso de definir de maneira "clara e distinta" a sua filosofia espiritualista, a sua posição perante a encruzilhada em que o mundo vive.

Gordon W. Allport é o grande descobridor dos determinantes não fisiológicos da conduta humana, e o primeiro a estabelecer a necessidade de conhecer a escala de valores do indivíduo quando se quer avaliar em profundidade a pessoa humana.

O plano da obra foi muito bem concebido, e por êsse motivo nos deparamos com um pequeno livro, em páginas (130), que nos fornece uma visão panorâmica dos problemas fundamentais da Ciência Psicológica Contemporânea, mas que, ao mesmo tempo, é profundo no tratamento dos temas.

Por tôdas essas razões já recomendamos a leitura desta obra aos nossos alunos de vários "Cursos de Introdução à Psicologia", apresentando-a como uma das mais claras exposições já escritas sôbre as questões fundamentais da Psicologia em nossos dias.

Para o grande público é também muito recomendável sua leitura, se bem que o tratamento dos temas está em geral, acima do nível ginasial.

EFRAIM ROJAS BOCCALANDRO

ALVARO VIEIRA PINTO — **A questão da Universidade,** Cadernos Universitários, 1 — Editôra Universidade, (sem data), págs. 163.

É realmente humilhante para a inteligência ser obrigada a tomar conhecimento de um livro como o do sr. Alvaro Vieira Pinto, Catedrático da Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil. Confesso que teria desistido da leitura após as primeiras linhas, não fôsse o dever que a resenha impõe de lêr o livro até o fim.

Na verdade, na sequência dos capítulos, das páginas e das afirmações nada de novo encontrei, que acrescentasse algo às primeiras afirmações. O livro é uma repetição monótona da mesma tese, às vezes dos mesmos têrmos. O autor demonstra estar tomado de profundo ressentimento contra a Universidade e contra os professôres universitários. Numa como nos outros, não sabe encontrar senão deficiências, erros, falsidades, alienações, incompetência. Até o momento nada se fêz de bom e de útil para a cultura e para

o engrandecimento da Nação. É bem verdade que os que hoje acusam a Universidade são filhos da mesma Universidade, tendo recebido dela as armas que contra ela agora brandem com tenacidade. Mas êste é outro problema. O que maior admiração causa é a superficialidade com que, no presente livro, o assunto vem tratado. Trata-se de frases lançadas ao papel, provàvelmente em diversas ocasiões, retornando por isso ao mesmo estribilho: a Universidade brasileira está alienada, constituindo-se num receptáculo dos filhos da classe dominante, preocupada tão sòmente em conservar os privilégios de sua classe, dos quais vive. Sendo assim, é contrária aos interêsses da Nação. Para que se torne uma instituição nacional, fonte do progresso, é necessário destruir a atual Universidade e, através da política, fazer com que nova instituição surja, destinada a todo o povo. Eis a tese do sr. Alvaro Vieira Pinto. Sem provas, sem argumentos sérios, sem fundamento algum, o autor vai repetindo a tese ao longo de tôdas as páginas. São meras afirmações ideológicas. O que o autor é e faz questão de deixar bem claro, todos os leitores o percebem: é um marxista consciente, mas que argumenta pèssimamente. Não é bom expediente de argumentação condenar peremptòriamente tudo o que se tem feito até aqui; não é boa argumentação o contradizer-se muitas vêzes e repetir indefinidamente as mesmas acusações e os mesmos "slogans". Isso é mera demagogia, apta a cobrir a falta de um conhecimento mais profundo do assunto.

Basta perpassar alguns trechos do livro para se ver imediatamente sua fraqueza intrínseca e o ridículo do amontoado de impropérios lançados contra a Universidade pelo autor.

A Reforma Universitária é apresentada de um ponto de vista que o A. define como **sociólogico,** no conjunto dos demais problemas nacionais. Como bom marxista que é, analisa o problema à luz do princípio da luta de classes. Supõe como certo que o atual processo revolucionário acabará destronando os detentores do poder, as classes dominantes que "até estão dispostas a concessões... generosas... com o fim de prolongar... o seu direito... de domínio social" (p. 11). As massas se revoltam porque foram espoliadas e a opressão sôbre elas exercida tem como autor o **imperialismo** (p. 11).

Reina, como se vê, o espírito de demagogia vulgar, tão fulgurante em certos comícios e passeatas de estudantes. Falta qualquer elevação de espírito e de inteligência, imprescindível ao se tratar de tão momentoso tema.

O que, na verdade, o autor pede é a revolução violenta, pela qual as camadas populares farão as reformas urgentemente reclamadas. O momento atual é "pré-revolucionário" (p. 12-13). Quando a revolução se realizar e se instalar no País o mando das "fôrças populares" (p. 12), tudo irá bem. Só então poder-se-á falar em Universidade brasileira. É por isso que "o destino, a forma futura da Universidade brasileira está sendo decidido neste momento muito mais num comício de camponeses do Nordeste, do que nas salas de reunião dos Conselhos de Educação" (p. 13). Leram bem, senhores? Vale a pena reler a afirmação, porque nela está tôda a mentalidade do autor. É fugir à realidade discutir o problema da Universidade fora do ambiente revolucionário. O fundamento da reforma universitária deve ser a realidade revolucionária (pág. 13).

Como êste, outros juízos vai o autor emitindo sem a mais leve preocupação pelas provas. Eis outra prova de que a atual forma universitária está em fase de liquidação: os docentes de hoje, representantes de uma estrutura social arcaica, são a parcela decadente da sociedade, ao passo que os estudantes formam a parcela emergente (p. 14).

O dogmatismo da linguagem, a vulgaridade das qualificações, o desprêzo pelo passado, o encanto pela revolução, tudo isso é próprio dos comunistas e isso tudo se encontra no livro do sr. Alvaro V. Pinto. O Brasil é um "país atrasado e em regíme de colonização imperialista" (p. 14); o ensino, ministrado aos filhos das classes abastadas, tem sido um "ensino alienador das realidades do País" (p. 15); a Universidade é o principal foco de alienação (p. 15), fabricadora de doutores, subserviente, desonesta, a serviço dos interêsses das classes abastadas, instrumento de domínio (págs. 15-16), "templo do não saber" (p. 61), inculta (p. 59), e os professores são ineptos, rotineiros, palavrosos, retrógados (p. 95), gente que ensina o que aprende em livros estrangeiros, o que observa nas viagens ao exterior, o que escuta dos "técnicos" e "especialistas" que manda buscar lá fora (p. 54). E assim por diante.

Os antigos alunos eram "diminutos e requintados contingentes de alunos selecionados" ao passo que os novos alunos são um "ingente exército popular". Afirmações como estas fazem rir e levam a duvidar sèriamente da sinceridade do autor.

Ao definir a finalidade da Reforma Universitária, o autor não poupa palavras: "Trata-se de transformá-la na **essência,** isto é, de fazê-la deixar de ser um centro distribuidor da alienação cultural do País, para convertê-la no mais eficaz instrumento de criação de nova consciência estudantil, direta e exclusivamente interessada em modificar a estrutura social antiga e injusta, substituindo-se por outra humana e livre" (p. 16). É preciso muita boa vontade para acreditar nas boas intenções do autor, que confunde Universidade com sociedade e por isso reforma universitária com reforma social. Profundamente alienado pela ideologia motivadora, não vê senão duas coisas: uma a destruir — a sociedade na qual vive — e outra a construir — a sociedade comunista ou socialista. A reforma universitária, com tal finalidade política (p. 17) não será obra de especialistas, pedagogos, mestres, mas obra da "aliança dos estudantes com as demais fôrças sociais progressistas, os operários e os camponeses, igualmente em luta demais fôrças sociais progressistas, os operários e os camponeses, igualmente em luta por abrir caminho contra a resistência da estrutura colonial e desumana" (p. 18). Só assim a Universidade será o que deve ser: o berço e o ponto de partida das reformas sociais. E tais coisas são afirmadas com absoluta tranquilidade, nem ao autor ocorreu o mais leve pensamento de dúvida ou de crítica a respeito de tal tese.

A sua má vontade também salta aos olhos. As nossas Universidades não podem ser comparadas às Universidades européias porque os atuais professôres só imitaram as "deficiências e os ornamentos" das velhas Universidades da Europa (p. 22). Ao definir a Universidade atual do Brasil, dá mais uma vez rédeas aos pressupostos marxistas: "a Universidade é uma peça do dispositivo geral de domínio pelo qual a classe dominante exerce o contrôle social, particularmente no terreno ideológico, sôbre a totalidade do País" (p. 23).

À primeira vista parece estranho que o Sr. Alvaro V. Pinto conceda tanto à Universidade, cuja ineficiência, incapacidade e atraso antes declarara. Como chegou a esta definição? Fundado em quais dados? Qual é a classe dominante? A que classe social pertencem os professôres? Qual a ideologia comunicada nas Universidades? Sòmente a necessidade ideológica e o compromisso político podem ter levado o A. a reduzir a instituição universitária do País, com todos os seus professôres e alunos, a mero dispositivo do domínio de uma classe social.

Os **pedagogos** cometeram sempre um êrro fundamental ao discutirem problemas universitários. Nunca se propuseram a única pergunta importante no terreno da pedagogia: porque milhões de alunos não entraram na Universidade (p. 24)? O problema universitário está reduzido ao seguinte: saber porque uns entram e outros (a maioria) não entram na Universidade. A reforma universitária só será verdadeira reforma se resolver este problema. Duas linhas adiante diz o A. que este é o aspeto **sociológico** da questão (p. 24). Não importa, cabe aos pedagogos resolvê-lo. Aquêles que não sabem porque tantos alunos não entram na Universidade não podem ser nem educadores nem professôres responsáveis. Interessante maneira de pensar e de raciocinar. O professor tem responsabilidade sôbre os alunos de sua cadeira ou disciplina ou sôbre os milhões que por uma ou outra razão não puderam ingressar na faculdade? Suponhamos dois irmãos, vivendo nas mesmas condições: um decide continuar na lavoura, no comércio, na indústria, ou simplesmente na "boa vida", ou não estuda porque não tem suficientes dotes de inteligência. Com qual dos dois devem-se ocupar os professôres universitários? Segundo o Autor, devem preocupar-se pelo que não entrou. O Sr. Alvaro V. Pinto quer de fato uma Universidade de pernas para o ar, ou simplesmente não quer a Universidade.

Ignorando inteiramente o problema da Universidade como instituição de cultura, retorna o A. constantemente à mesma tecla: a Universidade em País subdesenvolvido é uma "questão política" (p. 26) e deve ser resolvida pollticamente. O pressuposto fundamental de quase todos os capítulos do livro é o seguinte: a Universidade deve-se preocupar não com os alunos que estudam, isto é, com os alunos que a frequentam, mas com os que dela estão ausentes (cf. por exemplo pags. 26-27). Por isso todo o livro é falso, porque o pressuposto é falso. Se as razões porque muitos não estão na Universidade são **pollticas** e **sociológicas,** então certamente não cabe à Universidade a culpa, nem aos professôres universitários, nem lhes pode ser imputada a responsabilidade pela não solução. Cabe aos órgãos governamentais, às pessoas e instituições particulares que se dedicam à educação, resolver o problema criando Universidades e vagas suficientes e preparando melhor os candidatos.

Realmente, se as atuais Universidades não bastam para todos os que desejam estudar, o que fazer? Expulsar os que estão na Universidade para que nela entrem os que não estão? Fechar as Universidades para que ninguém estude? Esta parece ser a opinião do A. Ou todos, ou ninguém. Por que tantos rapazes que desejam entrar na Universidade não o conseguem? Por que são dela **expulsos** (sic) uma vez que as "condições da sociedade brasileira atuam **positivamente** sôbre êles, impedindo-os de alcançar os requisitos mínimos de cultura para a etapa mais alta dos estudos" (p. 28). Dado isto, os alunos que não estudam são aquêles que, sem o saber foram expulsos da Universidade.

E continua o sr. Alvaro V. Pinto nas suas elocubrações ideológicas. A Universidade é instrumento da estrutura social e política vigente, isto é, meio de opressão interna e submissão externa. É a garantia da classe dominante porque produz os "esquemas de dominação". A linguagem, como se vê, é toda ela marxista (cf. págs. 30 e segs.). A nossa Universidade é produto da classe dominante (p. 31). Inútil provar o contrário. Quem o fizer estará demonstrando que está a serviço dos poderosos, tendo já criado o esquema intelectual que irá justificá-lo. O dogmatismo não poderia ser mais radical. Todos aqueles que, terminado o curso universitário, em vez de se ocuparem em "trabalhos válidos", pleiteiam funções magisteriais ou cargos de "assistentes", "assessores", "pesquisadores", são ociosos, marginais superiores, parasitas de uma sociedade em desenvolvimento.

Para que existe a Universidade atualmente? Responde o catedrático: para o estudo ocioso, a cultura alienada, a pesquisa fortuita e sem finalidade" (p. 34), porque, não existindo para o povo, não pode existir para o trabalho social útil, porque sòmente o povo é a "classe que realmente trabalha" (págs. 34-35).

É evidente que o livro do catedrático de Filosofia não pode ser levado a sério. É um amontoado de afirmações inspiradas no mais baixo marxismo. Causa espanto ver quanto uma ideologia pode alienar uma inteligência e conduzí-la ao ridículo. Veja-se este bisonho argumento, tido como sério pelo autor: como os professôres têm o direito de declarar quem pode e quem não pode ser aprovado, e assim receber ou não o título de doutor, segue-se que a "Universidade atua como órgão seletivo, que mantém a composição e a hierarquia profissionais mais concordes com os interêsses da classe dirigente" (p. 35). O enfermeiro, o dentista prático, o rábula, o guarda-livros são relegados aos planos ínfimos da hierarquia intelectual, por causa do papel seletivo da Universidade. Ela é quem faz a triagem entre os ofícios aristocráticos e insignes e os espúrios (p. 37). E assim por diante. A Universidade recebendo enormes dotações orçamentárias, conserva-as dentro da mesma classe, sendo que êste dinheiro deveria ser distribuido ao povo "por inteiro" (p. 38). Alguém pode ser levado a pensar que neste País sòmente uma determinada classe pode transitar pelas estradas, pelas pontes, pode frequentar os hospitais, as escolas, morar nas casas, etc. Afinal de contas quem é e onde estará êste tal povo de que tanto fala o sr. Alvaro V. Pinto em seu livro sôbre a Universidade?

Teses, estudos, congressos, viagens ao exterior não passam de pilhagem. A Universidade é a "oficina" dos defensores da classe dominante. Os que ostentam títulos de doutor "constituem uma multidão de **ignorantes**, que necessita de destaque (p. 44), constituindo além disso uma corporação de semi-letrados bacharéis ou técnicos primários (p. 45). E como a Universidade inculca nos alunos a consciência de serem doutores, em posição superior à do povo em geral, "expulsa o povo do direito à cultura" (sic) (p. 45). Haverá muitos ressentidos por aí aos quais agradarão sobremaneira as palavras do sr. Alvaro V. Pinto.

À cultura, o A. aplica a definição do materialismo histórico: "entendemos por cultura o conjunto dos bens materiais e espirituais criados pelos homens ao longo do processo pelo qual, mediante o trabalho, exploram a natureza e entram em relações uns com os outros, com o fim de garantir a satisfação de suas necessidades vitais" (p. 56). Mas a conclusão, antes mesmo de qualquer premissa, estava estabelecida: a universidade não contribui para a cultura, porque a cultura que ela difunde é alienada. Longe das salas de aula, "nas fábricas, nos comícios, nas escolas de samba, na cerâmica nordestina e nos trabalhos de pensadores e artistas eruditos que recebem dessas autênticas fontes a sua inspiração" reside a cultura verdadeiramente nacional (p. 58). A Universidade de um País subdesenvolvido é necessàriamente **inculta** (p. 59). Portanto, não há nada a fazer porque tudo o que for feito trará em si o germe destruidor de um país subdesenvolvido.

De tais afirmações está superpleno o livro. São variações, sem sentido e desconexas, em tôrno do mesmo tema. Percorrer tôdas as demais páginas é um trabalho enfadonho e inútil. Sempre as mesmas coisas, ditas mais ou menos da mesma maneira. "Universidade e Imperialismo", "a Universidade e os valores eternos", "Universidade e classes sociais", "Aspecto do antagonismo entre as classes no âmbito universitário", "a execução da reforma universitária", "a essência da reforma da universidade", "universidade e

trabalho", "a contradição da reforma universitária", "objetivos da luta estudantil", "perspectivas práticas imediatas", são outras tantas oportunidades para o sr. Alvaro V. Pinto distilar o veneno da revolução social e das idéias comunistas. E aqui não se trata de uma acusação arbitrária. Todo o livro é marxista, nas idéias e nos próprios têrmos, na análise que apresenta dos problemas e nas respectivas soluções.

As conclusões, que são normas práticas para a reforma exigida, são as conhecidíssimas reivindicações da última greve estudantil, tão magistralmente orientada pelo autor do livro que analisamos. A Universidade deve mudar de essência, para tanto deve mudar seu conteúdo de classe, entregando-se ao povo. A solução deve ser inteiramente sociológica e política, pois "tôda formulação do problema da Reforma em termos exclusivamente administrativos ou pedagógicos precisa ser repelida com energia como mistificação dos serviçais da classe dominante" (p. 109).

A verdadeira solução é "democratizar" a Universidade, entregando-se parte (grande parte) do seu govêrno ao corpo discente. O "cogovêrno só poderá amedrontar aquêles elementos da classe professoral que receiam ver denunciadas sua incapacidade intelectual, ineficiência docente e desqualificações morais, ou levados ao conhecimento público seus compromissos com grupos econômicos e financeiros dominantes" (p. 157). Pretende, portanto, o A., levar para o recinto da Universidade a luta de classe, tal qual existe nas fábricas. Opôr professôres e alunos, como classes em luta, tal a intenção de tôda a suposta Reforma Universitária brasileira.

Outra conclusão importante do livro "A questão da Universidade" é que a Universidade deve ser do povo. Para isto, eis como raciocina o autor: "Neste sentido é que podemos, com inteira seriedade, afirmar que no Brasil a Universidade tem de ser dos ainda analfabetos, do contrário não é do país" (p. 159). Como a Universidade deve identificar-se com a realidade nacional, e como esta realidade é a dos analfabetos, a Universidade deve ser dos analfabetos. Estranho modo de pensar e de raciocinar. Qual deve ser o trabalho da Universidade? **Alfabetizar as massas.**

Dentro da dialética marxista, a Universidade atual é a tese; a multidão dos analfabetos é a antítese. Será necessário que "a Universidade se organize como negação da negação, noutras palavras que, assumindo a forma dialética de pensar, veja no analfabetismo das massas apenas um momento dialético do mesmo processo cultural, ao qual ela própria pertence" (p. 160).

Em conclusão, no momento atual, a Universidade deve ser dos analfabetos. "Quando dizemos que a Universidade é **dos** analfabetos, não queremos significar que deva ser constituida **de** alunos analfabetos, mas de alunos que se identificam com a realidade **dos** analfabetos, para torná-los, muito breve, alunos semelhantes aos atuais" (p. 161). O que fêz ou fará o sr. Alvaro V. Pinto para alcançar esta identificação com o analfabetismo?

Fiz questão de me referir ao livro com as próprias palavras do autor. Elas são a melhor crítica que se possa fazer. É simplesmente inacreditável como tais coisas possam ser pensadas e escritas. E, ao que se sabe, "A questão da Universidade" é o livro de cabeceira dos estudantes ligados à União Nacional dos Estudantes. Uma grande escola para nossos jovens estudantes. Basta ler a "nota inicial" (págs. 5-6) para ver o entusiasmo dêsses estudantes diante do livro de Alvaro V. Pinto. Cada um tire disto a conclusão que julgar mais conveniente.

D. CRIPPA

MOVIMENTO DAS EDITÔRAS

Quem se interessa pela vida amorosa dos compositores encontrará em *Amada Imortal,* de Kurt Pahlen (tradução de Genésio Pereira Filho), farto material com que se deliciar. Reuniram-se nêste livro nada menos que 300 cartas de amor escritas por Mozart, Beethoven, Chopin, Debussy, Smétana, Dvorak e mais uma dezena de músicos, tôdas comentadas pelo organizador da coletânea, aliás professor de História da Música da Universidade de Montevidéu.

O maior mérito do volume — que é uma edição MELHORAMENTOS — é revelar aos leigos a origem de determinadas peças musicais que hoje todos assobiam, sem saber quem foi sua inspiradora. Além disso, mostra *Amada Imortal* que as frases contidas nessas cartas, por mais carinhosas, apaixonadas ou ardentes que sejam, empalidecem diante da beleza das melodias escritas pelos missivistas.

* * *

A editôra GLOBO lança no mercado um livro curioso para os que apreciam Lin Yutang. Trata-se de *A importância de compreender,* que reune contos, poemas, cartas, provérbios, fábulas e pequenos ensaios escritos por chineses desde a época de Confúcio até os nossos dias, e aos quais o compilador aduziu notas informativas e esclarecedoras.

O livro dá uma idéia — embora muito por alto — da mentalidade do chinês, que sempre constituiu uma incógnita para os ocidentais, além de revelar aspetos do pensamento dêsse povo, que possui intelectuais como Li Po, Chang Chao e Mao Tse Tung, o ditador-poeta.

Ainda da GLOBO está nas livrarias o livro de Reynaldo Moura *A Estranha Visita,* romance cheio de *suspense,* entre o mistério e o policial. O romancista gaúcho sabe prender o leitor até as últimas páginas do livro, mantendo-o durante o transcorrer da intriga interessado em saber como acaba o drama, envôlto em sérias complicações.

Usando técnica pouco difundida entre os nossos romancistas, o autor se revela preocupado com a forma do romance, o que é um bom sinal, já que estamos fartos de histórias bem contadas que em nada enriquecem ou inovam a ficção.

* * *

Continuando a publicação de sua História Geral da Civilização Brasileira, publicou a DIFUSÃO EUROPEIA DO LIVRO o segundo

tomo de *O Brasil Monárquico*, intitulado *O Processo de Emancipação*, no qual colaboram doze historiadores e professôres de São Paulo, do Rio de Janeiro, de Recife e de Niterói, sob a orientação geral de Sergio Buarque de Holanda e de Pedro Moacyr Campos, ambos professôres da Universidade paulista.

Recordamos que o primeiro tomo dessa obra, dedicado à época colonial, está dividido em dois volumes: *Do descobrimento à expansão territorial* e *Administração, economia, sociedade,* ambos tratados — quer quanto ao texto, quer quanto à parte gráfica — com atenção, carinho e conhecimento do assunto. No gênero, a História Geral da Civilização Brasileira pode ser classificada como monumental.

Publicado também pela DIFUSÃO EUROPEIA DO LIVRO apareceu mais um volume da coleção "Corpo e Alma do Brasil", intitulado *Capitalismo e Escravidão,* tese de doutoramento apresentado pelo Prof. Fernando Henrique Cardoso à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Paulo. Êste livro, em que é estudado o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul tem relação com *As Metamorfoses do Escravo,* do Prof. Octávio Ianni, igualmente editado na coleção citada.

Para os estudiosos do tema e para os estudantes de Sociologia, as obras editadas em "Corpo e Alma do Brasil" constituem-se em leitura obrigatória não só para consulta como para debate.

* * *

Primo Altamirando e elas, de Stanislaw Ponte Preta e *Alguns Fantasmas,* de Joel Silveira, são as últimas edições da EDITORA DO AUTOR que obedece à orientação intelectual de Fernando Sabino, Paulo Mendes Campos e Rubem Braga.

As crônicas do conhecidíssimo Stanislaw Ponte Preta, bem como os contos de Joel Silveira podem ser classificados como literatura tranquilizante, tal o descanso que produz em cérebros sobrecarregados com problemas de metafísica, de concretismo, de ciência e de política. Costumam alguns intelectuais usar, como relaxamento do espírito, a leitura de histórias em quadrinhos ou de romances de terror e mistério. Fariam, porém, melhor se lessem, nas horas de folga, as crônicas de Stanislaw Ponte Preta que são realmente apaziguantes.

* * *

O INSTITUTO CULTURAL ITALO-BRASILEIRO está distribuindo duas obras que despertam interêsse: *Machado de Assis e a Itália*, de Edoardo Bizzarri e *Relatórios sôbre o Brasil* (1828-1831), do Barão Antonini. Êstes trabalhos fazem parte do programa de publicações históricas e literárias destinadas a mostrar — através dêsses dois setores — a profundidade das cordialíssimas relações ítalo-brasileiras.

Edoardo Bizzarri, que já nos deu um bom estudo sôbre a obra de Graciliano Ramos, publicado na revista "Diálogo", agora revela aspetos da vida de Machado relacionados com a Itália. Quanto à correspondência diplomática do Barão Antonini — primeiro embaixador do Reino das Duas Sicílias no Brasil — "embora não revelando nada de desconhecido e sensacional (como informa Bizzarri) constitue sem dúvida curiosa e notável documentação complementar para a história daquele período", isto é, de 1828 a 1831.

Alcântara Silveira